



Lula



Fernando Henrique



Copetti



Perseu Abramo

OPINIAO: TODA SEMANA UMA PÁGINA

TENENTE URUGUAIO E CARRASCO CHILENO COMPROVAM REPRESSÃO CONJUNTA DAS POLÍCIAS DO BRASIL, URUGUAI, ARGENTINA, CHILE E PARAGUAI.

Policiais arrependidos denunciam Internacional da Repressão no Cone Sul

Página 6

Greve Geral dos jornalistas de São Paulo

Carlos Tibúrcio

Esta é a primeira greve geral da categoria dos jornalistas de São Paulo em 18 anos. Por esmagadora maioria de votos — muito mais do que os 2/3 aprovados pelo plenário como condição para a deflagração da greve —, a quarta sessão da Assembléia Permanente dos jornalistas, reunida no Teatro da Universidade Católica (TUCA), aprovou a paralisação total da categoria a partir da 04 horas da madrugada da última quarta-feira, dia 23 de maio.

Depois de um mês de tentativas de negociação com os dois Sindicatos do patronato da imprensa — e das empresas proprietárias de jornais e revistas e o das empresas proprietárias de rádio e televisão — em torno de duas reivindicações básicas (imunidade para os delegados sindicais representantes de redação e 25% de aumento), o Comando Geral de Mobilização, agora transformado em Comando Geral da Greve, conseguiu dirigir a categoria para uma greve geral como única resposta possível para quebrar a absoluta intransigência dos patrões, que se recusam a negociar. Durante um mês o Sindicato dos jornalistas só recebeu como resposta dos sindicatos patronais repetidas negativas, humilhações e desrespeito.

MAIS DE DOIS MIL

Mesmo assim, na terceira sessão da Assembléia Permanente, realizada na quarta-feira, dia 16, na Igreja da Consolação, contando com a maior mobilização já ocorrida em toda a história da categoria dos jornalistas de São Paulo, o Comando Geral de Mobilização pediu ao plenário que aprovasse o quórum qualificado de 2/3 como condição para a implementação da greve. Dos mais de 2 mil jornalistas presentes no início da reunião, votaram 1441, sendo que 886 a favor da greve, 528 contra e o restante de nulos e brancos. Quase 62%, portanto, a favor da greve, dando uma demonstração de força e de disposição de luta inequívoca aos patrões. O patronato da imprensa, contudo, persistiu na sua intransigência e desrespeito, fazendo publicar nos seus jornais um comunicado verdadeiramente provocativo, em que, de modo geral, reitera a resposta já conhecida às reivindicações dos jornalistas. "NÃO".

Mais uma vez, na quarta sessão da Assembléia Permanente, o Comando Geral de Mobilização propôs ao plenário a aprovação de quórum qualificado, no que foi atendido. A maioria absoluta dos oradores defendeu a greve sob os aplausos da categoria. Na hora dos encaminhamentos formais — 2 contra e dois a favor da proposta de greve —, apenas um companheiro apareceu para combater a proposta. Feita a votação, a vitória da greve revelou-se esmagadora. E o próprio companheiro que combatera a proposta pediu o microfone para declarar: "Até alguns minutos atrás eu era contra a greve. Aprovada a proposta, eu sou o primeiro grevista". (Dessa vez, aplausos).

Elegeram-se, então, mais três companheiros para compor o Comando Geral de Greve e começaram a se formar os piquetes. O "Unidade", jornal do Sindicato, passou a ser diário. E a greve geral saiu às ruas, a caminho da vitória.



Lula, Fernando Henrique, Eder e o PT.

Pág. 10

Em Salvador, a UNE de volta

Pág. 9

Sartre exclusivo: os PCs europeus

Pág. 12

O Congresso dos Trabalhadores Rurais

Pág. 7

Adesistas Irritados

O vereador emedebista David Roysen de São Paulo anda esbravejando, xingando de pústulas, canalhas bastardos da vida social, sífilíticos morais, excrementos dos processos de depuração natural e rebotalhos, os representantes de diretórios distritais do partido, vereadores e deputados que pediram a punição dele e mais sete vereadores adesistas do MDB que, desobedecendo à questão fechada, votaram a favor dos índices miseráveis de aumento do funcionalismo público municipal propostos pelo prefeito.

Se demonstrasse tal fibra quando precisava - nos momentos de votar a favor dos que o elegeram, não submetendo-se servilmente ao prefeito - o MBD de São Paulo estaria bem servido, e a Câmara de Vereadores não seria tão desacreditada e com fama de submissa como está. Mas, nessas horas - como ficou provado no episódio citado - David Roysen e outros valentes preferem achemar-se ao poder. Por que não muda logo para a Arena, sr. Roysen? Lugar de gente brava a favor do governo é no partido governista.

(RVN)

Senhor juiz pare agora

Trindade é uma praia muito bonita no sul do Estado do Rio. Talvez por isso mesmo os capitalistas não admitem que ela seja habitada por pobres pescadores, cujas famílias estão lá há séculos.

A multinacional "Trindade Desenvolvimento Territorial", ligada ao Grupo Adela, de Luxemburgo, usando dos métodos já comuns de grilagem está lá pressionando os pacíficos "trindadeiros" para abandonarem suas casas, para transformar a praia em mais um recanto aprazível para desfrutar da burguesia. Há muito, jagunços (essa instituição ainda existe em pleno Sudeste do Brasil, sim senhor) vêm pressionando e ameaçando os moradores.

A Justiça, ah a justiça, com quem poderia estar? A resposta foi dada pelo juiz da comarca de Parati, Alfredo Sellitte (ih! que nome) Rangel, que deu ganho de causa à multinacional, determinando o despejo de várias famílias de moradores. Os moradores conseguiram, no dia 21, uma liminar no 2º Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, suspendendo a ordem de despejo, mas o senhor juiz de Parati simplesmente sumiu da cidade para não ter que confirmá-la. (RVN)

Alex ainda esta preso. Esta é a situação dos "pé-pés" do Rio.

Várias vezes o preso político Alex Polari de Abergia foi dado como livre, pela imprensa. Na semana passada, - e pela segunda vez - em tempo também libertou-o por conta própria. Na realidade, Alex ainda está preso e sua situação, assim como a dos demais presos políticos (pé-pés) do Rio de Janeiro, é a seguinte:

1 - Alex, preso há 8 anos, está condenado a 36, sendo que só num processo (do sequestro do embaixador alemão) a pena é de 30 anos. Essa pena (30 anos) poderá ser readequada, de acordo com a nova Lei de Segurança Nacional, para 8 ou 2 anos (se aceita a desclassificação). Há um requerimento nesse sentido, junto à Auditoria ou Supremo Tribunal Militar. Se aceito, na primeira hipótese - 8 anos - pode pedir liberdade condicional.

2 - José Roberto Gonçalves de Rezende, preso há 8 anos e condenado a 36, pelos mesmos processos que Alex, tem ainda outro processo em julgamento.

3 - Inês Etienne Romeu, única presa política do Rio também está dependendo da readequação de pena pelo processo de sequestro do embaixador (também está presa há 8 anos).

4 - Antônio Pereira Mattos, preso há 10 anos e 4 meses, condenado a 15 anos de prisão, está com o pedido de liberdade condicional em tramitação em Juiz de Fora.

5 - Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, com pena de 13 anos, já cumpriu 9 anos e 2 meses e está com pedido de liberdade condicional em tramitação no Rio.

6 - Jorge Raimundo Júnior, preso há 9 anos e 2 meses, com pena de 13 anos, pediu unificação de pena por crime continuado.

7 - Jesus Paredes Soto, com pena de 10 anos, já cumpriu 5. Está dependendo de readequação de uma pena para posterior pedido de liberdade condicional.

8 - Gilney Amorim Viana, com pena de 20 anos, já cumpriu já 9 anos e 2 meses. Depende de habeas corpus do STM para quebrar dupla condenação, para depois pedir liberdade condicional.

9 - Perly Cipriano, preso há 9 anos, está condenado a 74. Depende de readequação de penas pela Auditoria de Recife.

10 - Manoel Henrique Ferreira, está dependendo de readequação de penas e julgamento de um processo (preso há 8 anos).

11 - Nelson Rodrigues, também depende de readequação de pena e julgamento de processo em curso na Auditoria (está preso há 7 anos e 2 meses).

12 - Paulo Roberto Jabur, está na mesma situação que Nelson Rodrigues. Está preso desde 3 de julho de 1972.

13 - Carlos Alberto Salles, preso há quase 7 anos, está condenado a 30 e depende de readequação de pena para 8 anos, para poder pedir liberdade condicional.

14 - Hélio da Silva, preso há 7 anos, pediu readequação de uma pena de 30 para 8 anos de prisão. Ainda assim restarão 22 anos de pena.

15 - José André Borges, preso há 21 anos, depende de revisão de penas junto à Justiça comum.

16 - Jorge Santos Odria, preso há 11 anos, depende de revisão de pena da Justiça comum.

GERAIS



Partido Passarinho

O senador Paulo Brossard comparou a Arena à Beija-Flor. Não ao passarinho, mas à escola de samba Beija-Flor. Se fosse para comparar com algum passarinho, logicamente seria outro, talvez o caga-sebo, não é?

(RVN)

BIÔNICOS, FAÇAM ESTE TESTE E COMPROVEM (IN) COMPETÊNCIA

A profissão de senador biônico veio para ficar. Não adianta a gente ficar se iludindo, achando que os atuais serão os primeiros e os últimos. Embora esta proposta possa até ser aceita pelo governo, basta uma desculpazinha qualquer para ele - perto das próximas eleições - reeditar um pacote de abril, de maio ou seja lá que mês for e resolver colocar mais uma fornada deles na praça.

É uma profissão muito vantajosa, mesmo com contrato de apenas oito anos (o que não é tão ruim assim, nunca consegui passar tanto tempo num emprego) e quando o governo anunciou a criação da profissão, alegou que seriam "personalidades expressivas", intelectuais que não podiam concorrer a uma eleição com chances de vitória, mas que teriam muito a contribuir para o progresso do país. Na hora da nomeação, houve quem achasse que o negócio não foi bem assim (duvidaram até da capacidade dos nomeados - que horror, hem?).

Em vista disso, e querendo colaborar com o governo, venho aqui submissamente - para utilizar uma linguagem bionica - propor uma fórmula incontestável de provar a competência dos distintos que da próxima vez, os pretendentes com aval das forças dominantes passem por um concurso público. Não, não há perigo que os competentes profissionais preferidos pelo executivo sejam reprovados. Confiamos os neles e propomos até um exemplo de prova pela qual devem passar para chegar ao almejado fim de carreira. É uma prova com poucas perguntas, é claro, que não podemos esquentar muito a cabeça dos velhinhos, mas é o mais abrangente possível. Vejam só

- O Mártir da Independência do Brasil tinha o apelido de Tira.
 - unhas
 - dentes
 - cabelos
 - cravos
- O imperador romano que foi o primeiro a nomear um amigo, de no-

me Incitatus, senador biônico chama-se Cali.

- gula
- vontade de comer
- fome
- barriga cheia

3 - O descobridor da América foi o navegante italiano a serviço da Espanha chamado Cristóvão Co. . .

- perna
- testa
- barriga
- pescoço

4 - A primeira guerra ocorrida no Brasil - deixando de lado os índios - foi entre duas cidades pernambucanas. Uma era Recife e a outra O. . .

- bela
- feia
- linda
- traçável

5 - O comandante da marinha brasileira que se destacou na Guerra do Paraguai foi o Almirante Tamanda. . .

- 1
- 2
- 3
- ré

6 - A capital da Bahia chama-se Salva. . .

- dor
- riso
- ardor
- alegria

7 - O estado brasileiro recentemente dividido é o Mato Gr. . .

- carne
- osso
- cartilagem
- bucho

8 - Minas Gerais, por enquanto, é o estado que mais produz minério de f. . .

- erro
- acerto
- não sei não
- depende

9 - Aquele negócio verde que tem nas plantas chama-se cloro. . .

- ala
- fila
- pânico
- ordem

10 - A gasolina é extraída do petr. . .

- água
- vinagre
- óleo
- azeite

11 - A arte de compor trabalhos artísticos em prosa ou verso chama-se liter. . .

- agüenta
- atura
- suporta
- tolera

12 - Se você passar nessa prova vai para o Congr. . .

- Shell
- Petrobrás
- Esso
- Atlântic

Graúdos entram pelo cano

Já que as agruras do povo brasileiro parecem não sensibilizar o governo, algumas fatalidades estão se encarregando de mostrar-lhe como se vive nesse país, mais especificamente no Rio de Janeiro.

Primeiro, um general foi assaltado e baleado dentro de sua casa, no bairro carioca de Santa Tereza, revelando o que as autoridades vinham se negando a reconhecer: a insegurança em que vivemos. Agora, na semana passada, o Juiz Zalkind Piatigorsky, da 11ª Vara Cível do Rio, sentiu-se mal enquanto trocava o pneu de seu carro, a cem metros do Hospital de Cardiologia do INAMPS, no bairro das Laranjeiras, e populares e policiais foram até lá pedir ajuda aos médicos, mas nada conseguiram. Depois de 40 minutos, o juiz morreu, mostrando que também no setor de saúde a coisa vai mal (o que o povo denuncia não é de hoje).

Infelizmente, é preciso que gente de prestígio entre pelo cano para que chegue até as inatingíveis autoridades o que rotulam como "qualidade de vida" dos brasileiros. Mas, é só para elas (as autoridades) ficarem sabendo. Providência nenhuma será tomada. Pena que os ministros não enfrentem as filas e o atendimento médico do INAMPS.

(RVN)

Visite a Amazonia antes que acabe

Poetas, seresteiros, amazônicos, corre! É chegada a hora de apreciar os últimos momentos da Floresta Amazônica!

É que os ministros Delfim Netto e Mário Andreazza estão propondo a criação de uma comissão interministerial para elaborar, dentro de 120 dias, uma política florestal para a Amazônia. Delfim e Andreazza são o que se pode chamar de dose para elefante.

(RVN)



Assembléia do EM TEMPO para 1/7/79

O Conselho Editorial e Administrativo -CEA- da Editora Aparte S/A, reunido em São Paulo no último dia 19, após proceder a uma avaliação política, editorial e administrativo do jornal EM TEMPO dar um balanço no estado atual dos debates preparatórios para a assembléia geral da empresa resolveu, dentre outras questões, marcar a data de realização da assembléia para o dia 19 de julho próximo.

CONVITES

Sindicatos

Sábado, dia 26, em São Paulo, a Revista Cara a Cara, fará um debate público, sobre o tema estrutura sindical. Presentes representantes das oposições sindicais. Local: Frente Nacional do Trabalho, Av. Ipiranga, 1267 9º andar, às 14 horas.

Hoje: Energia Nuclear

Em continuidade ao seu ciclo de debates, a DEURBE - Sociedade Brasileira de Defesa da Vivência Urbana - convida a comunidade científica e a todos os interessados a assistirem a conferência do eminente cientista brasileiro Mário Schemberg sobre o tema "Energia Nuclear: Progresso Social?" no dia 24 de maio, quinta-feira, às 20:00 h, na sede social da DEURBE, à rua 24 de maio, nº 188, 3º andar, sala 314. Ao término da conferência, será aberto ao público amplo debate sobre o tema.

ESCRITÓRIOS - Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Minda, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira; Aracajú: David Dantas. Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice. Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação). Vinícius de Araújo (administração) e distribuição). João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis. Macaé: Régis Cavalcanti. Campina Grande: Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isac Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva; Monéya Brauns. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6690 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas. Composição, montagem e fotolito: Publicações Gazeta do Taboão Ltda. - Av. Prof. Francisco Morato, 3.555 - Butantã - Tel. 212-3011 (PAMBX)

ERRATA

No documento de denúncia sobre torturas, de autoria dos presos políticos do Rio de Janeiro, publicado no EM TEMPO da semana passada, registramos uma assinatura a mais, que não faz parte do documento. A de Jorge Raimundo Júnior. O problema é que chegou à redação do jornal, anexado ao relatório dos presos políticos do Rio, um documento sobre a Lei de Segurança Nacional, este sim assinado por Jorge Raimundo. Deu-se, então, o equívoco.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quintero, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

SUCURSALS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Majzê Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araújo (administração). Porto Alegre: (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro (r. da Lapa 200, sala 408) Adatao Novoes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio. Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique Antonio Dias, Emiliano Jose, Dalton Godinho, Oldeck Miranda, Lina Maria.

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte. Nelson Pestado Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida. DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres. Secretário de Redação: José Luiz Nadai. Editor Geral: Carlos Tibúrcio.

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Caruto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Veiga, Wilson Prudente, Maria Cândida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. Internacional: Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marinéide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdezer

Saúde vence o lucro

Depois de um mês de greve, os estudantes de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) voltam às aulas, vitoriosos, com a maioria de suas reivindicações atendidas pela Reitoria. Foram trinta dias em que a maioria do curso, quase cem por cento dos alunos, bateram-se com a burocracia universitária, reticente em reconhecer a legitimidade dos pedidos que motivaram a paralisação.

O eixo da greve foi a privatização do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, que de hospital-escola, gradativamente a atender sempre em maior número os clientes não beneficiados pelo INAMPS, os que poderiam pagar do seu bolso o tratamento.

As alas em que são atendidas os clientes particulares tem seu acesso limitado aos estudantes, dependendo da boa vontade dos chefes de equipe. E boa parte do hospital é hoje ocupada pela área privatizada, situação que tem seu ponto de partida na própria legislação que regulamenta o funcionamento do hospital. Segundo a Lei 5.604 o hospital deve estar voltado para o ensino de medicina, mas ao mesmo tempo, para a garantia de seu funcionamento, a lei abre possibilidades do hospital angariar fundos do mesmo modo que os hospitais privados o fazem.

É dentro dessa situação dúbia que só é resolvido pelo confronto das forças que defendem um ou outro princípio que o embate se deu. De um lado a reitoria e a direção do hospital e do outro os estudantes e professores do curso de medicina. E pare que a primeira batalha foi ganha por aqueles que defendem a não-privatização — o Estado é quem deve ser o responsável pelas unidades médicas — conquistando o livre acesso às áreas privatizadas e até a possível reformulação da Lei 5.604. (Suc. Porto Alegre).

Torturador à solta

Após comandar em São Paulo durante vários anos a Operação Bandeirantes (DOI-CODI) (OBAN), o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, o "dr. Tibiriçá" do primeiro listão de torturadores volta ao noticiário. Agora, no posto de tenente-coronel e comandante da guarnição da cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, dedica-se a atividades mais amenas como a de reprimir e censurar a leitura dos jovens secundaristas.

O Grêmio Estudantil Edson Luiz, do Colégio São Luiz, de São Leopoldo, que representa os 700 alunos do curso técnico noturno, na gestão 78 fez assinaturas dos jornais independentes como Movimento, EM TEMPO e outros. Agora, com a mudança da diretoria, os jornais estão sendo entregues diretamente aos órgãos de informação do 199 Batalhão de Infantaria Motorizada, comandado pelo tenente-coronel Ben Hur, subordinado de Brilhante Ustra, comandante da guarnição.

O responsável pela entrega dos jornais aos órgãos de informação do Exército, Fernando Fuschini, tentou justificar-se perante os alunos afirmando que o jornal EM TEMPO "era muito visado e perigoso".

Os alunos que procuraram EM TEMPO para fazer a denúncia alegam ainda que todos os números antigos foram queimados na posse da nova Diretoria. Seu descontentamento aumentou com as explicações que o novo presidente do Grêmio, Evaldo Pereira da Rosa, deu sobre a censura e seqüestro dos jornais, que foram assinados com a contribuição de todos os alunos para o Grêmio: "isso tudo é sem importância e os jornais que estão sendo entregues no 199 Batalhão serão indenizados pelo Exército".

Comam bolos, ora bolas!

No debate sobre a inflação promovido na semana passada pela Federação do Comércio de São Paulo, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Nívio de Carvalho, se defendia e aos seus iguais dizendo que "é fácil nos chamarem de ladrões, tubarões, de atravessadores. Mas se o atravessador existe é porque ele é necessário à economia do país". O que torna estes senhores assim tão imprescindíveis não foi esclarecido.

Mas inspirada mesmo estava outra participante do debate, D. Julieta Nunes Pereira, do Movimento de Arregimentação Feminina, que falava em nome das donas de casa brasileiras (???). Segundo D. Julieta, "grande parte da inflação cabe às classes menos favorecidas, que não têm noção de economia e não sabem se alimentar direito. Quanto mais pobre é uma dona de casa, mais desperdiçada (sic) ela é". Para D. Julieta, é preciso uma "campanha de educação, que ensine as famílias a não jogarem comida fora".

No Brasil, em 1973, segundo o IBGE, 72,4% dos assalariados estavam na faixa de até 2 salários mínimos. Ouvindo D. Julieta, é impossível não lembrar de uma certa Antonieta, que há uns 200 anos atrás, pouco tempo antes de perder a cabeça, recomendava ao povo francês, a quem faltava pão, comer bolos. (Afonso Borges)

Receita pra enganar os trabalhadores

Um certo José Thomas Nabuco, em artigo publicado na edição do Jornal do Brasil do dia 18, entre muitas outras bobagens, deitou regra sobre como acabar com as greves e romper a unidade operária. Bastaria, segundo ele, conceder aos trabalhadores participação nos lucros das empresas com isso, os empregados nas empresas lucrativas não fariam greve, dado o risco de terem seus rendimentos diminuídos, e não apoiariam as reivindicações dos trabalhadores empregados nas empresas que operassem com prejuízo.

A medida poderia ter o inconveniente de gerar desigualdade de remuneração, previniu o imaginativo articulista, mas isso não a tornaria menos justa. Afinal, concluiu, o Sr. Nabuco, "a igualdade não é deste mundo. As estrelas são diferentes e as flores também. Os homens variam em estatura, inteligência e idade. A igualdade não é deste mundo nem do outro. Em casa de Meu Pai há muitas moradas, disse Cristo, Nosso Senhor".
Haja Deus!

Flávio livre, mas sem poder voltar

Unidad 9 — La Plata. Esta semana um brasileiro de sobrenome difícil mas de pronúncia fácil vai deixar definitivamente este endereço na Província de Buenos Aires, depois de ter sido injustamente preso, torturado, acusado e condenado por participar de "um complot internacional", que, no final, seria um complot falso do qual só restara um homem preso: FLÁVIO KUTZIL.

"No Brasil desenvolvi, desde 64, atividades oposicionistas ao governo, fundamentalmente no movimento estudantil, do qual fui dirigente a nível regional e nacional, da União Nacional dos Estudantes (UNE). Minhas atividades me valeram, a partir de 1969, uma perseguição por parte do governo, o que me levou, em fins de 70, a abandonar o país. Estes fatos interromperam meus estudos na Faculdade de Ciências Econômicas (3.0 ano) e na Faculdade de Filosofia (2.0 ano)."

Flávio foi detido no dia 11 de maio de 1975, juntamente com sua mulher, a argentina Norma Espíndola, quando estava na casa de um amigo brasileiro, ausente naquela oportunidade.

"Levados a dependências da Polícia Federal, sofremos toda sorte de violências e torturas por vários dias, fato que denunciei ante o juiz, quando fui declarado, mas isto não fez com que esqueçamos aqueles dias. Choques elétricos, pontapés, socos, ameaças de entregar-me à polícia brasileira, tudo isto e violências sexuais com minha esposa, simulacros de fuzilamento e todo tipo de humilhações".

Foram quatro anos de prisão para Flávio e quatro anos de luta e de solidariedade, dentro e fora do Brasil, para que o regime militar argentino o libertasse. Agora, Flávio deixa a Unidad 9 — La Plata e chega a Paris, impossibilitado ainda de voltar ao Brasil.

Como o caso de Flávio, resta agora o caso de Flávia Schilling, brasileira presa no Uruguai. E resta, também, a conquista da volta ao país de tantos e tantos brasileiros que continuam obrigados a viver no exílio.

(Os trechos em negrito são de uma carta de Flávio a uma amiga, datada de 7 de julho de 1976).

As multinacionais "pesquisando" areia

Tapes é uma pequena cidade gaúcha situada nas margens da Lagoa dos Patos, conhecida pela tranquilidade e beleza de suas praias e arquitetura colonial. Mas na semana que passou não foram essas características que atraíram a atenção nacional sobre a cidade, e sim a intensa mobilização de sua população, em briga contra uma multinacional.

Dia 17 de maio, uma passeata com mais de mil estudantes secundaristas anunciava uma concentração pública na praça central da cidade. Os oradores — políticos, técnicos do governo, sindicalistas — foram unânimes em protestar contra a devastação que a Lagoa dos Patos vem sofrendo.

Acontece que as areias de Tapes não atraem apenas turistas. Considerada um exemplo de rara pureza e com uma granulação ótima para a fabricação de vidros e como componente na fundição de metais, atraiu também o interesse de grandes grupos econômicos, como é o caso da Silminas. Essa empresa de fabricação de vidros, subsidiária da multinacional Cisper, que pertence ao trust Volkswagen, vem sistematicamente enchendo seus caminhões com as areias das dunas de Tapes. E o exemplo se repete no caso de várias siderúrgicas e metalúrgicas do estado que se abastecem na região.

Os técnicos do governo dizem que o lugar onde se localiza a exploração — o Pontal de Tapes — é a área mais alta da costa, funcionando como dique de contenção das águas da Lagoa. Isso significa que a continuidade da exploração levará fatalmente, a uma inundação da cidade. Como se isso não bastasse a Pinvest — Pinheiros Investimentos S/A — além de realizar um loteamento numa área de 101 hectares, roubando a lagoa dos moradores da região, derrubou a mata natural de uma outra área de 5 mil hectares, plantando pinheiros, num dos maiores atentados contra o equilíbrio ecológico realizado no estado.

Mas os protestos dos moradores concentram-se na Silminas, que possuindo apenas uma licença para "pesquisar areia", está realizando uma devastação na região, com a conivência dos grandes proprietários da área e da própria Pinvest, que "cede" terreno para a realização das "pesquisas" da Silminas.

Os moradores já conquistaram o apoio efetivo da insalável AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) e também pronunciamentos favoráveis do IBDF e da SUDESUL, mas dizem que se as vias legais não resolverem a questão pretendem, eles mesmos, expulsar os invasores. — (Sucursal de Porto Alegre)

Pronto-Socorro

Na última sexta-feira, dia 18 de maio, dentro da Jornada pela Anistia promovida pelo CBA-MG e MFPA-MG, foi lançado o Pronto-Socorro dos Direitos Humanos. Vítimas diretas da repressão policial em Minas participaram da mesa, como Jorge Defensor, operário mutilado por causa das torturas sofridas numa delegacia da Cidade Industrial de Belo Horizonte, que o deixaram paralisado da cintura para baixo (ele compareceu numa cadeira de rodas); e a mãe do menino Cosmo Vieira Lima (14 anos), que foi morto sob tortura na Delagacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, em dezembro de 1978. Participaram ainda da mesa, além do CBA e do MFPA, representantes do Grupo de Padres pelos Direitos Humanos e do OAB-MG.

O CBA e o MFPA destacaram o caráter eminentemente político da repressão policial, cujo objetivo claro é a tentativa de subjugar as classes sociais exploradas e oprimidas — ou seja, a maioria da população — através da desmoralização e do sentimento de impotência. Por isso as camadas populares entendem o sentido da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelo desmantelamento do aparato repressivo já que sofrem na carne, no dia a dia e a cada instante todo o peso da repressão e da violência policial.

A criação do Pronto-Socorro dos Direitos Humanos tem o objetivo de constituir um canal de denúncia das violências e um estímulo à auto-defesa da população. A sede do Pronto-Socorro será no 7.º andar da Faculdade de Direito da UFMG e contará com a infra-estrutura jurídica do Departamento de Assistência Jurídica da Faculdade. Além de advogados, também médicos e jornalistas participaram do Pronto-Socorro, cuja importância foi ressaltada por representantes de favelas e bairros da periferia, presentes ao debate.

A grilagem oficial no Projeto Gorutuba

Foi inaugurado esta semana, no município mineiro de Janaúba o Projeto Gorutuba, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Cantados em prosa e verso pelos órgãos oficiais como fatores de desenvolvimento de áreas carentes, estes projetos de irrigação têm se mostrado, na realidade, verdadeiros mecanismos de grilagem oficial de terras, de acordo com denúncia feita em documento pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

No caso do Projeto Gorutuba, a barragem construída ocupa uma área de 10.000 ha e a área destinada à irrigação está prevista para 15.000 ha. Os primeiros 8.000 ha significaram a desapropriação de nada mais nada menos que 2.000 famílias. E os métodos de desapropriação não foram os mais "educados". Segundo denúncias recolhidas pela FETAEMG junto aos pequenos proprietários desapropriados, "muitos companheiros foram obrigados a assinar papel em branco e pressionados a deixar a terra. Alguns que tentaram resistir tiveram cercadas suas casas. Outros foram ameaçados pela polícia. Outros não receberam as indenizações".

As "vantagens sociais" do projeto já estão sendo sentidas pelas cidades vizinhas de Porteirinha e Montes Claros. Diz o documento: "A maioria do pessoal desapropriado está habitando nos arredores de Janaúba e cidades vizinhas. Em Janaúba existe um bairro — Vila das Poções — habitado quase que exclusivamente por pequenos proprietários desapropriados. A indenização recebida pela beneficiária não deu prá comprar um lote na cidade". — (Carilindo Rodrigues).

O MDB regressivo de contagem

A Câmara Municipal de Contagem, na qual o MDB detém a ampla maioria das cadeiras, aprovou uma resolução "determinando aos Presidentes de Associações dos diversos bairros, quando necessitarem reivindicar qualquer melhoramento para o seu bairro, procurar anteriormente um dos vereadores do município para acompanhar o presidente até o Gabinete do senhor Prefeito, ou a apresentar, em Plenária, a solicitação almejada". O objetivo da medida, explicitado no próprio texto da resolução, seria o de "impedir o aparecimento de líderes populacionais, com objetivos negativos em relação aos propósitos da atual administração". Administração que, diga-se de passagem, é também do MDB, mais especialmente do sr. José Luiz de Souza, herdeiro político do atual deputado federal Newton Cardoso.

Com essa medida, o MDB de Contagem, depositários nas últimas eleições de milhares de votos de protesto vindos da enorme população trabalhadora da região, demonstra o seu papel desmobilizador. O interessante, porém, é que essa resolução vem justamente no momento em que novas associações de bairro são criadas e outras assumem uma prática mais atuante.

Já no dia 27 de maio será realizado o quarto encontro de lideranças de bairro, congregando cerca de 20 associações e visando a formação de uma autêntica e representativa Federação de Associações Comunitárias. A Federação atualmente existente foi formada por políticos ligados à Arena e tem sido inoperante em relação às reivindicações dos moradores de Contagem. — (Juares Rocha).



SÃO PAULO NÃO PODE PARAR!

EM SÃO PAULO
DESEMPREGO
CRESCER PELO SEGUNDO
ANO CONSECUTIVO.

ALTERNATIVAS DE OPOSIÇÃO REAGEM NO RIO GRANDE DO SUL

Os representantes de órgãos da imprensa independente e setores identificados com a luta pela liberdade de expressão, reunidos em Porto Alegre, decidiram formar o "Comitê de Imprensa Independente", com os objetivos básicos de defesa intransigente da livre manifestação dos setores explorados da sociedade; manutenção e fortalecimento da imprensa alternativa; identificação com os interesses dos trabalhadores na sua luta contra a opressão e a exploração.

A imprensa independente tem sido alvo privilegiado da repressão sistemática do regime, que tem se manifestado das mais diversas e sofisticadas formas. Não satisfeito com a apreensão de jornais, atos terroristas, censura de informações, intimidação dos responsáveis, pressões jurídicas e psicológicas; o regime parte agora para uma ofensiva sistemática no campo econômico. No dia 18 de abril último, foi divulgado documento atribuído ao Centro de Informações do Exército — CIEEX — no qual são expostas novas formas "democráticas" de aniquilamento da imprensa independente através de pressões econômicas.

Ainda nesta terça-feira, a sede do jornal "Versus", em São Paulo, foi invadida e interditada por agentes do regime para realização de nova "perícia contábil". O jornal "Versus" já havia sido multado em Cr\$ 240 mil. Este foi o mais recente dos ataques do Governo, que tem propalado estar em processo de "abertura", enquanto reserva para os setores populares e seus defensores, atos de repressão mais sofisticados.

Os organismos abaixo-assinados repudiam publicamente mais este ato repressivo e convidam os setores sociais identificados com a sua luta para expressarem o seu apoio e solidariedade, colaborando financeiramente para a recuperação do jornal "Versus" e organizando uma resposta conjunta.

Porto Alegre, 15 de maio de 1979.

sucursal de Porto Alegre do jornal EM TEMPO
sucursal de Porto Alegre do jornal COMPANHEIRO
sucursal de Porto Alegre do jornal O INIMIGO DO REI
sucursal de Porto Alegre do jornal VERSUS
Movimento de Luta pela Liberdade de Expressão — MOLLE
Diretório Acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS — DABICO

Encontro pela liberdade de expressão

A Comissão Especial de Imprensa apresentou ao plenário do I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão, realizado no último fim de semana, no Rio de Janeiro, um relatório sobre a situação atual da imprensa alternativa, sobre a nova Lei de Imprensa e sobre a situação profissional dos jornalistas.

O documento analisa e condena, com ênfase, as pressões oficiais e extra-oficiais contra a imprensa alternativa de oposição, particularmente o Plano do Centro de Informações do Exército (CIE), divulgado no mês passado. Crítica também a nova Lei de Imprensa, principalmente o seu artigo 50, por meio do qual ainda se submete o direito de informação e de opinião ao tacho da Lei de Segurança Nacional, citando os casos da condenação do jornalista Lourenço Diáféria, da "Folha de S. Paulo" e dos processos existentes contra "Movimento", "Repórter", "Lampião" e o repórter Antonio Carlos Fon da revista "Veja". Por fim, o relatório denuncia e condena a existência de pressões na grande imprensa contra jornalistas independentes, inclusive a existência de "listas negras", que visam impedir tais jornalistas de obter trabalho.

Participaram da Comissão Especial de Imprensa: Alcino Soeiro, presidente, representando a ABI; Ronaldo Buarque de Hollanda, da Cooperativa dos Profissionais de Imprensa do Rio de Janeiro; Octávio Floro Barata Costa, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro; Fernando Uchoa, de "VERSUS"; Joaquim Soriano, do "EM TEMPO"; Carlos Alberto Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Rio de Janeiro; José Louzeiro, pela Comissão Organizadora do Encontro; André Teixeira, do "COMPANHEIRO"; e Dalva Bastos, do jornal "O BERRO".

MAIS UM LADRÃO DE ÍNDICES?

O ministro Simonsen, na reunião da semana passada do Conselho de Desenvolvimento Social, divulgou dados do IBGE segundo os quais o salário real na indústria de transformação cresceu entre 63 e 77 de 85, 9%. Não explicou, contudo, como se chegou a esse número, que à primeira vista e na ausência de maiores esclarecimentos é, no mínimo, suspeito, considerando o "descuido" com que as estatísticas oficiais são elaboradas e as abundantes comprovações de que se dispõe sobre a deterioração ou, na melhor das hipóteses, estagnação dos salários ao longo desse período.

Na indústria automobilística, por exemplo, que se poderia supor ser o ramo do setor industrial que melhor remunerar seus empregados, pesquisa realizada há algum tempo mostra que, entre 66 e 74, o salário médio permaneceu estagnado em termos reais.

Esta situação só se modificaria a partir das greves operárias que, desde o ano passado, têm permitido aos trabalhadores recompor em parte ou elevar em termos reais o poder de compra de seus salários.

De qualquer jeito, e provavelmente para compensar esse aumento de salários recém-descoberto pelo IBGE, o índice oficial de reajuste de salários para o mês de maio foi fixado pelo governo de 44%, portanto abaixo do índice de inflação dos últimos 12 meses que foi de 46,7%.

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
Idade Endereço
Bairro Fone Cidade
Estado CEP End. Comercial
Horário Fone Estou enviando o cheque n°
do Banco em nome da Editora. Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884. Lourdes. Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em
São Paulo. Rua Mathews Grou, 57. Pinheiros. São Paulo - (SP)
CEP 05415. fone: 853-6680.

Anual: Cr\$ 600,00
Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior
Anual: US\$ 90,00
Semestral: US\$ 50,00

GERAIS

OPINIÃO

**Voto distrital contra a esquerda
O golpe que o governo
quer dar nos trabalhadores
com a mudança**

AMÉRICO ÇOPETTI

Deputado estadual e dirigente da
Tendência Socialista do MDB gaúcho



O voto distrital visa fundamentalmente garantir uma composição parlamentar majoritariamente reacionária através da manipulação da vontade popular. O bi-cameralismo, a existência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, já é uma manipulação, é um resquício monárquico que permaneceu após a proclamação da República como forma de garantir às oligarquias, e depois os partidos burgueses mais conservadores, a condição de majoritários no parlamento, mesmo que minoritários nas eleições.

Não podendo mais impedir a realização de eleições o regime tenta instituir uma legislação eleitoral que manipule e fraude a vontade do povo brasileiro.

Muitos companheiros, ao combaterem a tentativa de implantar este sistema eleitoral anti-democrático, argumentam que os distritos seriam desiguais e assim não permitiriam uma representação parlamentar proporcional aos contingentes eleitorais de cada distrito, ou que os distritos seriam estabelecidos pelo governo conforme os seus interesses. Pois a nossa crítica não fica aí, vai mais além. Mesmo que todos os distritos tivessem rigorosamente o mesmo número de eleitores não alteraria o fundamental. O objetivo fundamental do governo, ao tentar implantar este tipo de sistema eleitoral é reduzir o peso e o valor do voto urbano, do voto dos trabalhadores, e nesta medida impedir a real expressão parlamentar das esquerdas e dos setores proletários.

Este sistema não é invenção do governo brasileiro. Ele não tem absolutamente nada de original. Na República Federal da Alemanha o voto distrital foi imposto para permitir um equilíbrio entre os grandes partidos, e mais do que isto, para reduzir drasticamente a força da ala esquerda do Partido Social Democrático. Na Grã-Bretanha, o grupo "tribuna" — ala esquerda do Partido Trabalhista — é majoritário nas Convenções do Partido e minoritário na bancada parlamentar, isto é o produto do voto distrital.

O exemplo mais claro dos resultados do sistema de voto distrital é o exemplo francês. Frente às possibilidades das esquerdas chegarem ao poder pela via eleitoral e parlamentar, o Presidente Charles De Gaulle impôs voto distrital como única forma de, manipulando a vontade da maioria do povo francês, impedir que a maioria esquerda francesa chegasse ao poder na década de 50.

Nas eleições de 1973 na França observamos os seguintes resultados (dos maiores partidos políticos):

DIREITA:
— União para a Defesa da República (UDR) Gaullista 5.684.396 votos (23,93%)
— Partido Republicano Independente (PRI) Giscardiano 1.656.191 votos (6,97%)

ESQUERDA:
— Partido Socialista Francês (PSF) 4.559.241 votos (19,20%)
— Partido Comunista Francês (PCF) 5.085.108 votos (21,41%)

Estes foram os resultados globais das urnas. Sabem como que o sistema distrital apresentou a vontade do povo francês no Parlamento? Da seguinte forma:

UDR 183 deputados
PRI 55 deputados
Total de votos da Direita: 7.340.587 — Deputados: 238
PSF 102 deputados
PCF 73 deputados
Total de votos da Esquerda: 9.644.349 — Deputados: 175

PELO FIM DO BICAMERALISMO
Isto é que o regime pretende fazer com a tentativa de implantar o sistema de voto distrital no Brasil. Na verdade o atual sistema eleitoral já é altamente manipulatório. Os Estados da Federação não possuem uma representação rigorosamente proporcional ao número de eleitores. O pacote de abril exarcebou mais ainda a desproporção quando estabeleceu que a "proporção" fosse em relação ao número de habitantes e não de eleitores, e tam-

bém quando restringiu o número de deputados por Estado e ampliou o mínimo. A pretexto de representar os Estados se impõe uma legislação anti-democrática que fraudar a vontade do povo. Isto é que explica que já hoje, o MDB faz mais votos e elege menos deputados. Pois na verdade os Estados não são os distritos do sistema eleitoral brasileiro.

A tentativa de implantar o voto distrital terá o nosso ferrenho combate. Não aceitaremos esta manipulação. Quando do Congresso de fundação da TENDÊNCIA SOCIALISTA do MDB, no ano passado, aprovamos como item do programa da TS "Pelo fim do bi-cameralismo (Câmara e Senado) e por uma ASSEMBLEIA POPULAR única com representação rigorosamente proporcional aos votos obtidos com representação rigorosamente proporcional aos votos obtidos nas legendas partidárias; e "radical combate ao sistema de voto distrital", já prevíamos que este recurso golpista seria tentado contra todas as forças democráticas do País e especialmente visando atingir os seus setores mais consequentes: as tendências de esquerda, as correntes populares, os segmentos progressistas da sociedade brasileira.

Balanço do ABC

"Se tivesse que começar tudo de novo, começaria e terminaria da mesma forma"

LUIS INÁCIO DA SILVA, O LULA

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo



Um balanço preliminar destes três últimos meses no ABC aponta, a nível do sindicato, uma experiência que foi a melhor possível. Depois de uma preparação de quase seis meses para chegarmos a esta greve que foi feita, e depois de 15 dias de greve, a gente é alvo da arbitrariedade da legislação, é alvo da arbitrariedade do próprio governo, e sofremos aquilo que nunca esperávamos nos sindicatos do ABC, que foi a intervenção. Mas esta intervenção foi benéfica a nível do sindicalismo brasileiro porque ela fez com que despertasse uma coisa chamada SINDICATO PARA A CLASSE TRABALHADORA, a qual até então via o sindicato mais ou menos com um pé atrás. A partir da intervenção os trabalhadores passaram a ver o sindicato como órgão de defesa e passaram a ter como bandeira, muito mais importante, a retomada do sindicato.

Contudo ainda é cedo para se fazer um balanço mais geral da greve porque para nós em São Bernardo a situação ainda não terminou. Os trabalhadores aceitaram o acordo, mas muito mais atendo a um pedido meu. Isto porque o momento político não permitia que a gente retomasse a greve. Não tínhamos local sequer para novas reuniões; o estádio, sabíamos que seria tomado pela polícia no primeiro dia de greve.

E depois de discussões com vários companheiros da base, e de outras categorias, resolvemos fazer um pedido, que foi muito em meu nome, para que o pessoal aceitasse o acordo, acatando a proposta de um companheiro de base que era no sentido de retomada da luta pelo sindicato de volta às mãos dos trabalhadores.

E vamos continuar a luta. Dia 10 por exemplo se os empregadores descontarem um dia de serviço dos trabalhadores, eu tenho certeza de que eles pararão novamente as máquinas. E isto é uma demonstração de que o movimento não acabou. Apenas, ocorreu o uso do bom senso, evitando fazermos aquilo que muitos gostariam que fizéssemos, ou seja, partirmos para um confronto direto com a polícia, que interessava muito mais aos radicais de direita do que à própria classe trabalhadora. Mas ainda é cedo para um balanço definitivo. Ainda não fizemos sequer uma assembléia com os trabalhadores, coisa que faremos agora no próximo fim de semana; sequer fizemos uma avaliação de toda esta experiência junto aos dirigentes sindicais. Portanto, dentro de um pouco mais de tempo é que teremos condições para um balanço final.

No entanto, de uma coisa eu tenho certeza: se eu tivesse que começar tudo de novo, começaria da mesma forma que comecei e terminaria, quem sabe, da mesma forma que terminei. Avançamos muito. O sindicalismo brasileiro, pelo menos em termos de perspectiva, avançou uns 10 anos, depois deste movimento. E os resultados virão a curtíssimo prazo, acredito que num futuro bem próximo.

EDITORIAL

Auto-defesa

A imprensa alternativa de oposição surgiu e cresceu no Brasil, ocupando um espaço significativo em termos nacionais, particularmente vinculada aos diversos setores oposicionistas que crescem nas fábricas, nas categorias assalariadas médias, nas universidades. Essa realidade é tão irreversível quanto a disposição de luta pela democratização do país, principalmente quando compreendida sob a ótica dos interesses dos trabalhadores. O regime, contudo, pretende calar, destruir, esse fenômeno novo da realidade brasileira, na medida em que pretende uma "abertura" restrita aos setores dominantes e, por isso mesmo, continuisticamente ditatorial contra os setores operário e popular. O plano do Centro de Informações do Exército, divulgado no mês passado, é uma das provas cabais dessa disposição do regime ditatorial em processo de recauchutagem. Isso porque o plano do CIER não foi apenas tornado público: ele está sendo aplicado.

O jornal "VERSUS" tem sido a primeira vítima das pressões orientadas pelo plano de CIER. Multa de 240 mil cruzeiros, nova auditoria contábil, mandante de busca e apreensão dos livros econômico-financeiros da editora, executado pelo DEOPS, entre outras. Mas "VERSUS" é apenas a primeira a receber uma carga grossa de pressões — e não o único. O conjunto dos alternativos de oposição estão gravemente ameaçados. E, com eles, o significativo número dos seus leitores, vistos em termos globais e nacionais. De Norte a Sul do Brasil, em pequenas cidades, em bairros, em paróquias, além dos jornais de âmbito nacional, a imprensa chamada de nanica existe e se fortalece.

Em reação contra essa ameaça de morte, um processo decisivo de auto-defesa tem de ser desenvolvido. Desenvolvido radicalmente. Porque ele já começou. Reuniões da imprensa alternativa foram realizadas em São Paulo, promovidas pelo jornalista e deputado estadual do MDB, Fernando Moraes, que culminaram com a elaboração de um dossiê sobre os ataques (impunes) sofridos até agora pelos nanicos. Esse dossiê encontra-se hoje com o Conselho Parlamentar dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo. Já existe um Comitê de Defesa da Imprensa Alternativa — Seção Rio de Janeiro. Nesta semana foi formado idêntico comitê em Porto Alegre. E, no I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão, realizado no último fim de semana no Rio, o problema dos alternativos foi destacado com ênfase.

A nossa auto-defesa, contudo, tem que se ampliar e fortalecer. Devemos criar, imediatamente, o Comitê de Defesa da Imprensa Alternativa — Seção São Paulo. E preparar, a médio prazo, a realização do I Encontro Nacional da Imprensa Alternativa. Essas são nossas tarefas imediatas, para as quais devemos contar com a solidariedade de todos os verdadeiros democratas deste país. É a liberdade de expressão que, mais uma vez, está em jogo.

A solidariedade prática de todos os oposicionistas brasileiros, contudo, requer, para se efetivar, que os responsáveis pelos jornais alternativos consolidem e primeiro passo da nossa auto-defesa.

Um jornal alternativo de oposição deve ter muita opinião. E é o que vamos ter, a partir deste número, nesta página, dedicada a registrar recados pessoais, de modo curto e grosso, de personalidades comprometidas com as lutas oposicionistas.

Cada um escreverá sobre o tema de sua livre escolha, numa iniciativa que, acreditamos fortalecerá os objetivos democráticos e consequentes da Frente Jornalística responsável pelo surgimento e manutenção do nosso semanário. Entre essas opiniões, é claro, registramos a nossa.

Entre outros, já fazemos parte deste time opinativo: LUIS INÁCIO DA SILVA, o LULA; PERSEU ABRAMO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, JACÓ BITTAR, FRANCISCO WEFORT, ZÉ PEDRO, GERALDO SIQUEIRA, o GERALDINHO, INÁCIO HERNANDEZ, AIRTON SOARES, D. HELENA GRECO, PAULO SKRONOV, CHICO DE OLIVEIRA, ADALBERTO NASCHENWENGEN, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, HELIO BOMBARDI e AMÉRICO COPETTI.

O MDB não é monopólio das oposições

**O MDB deve agir
construtivamente face às
novas forças políticas
da oposição**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo e suplente de senador pelo MDB paulista



Há um ponto básico diante do qual não podemos nos equivocar na caracterização da conjuntura atual. Se as pessoas se afezram à idéia de que nós estamos numa ditadura e que é preciso primeiro derrubar a ditadura para depois então pensarmos em fazer alguma coisa, então estão equivocadas.

Porque? Porque nós estamos numa situação de transição, onde hoje, depois de muita luta social, constata-se um certo desafogo que diz respeito a uma certa liberdade de movimentos, de crítica, de expressão. Porém o que não mudou nada, em nem um milímetro, foi quem toma decisão; a estrutura de poder não se alterou. Mas há movimento na sociedade e isto tem que ser reconhecido e temos que nos adaptar a isto.

Ora, o MDB foi criado numa conjuntura anterior a esta. E agora ele está numa etapa onde tem que dizer numa palavra esta transição. Se nós nos afezramos à idéia de que o MDB deve ser o monopólio da oposição, nós estamos atrasados. Nós não vamos ser este monopólio nem isto sequer vai mais existir. O que o MDB pode fazer na conjuntura, construtivamente, é ter uma posição aberta para permitir que, como federação de oposições, seja possível às forças novas que venham emergir a, naquilo que é importante, não romperem a unidade das oposições. Mas o MDB não deve em nome disto impedir que estas forças existam ou se constituam.

Seria uma ilusão pensar que no prazo de 2 a 3 anos o quadro político vá permanecer o mesmo. Acho que não, e se dou 2 a 3 anos é para não sentir o ritmo do governo.

Que possibilidades se abrirão nesta mudança de quadro? É possível que o MDB, ao transformar-se, aglutine forças como líderes sindicais, oposições de esquerda etc, se tornando o grande leito de um partido verdadeiro. Se isto acontecer, ótimo, aproveita-se um caminho. Mas também é possível que isto não se dê; pode ser que o setor moderado, fisiológico etc, conservador do MDB prevaleça. Se isto ocorrer haverá necessariamente uma separação. É isto que, realisticamente, como analista, deve-se dizer. Não tem mais sentido pensarmos que estamos como antes do AI-5. O AI-5 acabou mesmo e temos que, com isto na cabeça, comermos a fazer propostas.

As propostas que estão vindo são necessárias e cabe às lideranças do MDB — eu me incluindo nelas — atuar construtivamente. Não sufocando, mas dando curso a elas, de uma maneira que antecipe o futuro que teremos pela frente.

Direção unitária para a UNE

PERSEU ABRAMO
é jornalista e membro da
Comissão Executiva do Comitê Brasileiro
de Anistia de São Paulo.



A União Nacional dos Estudantes, que será recriada dentro de dias em Salvador, encontra-se dentro de um dilema que é, ao mesmo tempo, organizacional e político: a questão da definição da oportunidade, do caráter e da composição de sua direção nacional.

É fundamental que o ato de criação da UNE — o Congresso de Salvador — se cristalice através do ato decorrente mas não secundário de eleição da sua primeira diretoria depois de tantos anos de recesso. Essa direção poderá, evidentemente, ser provisória, por tempo determinado ou não, mas não poderá deixar de sair da sessão final do congresso, sob pena de a constituição da entidade não subsistir ao momento da volta dos delegados aos seus Estados de origem. É claro que a direção provisória, mesmo por tempo determinado, tem grandes chances de ter grande parte de seus membros reeleita no momento da escolha da direção definitiva. Não obstante, não se conceberá como realmente reconstituída a UNE se ela não sair, do Congresso de Salvador, com uma direção de algum tipo.

Daí que a discussão em torno da composição dessa primeira e provisória direção deve merecer o maior cuidado de todos os delegados. Neste preciso momento da conjuntura nacional, antes da conquista de uma anistia ampla, geral e irrestrita — uma das bandeiras centrais da UNE — da existência de alguma forma de assembléia constituinte, da liberdade de existência e atuação para os partidos políticos e de organizações de massa (como uma confederação de trabalhadores), seria de todo inconveniente que a primeira direção nacional da UNE recriada fosse tomada em bloco por um grupo hegemônico, qualquer que fosse a sua origem. A necessidade de composição de uma frente ampla é fundamental para a existência e a continuidade da UNE nos seus primeiros meses de nova vida. Qualquer posição sectária, particularizada e setorializada, não terá as mínimas condições de conduzir a UNE neste seu renascimento, dada a conhecida fragilidade que ainda persiste, para o Movimento Estudantil, em muitos Estados. Evidentemente, essa frente ampla não deve ser tão ampla quer permita abarcar representantes de correntes que não se posicionem claramente a favor das liberdades democráticas, e nem deve ser tão restrita que complete apenas uma ou duas correntes de pensamento, com clara e deliberada exclusão das demais. Assim, o critério de composição da primeira direção nacional da UNE deve menos refletir o número de delegados de alguma forma vinculados às diversas correntes de idéias dentro do Movimento Estudantil que à imperiosa necessidade política de constituir um grupo unitário em torno de um consenso mínimo em torno das questões fundamentais do ME, capaz de ser sustentado pelas bases — sejam elas quais forem — em todo o território nacional.

Que a UNE seja a voz de todos os estudantes brasileiros!

HISTÓRIA IMEDIATA 3

Cr\$ 45,00

ARACELI

CORREÇÃO EM SOCIEDADE

TOXICO
ALCOOLICO DE INFLUENCIA
VIOLENCIA

CARLOS ALBERTO LUPPI

Manaus - Santarém - Boa Vista - Macapá - Altamira - Porto Velho - Rio Branco
Via Aérea Cr\$ 58,00

Primeira DE uma série

INTERNACIONAL DA REPRESSÃO AGE NO CONE SUL

Por Flaminio Fantini

Dois depoimentos ainda desconhecidos dos leitores brasileiros, e reproduzidos pela primeira vez aqui, confirmam a existência da colaboração entre as polícias políticas na América Latina, particularmente no desaparecimento de presos e o intercâmbio de serviços militares de inteligência. Um ex-delator e carrasco chileno, que se arrependeu e fez impressionantes revelações sobre sua vida e sua ação na DINA de Pinochet e um ex-tenente uruguaio que recusou-se a participar de torturas, refugiou-se na Suécia, e também confirmou que os agentes das diversas ditaduras transam numa boa. Essas novas comprovações são o reflexo do verdadeiro vendaval de denúncias de violação dos direitos humanos que vêm ocorrendo nos últimos tempos. É o começo de uma série de reportagens que EM TEMPO começa a publicar nesta edição.

A agitação diária na imprensa durante vários meses acabaram por chamar definitivamente a atenção da opinião pública brasileira para a existência da colaboração internacional da repressão política aos opositores das ditaduras militares da América Latina. O seqüestro dos uruguaio Lilian e Universindo, em Porto Alegre, somado às campanhas pela anistia à Flavia Schilling e a Flavio Koutzi, permitiram e incentivaram a investigação dessa rede formada pelos governos do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile, principalmente, nesta década de 70, para dar cabo dos seus adversários.

Pouco a pouco, começam a surgir comprovações irrefutáveis e como diria o velho dito popular — adaptado para a política nacional pelo vice-presidente da república Aureliano Chaves — já não se pode mais tapar o sol com a peneira. Só não vê quem não quer. Ou quem tem o rabo preso na intricada malha, cujos nós acabaram por ser desatados todos num futuro qualquer.

Nos últimos meses, o ponto de partida para estas comprovações tem sido as INCONTÁVEIS DENÚNCIAS de familiares, amigos, comitês de direitos humanos e anistia, e até mesmo vazamentos dos círculos militares de informações preciosas. Servindo-se dessas denúncias como alavanca, nos mais diferentes pontos do Cone Sul, hoje os movimentos democráticos partem para apuração exaustiva e os resultados já se começam a sentir, como é o caso do seqüestro dos uruguaio no Rio Grande do Sul.

O CLAMOR DA IGREJA

Uma importante amostra da extensão que tomaram estas denúncias pode ser encontrada no trabalho que vem desenvolvendo em São Paulo o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, uma instituição vinculada à igreja católica e firmemente encorajada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Centenas de denúncias desaguardam neste comitê, levadas pelo correio ou relatadas pateticamente em encontros pessoais com seus membros desde que foi lançado em junho passado o boletim CLAMOR, redigido em três línguas e difundido no país e no exterior, junto à personalidade

des e órgãos vinculadas à defesa dos direitos humanos, ou ainda, junto aos trabalhos eclesiais de base que a igreja mantém nas periferias dos grandes centros urbanos.

SEQÜESTRO À ARGENTINA

Uma dessas denúncias, recebida por exemplo na semana passada, dá conta do seqüestro em Buenos Aires de dois cidadãos — Anuncio Jara Torres e Mario Farina — arrancados à força pelos órgãos de segurança daquele país, na presença das esposas e dos filhos pequenos, há nada menos que oito meses, sob a acusação de ligações com atividades ditas subversivas. A mensagem vem de Buenos Aires, através de um boletim de confecção bastante artesanal, como costumam ser em geral estas denúncias.

Muitos dos episódios apresentam idênticas circunstâncias de cooperação entre polícias políticas dos países de Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai. Há forte suspeita, de acordo com o boletim argentino, de que Jara e Farina tenham sido transportados de Buenos Aires para o Paraguai, junto com um terceiro seqüestrado, num avião especial. A informação seria fruto de um vazamento — um policial teria informado ao Comitê que redige o boletim do transporte. Além disso, muitos vizinhos que presenciaram o seqüestro de Jara e Farina testemunharam mais tarde que os seqüestradores falavam guarani entre eles, o que remete imediatamente à hipótese de haver policiais paraguaios na jogada.

Outro caso que pode ilustrar é o de um pai de dois jovens argentinos — um morto e outro preso — que o caminho do seu exílio para a Europa prestou um depoimento especial ao Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. "Nós sabíamos perfeitamente — conta o refugiado — o perigo que nosso filho Osvaldo de Benedetti corria, desde a sua prisão em Tucumán em setembro de 1974. A partir deste momento começou nossa odisséia. Duas bombas haviam explodido em nossa casa e recebemos ameaças de morte". E prossegue: "Até o dia do fuzilamento do nosso filho a

vida dele e a nossa foi um martírio, mas não desconhecemos que há sofrimentos maiores, que os nossos, pois, desgrazadamente, já milhares de famílias latino-americanas que nos superaram em abnegação, dor e heroísmo", declarou.

Entretanto, lentamente, começam a se somar provas concretas que evidenciam a existência de uma rede internacional de repressão política, uma colaboração bem entrosada entre os governos dos países do Cone Sul, principalmente ao longo desta década de 70, responsáveis por todos estes crimes anti-populares.

A chuva de denúncias significa apenas que nos últimos tempos o caldo começou a transbordar. Casos e mais casos, como os de Lilian Celiberti e Universindo Dias, seqüestrados em Porto Alegre, representam um exemplo típico deste novo fenômeno de emergência — tudo o que andou obscurecido nos porões das ditaduras latinas está subindo à tona.

A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL

Ao procurar a explicação para estado de repressão existente e generalizado no Cone Sul, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos que edita o CLAMOR é taxativo: há "uma relação direta entre a repressão existente na maioria dos países latino-americanos e a doutrina de segurança nacional". De acordo com a argumentação, os governos buscam um clima político estável para carrear investimentos estrangeiros aos países latino-americanos. "Esse clima político estável — adverte o Comitê do Cone Sul — só se consegue e garante pela repressão e consequente violação dos direitos humanos".

A instituição comenta a política conhecida como trilateralismo de Jimmy Carter: "É uma maçonaria política que atua por contra própria por detrás da fachada ostensiva da política externa das grandes potências". E conclui: "Como parte essencial do trilateralismo está a defesa ostensiva dos direitos humanos. Resulta daí que a defesa dos direitos humanos foi substituída pela Comissão Trilateral, tornando-se um mero meio para atingir meios menos ostensivos".

O tenente que recusou torturar



No começo deste ano um tenente do Exército Uruguaio, Julio César Cooper Alves, apresentou uma longa declaração de denúncias do funcionamento do aparelho repressivo no seu país. Segundo ele, teve de deixar o Uruguai devido às perseguições crescentes que vinha sofrendo desde 1972, quando na qualidade de oficial militar recusou-se a participar de torturas a presos políticos em vários quartéis onde serviu. As perseguições variavam da simples reprovação em cursos de carreira militar até a detenção, passando pela acusação de "comunista e subversivo".

Em maio de 77, o tenente Cooper Alves afirma que desvinculou-se do serviço ativo do exército, mas teve dificuldades de encontrar trabalho, pelos "antecedentes" que constavam de sua ficha militar. No dia 6 de agosto de 78 ele deixou o Uruguai para refugiar-se na Suécia.

A entrevista cujos trechos resumimos a seguir foi colhida pelo SECRETARIADO INTERNACIONAL DE JURISTAS PELA ANISTIA NO URUGUAI, no dia 11 de janeiro, em Estocolmo. No texto integral do depoimento são relatados minuciosamente vários episódios de torturas, de envolvimento dos militares em corrupção, o funcionamento da máquina repressiva uruguaia e as perseguições sofridas pelo tenente.

MISSÕES NO ESTRANGEIRO

— Pode dizer-nos algo acerca dos organismos especialmente criados para a repressão e trabalho de inteligência?

— Órgãos encarregados de coordenar a repressão e as operações são dois. OCOA (Órgão Coordenador de Operações Anti-Subversivas) dependente e interno da Primeira Divisão do Exército que compreende Montevideo e Canelones. O outro organismo é o SID, Serviço de Informação de Defesa. Este já é geral para todo o Exército e depende do Ministério de Defesa. Ambos organismos cumprem funções similares com a única diferença que OCOA é mais particular. As missões que desempenham estes organismos são variadas. Podemos mencionar desaparecimentos, detenções, seqüestros de presos, missões no estrangeiro, em países vizinhos, transporte de detidos de um país para outro.

Essa gente leva uma vida desenfreada, contando com as mais amplas possibilidades: uso de locais para manter os presos, seja como centros para interrogatórios e torturas, seja para realização de festas e orgias organizadas por eles. Uso indiscriminado de veículos oficiais destes órgãos, com pagamento de gasolina ainda quando são usados particularmente. Por sua qualidade de oficial das Forças Armadas em missões de investigação, têm possibilidade de entrar em qualquer ambiente social e ainda nos países vizinhos como Argentina, Chile, Brasil, Paraguai.

— É certo que as Forças Armadas Uruguaio detem cidadãos de seu país para logo em seguida negar que se encontram detidos? Pode você assinalar exemplos concretos?

— Em geral considero que sim. Esta prática é permanente e se segue levando à cabo. Como fato concreto posso citar o seqüestro da jovem Helena Quinteiros, desde a Sede da Embaixada da Venezuela, na qual intervirei, diretamente elementos de OCOA, e posso citar a um desses elementos que é o Capitão Jorge Silveira, do qual tomei conhecimento por intermédio de oficiais do exército, em comentário geral.

INTEGRAÇÃO E REAL

— Você pode assinalar com que intensidade se dá a coordenação militar entre as Forças Armadas de Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Brasil e oferecer dados concretos acerca dos oficiais que participam ativamente neste tipo de atividades?

— Esta coordenação é uma realidade e é permanente entre os integrantes destes exércitos. Quanto a dados concretos de oficiais que participam nestas atividades, cabe citar os integrantes dos dois organismos que são o SID e o OCOA. Tenho conhecimento que os oficiais e chefes integrantes destes órgãos de repressão cumprem estas missões, ou seja, as missões no exterior em países vizinhos, no transporte de presos destes países vizinhos e assim mesmo a atuação de oficiais das Forças Armadas destes países no Uruguai, cumprindo missões similares. Em geral, para citar alguns oficiais integrantes de ambos organismos, posso citar no Serviço de Informação e Defesa o Coronel Dinarte Perez, o Major Cavazzo, o Major Gilberto Vázquez, o Major Rudier Soia. Esses enquanto os que me vêm à memória. E com respeito a OCOA, cabe ao Major Cordeiro, Capitão Armando Mendez, Capitão Jorge Silveira.

— O que você pode dizer quanto à educação que se ministra aos oficiais das Forças Armadas Uruguaio?

— Desde cadete, numa idade de 15 a 21 anos, nas três escolas do Exército, Marinha e Força Aérea, a educação se baseia nos seguintes traços: dá-se somente valor e vigência a todo elemento ideológico ou filosófico que venha da direita. Por outro lado se desvirtua, se ataca, se critica, se condena permanentemente todo aquele que provenha de setores de esquerda e se chega ao extremo de conceber o que venha da esquerda como nocivo. Também se educa ao oficial na negação das organizações sindicais considerando-as como elementos de deterioração da sociedade e como perigo à segurança nacional.

Nos últimos anos sobretudo, acentua-se a doutrina para o enfrentamento com elementos subversivos ainda no combate. Trata-se de criar no jovem oficial a mentalidade destrutora e agressiva, de desprezo pela vida dos elementos desertores de esquerda ou de setores progressistas. Por exemplo, o seguinte é parte obrigatória do atual ensino dos cadetes da Escola Militar Uruguaia: Cada cadete deve preparar-se para um exercício que se faz em determinada altura do curso. Como preparação, cada um deve criar, na dependência da escola militar, um animalzinho. Esse animalzinho está sob a responsabilidade do cadete, que deve alimentá-lo, cuidar dele por um longo lapso de tempo. Chegado o momento do exercício, o cadete tem a obrigação de sacrificar o animalzinho que vinha cuidando, da maneira mais brutal possível, sangrando-o, ou espartilhando-o, ou ainda cortando fora a cabeça. Creio que isto é significativo de que a mentalidade se traza de formar no futuro oficial das Forças Armadas do Uruguai.

A confissão do homem do capuz

Nas semanas que se seguiram ao golpe militar do Chile, em setembro de 1973, quando milhares de presos políticos encontravam-se detidos no Estádio Nacional de Santiago, um homem encapuzado apontava com o dedo, sem pronunciar sequer um nome, os prisioneiros a serem conduzidos para as câmaras de tortura, muitos dos quais jamais voltaram ou foram vistos.

Quatro anos mais tarde, em junho de 1977, um cidadão se apresenta ao Vicariato de Solidariedade, uma instituição de defesa dos direitos humanos e amparo aos seqüestrados políticos, vinculada à Igreja Católica no Chile. Como pesavam sobre ele suspeitas de ser um agente provocador, somente de terceira tentativa é que o cidadão conseguiu que os membros da instituição registrassem em uma fita magnética de gravador sua surpreendente confissão: "Eu sou o homem encapuzado do Estádio Nacional". Seu nome: Juan René Muñoz Alarcón, antigo dirigente do Partido Socialista, que passou para o lado da repressão.

Poucas semanas após, Alarcón foi assassinado — o cadáver apresentava marcas evidentes de violência. Nessa ocasião, o depoimento do homem encapuzado foi encaminhado à justiça, que tocava um processo como se o fato fosse um caso.

Ainda que fosse um depoimento de existência conhecida, só chegou a tornar-se público, depois que a revista PROCESSO obteve a transcrição da fita, revelando-a. Posteriormente, outras publicações reproduziram o documento, entre eles, o periódico francês LE MONDE DIPLOMATIQUE, com grande destaque. Um resumo das confissões do ex-agente da DINA, a máquina de repressão do ditador Pinochet, é o que segue.

Meu nome é Juan René Muñoz Alarcón, carteira de identidade 4.824.557-9 Santiago. Tenho 32 anos de idade, casado, vivo em Población Maipo. Sou ex-dirigente do Partido Socialista, membro do Comitê Central da Juventude, dirigente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e pertencente à Confederação de Trabalhadores do Cobre.

No ano de 1973, renunciei ao PS. Saí por que não estava de acordo com algumas coisas. Fiz a renúncia na imprensa, na televisão, no rádio. Isto aconteceu quatro ou cinco meses antes do golpe militar, o que significou ser perseguido pelo pessoal do Partido. Neste tempo era casado e tinha seis filhos: o pessoal da direita me acolheu. Para ser mais exato, Carlos Astón, que hoje é cônsul geral do Chile no Sul da África. Eles me esconderam, me alimentaram, pois eu me encontrava praticamente nas últimas consequências: o último que me faltava era o suicídio com um tiro.

Logo veio o pronunciamento do golpe militar. Fui levado ao Estádio Nacional — primeiro campo de concentração estabelecido por Pinochet, em setembro de 1973, para o reconhecimento de militantes. Fiz isso voluntariamente nesse momento por que eu tinha um espírito de revanche frente aos que haviam sido meus antigos companheiros, pela perseguição de que havia sido objeto por parte deles. Eu sou o encapuzado do Estádio Nacional. Os serviços de segurança me encapuzaram e me fizeram passear pelas diferentes seções em que estavam os presos políticos. Reconheci bastante gente. Muitos deles morreram e sou o responsável pelas suas mortes pelo simples fato de havê-los reconhecido e havê-los acusados de ser meus antigos companheiros, seja como membros do Comitê Central, seja como membros do aparelho de segurança do Partido.

RECONHECIMENTO NAS PRAÇAS

Posteriormente me pediram que com alguns grupos de militares saísse à rua para reconhecer gente nas praças. Desgrazadamente toquei-me com o caso de Miguel Plaza, que hoje está vivo, graças a mim. Eu não o quis



reconhecer. Mas desgrazadamente existia uma foto na qual aparecíamos juntos e pelo fato de mentir, estive preso vários meses. Deram-me o mesmo trato que aos detidos, ou seja, não se levou em conta, que eu já não pertencia ao partido, e que já não estava metido em coisa alguma.

Depois me puseram em liberdade com a condição de cooperar. Me levaram à Colônia DIGNIDAD onde funciona um Centro de Adestramento de Inteligência Nacional, dirigido por antigos alemães arrancados da guerra e que chegaram ao Chile muito jovens. Ali me prepararam para fazer interrogatórios e tarefas de contra-inteligência. Me pediam que me reincorporasse na clandestinidade do Partido, mas isso não foi possível pois eu já estava bastante "queimado", pois todo mundo sabia do meu rompimento anterior.

Depois, ocupei-me da tarefa de caçar militantes, de interrogá-los, de torturá-los e de matá-los. O meu chefe direto neste caso era o atual Diretor de Assuntos Cívicos da Junta de Governo, Álvaro Puga Cox.

Geralmente se acredita que a DINA é o único organismo que desaparece prisioneiros. Isto não é o certo. Existem sete serviços de inteligência operando neste país e eu trabalhei em todos, sem exceção. Reconheço que quando comecei a fazer por revanchismo, com ódio e com alegria de promover uma vingança, mas devido à situação que vivia e o que tinha que fazer, posteriormente tentei sair. Reagi e tratei reiteradas vezes de sair, coisa que não me foi possível, por que quando se entra não se sai mais.

TRANSPORTE PARA OUTROS PAÍSES

Existem seis lugares de reclusão e o outro mais importante, é que o usa as identidades falsas. Quando um homem cai preso, por exemplo, vou citar meu caso. Eu caio, Juan Muñoz Alarcón, eles fazem um falso documento e colocam Francisco Lopez Aguirre, e por isso, quando aparece um pedido de HABEAS CORPUS, eles nunca acham o nome. Mas a pessoa está presa de verdade. Eles queimam todos seus documentos, os verdadei-

ros, e lhe dão a nova carteira. Algumas vezes, eles informam que a pessoa saiu do país. É verdade; mas levaram a tal pessoa até a Argentina e a trouxeram de volta de avião. Em outras ocasiões, quando a pessoa se recusa a colaborar, eles fazem um documento para um agente da DINA e ele sai com a documentação oficial dessa pessoa. Sua saída do país é então registrada oficialmente e preso é executado mais tarde.

No momento, existe um esquadrão da morte neste país comandado pelo capitão Rolando Larenas, um oficial da artilharia. Esse homem mantém contatos com serviços de inteligência no Brasil, Argentina e Uruguai, os quais agem indiscriminadamente dentro do país. 50% dos veículos argentinos que entram no país em diferentes pontos da fronteira entram como turistas, mas na realidade pertencem aos nossos serviços de segurança. O trabalho deles é o de caçar pessoas no exterior e trazê-las de volta. Eles fazem trocas de prisioneiros, tudo permitido e garantido pelo Presidente da República, o qual é o chefe direto de tudo, porquanto o chefe da DINA é diretamente responsável a ele. Os Ministros do Interior e da Justiça não têm nenhuma interferência nesses serviços.

Em DIGNIDAD, existe uma rádio com a qual se pode comunicar em segundos com qualquer lugar no mundo, é a receptora central de toda a informação do aparato exterior da DINA. Neste momento, em Venezuela, Colômbia, França, Suécia, Itália, está trabalhando a metade do pessoal da DINA, isto é, os oficiais do quadro permanente, e não o pessoal civil.

Autorizo a este Vicariato fazer o uso que achar mais conveniente destas declarações, não importando as consequências. Estou pronto a tudo por razões de segurança, por que estou amado de morte e sei que, cedo ou tarde, vou morrer. Por medida de segurança, repito, para que possa ser usado em benefício de tanta gente que está sofrendo da qual sou responsável no fundo. Faço isso para esclarecer a verdade. Estou disposto a ir aos tribunais ou aonde seja necessário para denunciar e retificar todas estas coisas.

NA PRÓXIMA SEMANA
Revelação: a encomenda de computador IBM pela polícia brasileira para investigar "ativistas políticos".
E mais: reportagem completa sobre a utilização dos computadores como arma da repressão internacional.

O ex-líder camponês Manoel da Conceição envia do exílio uma mensagem aos homens do campo

A besta fera, o dragão e as 7 pragas que devoram o Brasil

Mesmo no exílio longe de Genebra, o ex-líder camponês Manoel da Conceição mostrou mais uma vez sua preocupação com os rumos do movimento social nas regiões agro-pecuárias do país. Ele enviou uma tese aos congressistas de todas as regiões rurais do Brasil.

É uma mensagem que reúne suas opiniões, "fruto de minha vida como explorado do campo, de minha atividade como sindicalista rural no Maranhão".

No texto, ele mesmo se apresenta: "Fui fundador e presidente do sindicato de Pinaré-Mirim e colaborei na fundação de vários sindicatos na região. Esta atividade levou-me a ser procurado por jagunços e pistoleiros, a ser jogado nos cárceres da ditadura, a ser descido aos porões da tortura e a ser atualmente obrigado a viver no exílio. Aqui no exterior sou membro integrante da Coordenação do Comitê de Apoio Internacional da Oposição Sindical Brasileira". A seguir, um resumo do documento de Manoel da Conceição.

VAMOS DESTRUIR UMA A UMA AS PRAGAS QUE NOS SUFOCAM

Antigamente se falava das ameaças dos fins dos tempos. Segundo a crença, a besta fera e o dragão abririam suas bocas e lançariam sete pragas sobre o mundo, que chupariam o corpo e o sangue dos homens deixando apenas o couro e os ossos soltos ao sabor do vento.

Hoje nos damos conta de que a besta fera é a classe que explora e domina os povos por todo o mundo, ou seja, a burguesia monopolista mundial. O dragão, que solta as pragas pelas suas bocas espalhando fome, miséria, sofrimento e opressão pela humanidade é o capital monopolista mundial.

São estes, afinal, o pai e a mãe das sete pragas que chupam o suor e o sangue do nosso povo.

A PRIMEIRA PRAGA é o militarismo, que controla pela força bruta a terra, o mar e o espaço e violenta a natureza e os seres humanos; que desvia recursos essenciais à sobrevivência humana para produzir armamentos, e assim alimentar guerras, repressão e morte; que cria monstros vazios de sentimentos humanos, capazes de torturar e violar os direitos humanos até das crianças.

A SEGUNDA PRAGA é o crescente monopólio das terras, fábricas e bancos, da tecnologia, da distribuição e comercialização dos produtos, da comunicação, da ciência, da força de trabalho e até da guerra e da paz pela burguesia monopolista mundial.

A QUARTA PRAGA é a burocracia tecnocrática do Estado, que considera mais importantes as máquinas, o respeito à letra das leis e o dinheiro do que a vida humana.

A QUINTA PRAGA é o controle ideológico exercido através da propaganda tanto da burocracia estatal como das empresas privadas. A propaganda estatal tenta esconder a miséria e os atos arbitrários da repressão, amortecer o espírito combativo e a iniciativa do povo e alimentar a sua dependência do governo ou da sorte. A propaganda das empresas tenta convencer o povo a comprar objetos supérfluos, enquanto as suas próprias necessidades básicas não são atendidas. Estas duas propagandas carregam em si a ideologia do capitalismo, gerando egoísmo, competição, individualismo, arrogância, submissão e divisionismo a nossa própria classe trabalhadora.

A SEXTA PRAGA é o assistencialismo da burocracia estatal, com o imenso número de repartições oficiais — INCRÁ, GERA, INDA, PROTERRA, PROAGRO, FUNAI, SUDECO, SUDENE, SUDAM, PIN, PRODOESTE, FUNRURAL, PRORURAL, DNOCS, e outras tantas. Estes instrumentos do Estado, em vez de darem respostas satisfatórias às necessidades dos trabalhadores, servem antes para nos controlar e eternizar a nossa dependência na vã esperança de melhores dias.

A SÉTIMA PRAGA é a estrutura sindical elitista, verticalista, burocrática, dependente, tutelada pelo Ministério do Trabalho, entregue a pelegos e dedos-duros e até a elementos policiais a serviço da burguesia e do regime militar, que tentam sabotar a organização e as conquistas da nossa classe e entregar aos inimigos os elementos mais combativos.

Profundamente enraizadas no nosso país, estas sete pragas espalham os mais terríveis flagelos sobre o nosso povo, ou seja, a pobreza, a miséria, o desemprego, a marginalidade, os baixos salários, a alta do custo de vida, a expulsão generalizada dos trabalhadores rurais e dos índios das terras onde por vários séculos vivem e trabalham, a mortalidade infantil, a alienação das nossas riquezas e a destruição sistemática dos nossos recursos naturais, e finalmente a perseguição política a todos os que denunciam esta situação e se opõem verdadeiramente à ditadura militar.

Diante dos fatos acima relatados, acho que nós, trabalhadores rurais, temos uma grande tarefa à nossa frente: destruir uma a uma as pragas que nos sufocam, até finalmente chegarmos a liquidar com a própria besta fera e o dragão. Só desta forma é que poderemos alcançar a nossa verdadeira emancipação na terra e no trabalho.

NÃO DEVEMOS CAMINHAR NA ESTEIRA DA BURGUESIA

Quero deixar claro que não vejo condição para levarmos a cabo uma reforma agrária imediata na base da redistribuição da terra, pois nós, trabalhadores rurais, não podemos comprar a terra pagando o preço imposto pelo governo e pelos proprietários... e terra gratuita nem o governo nem os proprietários nos dão.

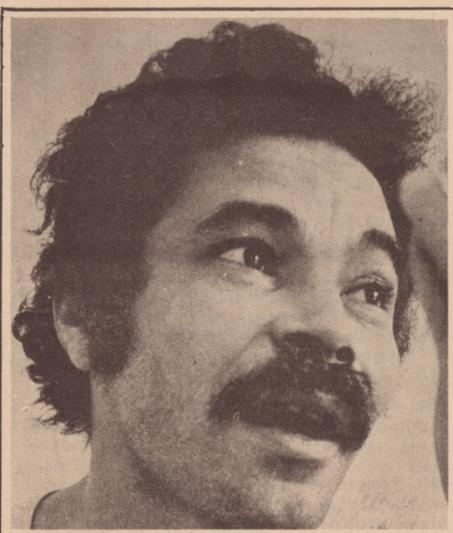
Nós que precisamos da terra ainda não estamos organizados com força suficiente para a tomarmos na marra. Então, como podemos lutar por uma redistribuição imediata da terra?

Para ser mais claro, a luta pela terra para quem nela trabalha é dura e longa pois ela é radical: temos como barreiras a burguesia brasileira urbana e agrária, a burguesia monopolista norte-americana, alemã, japonesa, suíça, italiana, francesa, inglesa e várias outras que cada dia aumentam suas propriedades no Brasil, com total apoio do governo. Daí porque afirmo que, falar em terra para quem nela trabalha sem organização independente e autônoma das grandes massas de trabalhadores rurais é engodo, ludibrição que não passa de papel e palavras ocas.

Pouco adianta gastarmos hoje as nossas energias reivindicando do governo redistribuição da terra enquanto não tivermos força e nível de organização suficientes para liquidar com os obstáculos que nos distanciam dos nossos objetivos.

Com isto quero dizer que, para conquistarmos a terra e muito mais do que isto, devemos ser mais realistas, mais modestos, mais humildes. Em todas as propostas de luta devemos levar sempre em conta a correlação de forças para nem sermos aventureiros nem tampouco andarmos a reboque de propostas da burguesia.

Vocês poderão me perguntar: "então, qual é a tua proposta de luta?" Bem, a minha proposta é esta:



"Falar em terra para quem nela trabalha, sem organização independente e autônoma das grandes massas de trabalhadores rurais é puro engodo, ludibrição que não passa de papel e palavras ocas. Para ser mais claro, a luta pela terra para quem nela trabalha é dura, longa, pois é radical: temos como barreiras a burguesia brasileira urbana e agrária, a burguesia monopolista norte americana e várias outras. A terra só pode ser conquistada com a queda total do regime capitalista".

Devemos levantar a bandeira imediata, não pela redistribuição da terra, mas sim pelo direito de fixação e estabilidade do homem do campo na terra em que ele já mora e trabalha. Isto se resume no direito sagrado do uso da terra pelo trabalhador rural mesmo que esta seja ainda do patrão. Para isto, devemos reivindicar:

o direito de nos organizarmos nos lugares de trabalho, nas aldeias, nas vilas e povoados;

o direito de organizarmos cooperativas autônomas e, na base da cooperação mútua, construirmos nossas moradias, roças de subsistência familiar, etc.;

o direito de fazer sítios com fruteiras de longa duração;

o direito a um contrato de trabalho assinado entre os empregados rurais e os patrões;

o direito a um contrato de moradia e de uso da terra por 20 anos, com direito a prorrogação; esta reivindicação é fundamental porque, garantindo a implantação do trabalhador rural na terra, não aguçamos o antagonismo entre o trabalhador e o patrão e podemos conquistar o apoio de todas as forças democráticas e populares do país;

o direito ao crédito bancário para a compra de máquinas agrícolas a todos os trabalhadores organizados em cooperativas autônomas, em sindicatos, em comunidades de base e noutras organizações dos trabalhadores rurais que explorem a terra em regime familiar ou individual. O contrato de pagamento do crédito financeiro e das máquinas deve ter prazo de 20 anos, com direito de prorrogação dos pagamentos, e com isenção de qualquer imposto. Não devemos incentivar a compra de adubos químicos, e sim o máximo aproveitamento dos adubos naturais.

o direito de acesso do pequeno produtor rural ao mercado sem a praga dos intermediários, e de preços adequados para a venda dos seus produtos;

o direito à criação de escolas autônomas de alfabetização e de ensino profissional;

o direito de defesa das pequenas propriedades rurais já existentes;

o direito de defesa da cultura, artesanato, festas e religiosidade popular, que estão sendo violentamente destruídas pelas pragas do dragão e da besta.

O setor dos assalariados rurais permanentes fixos está também ameaçado de perder seus empregos, porque cada ano que passa o número de trabalhadores rurais volantes aumenta mais. Sua insegurança no trabalho é quase total na medida em que os patrões estão vendendo a sua volta milhões de trabalhadores que buscam diariamente quem lhes pague o dia de trabalho. Daí os graves problemas sociais que assolam atualmente o campo e a periferia urbana do nosso país.

Esta grande massa de trabalhadores normalmente tem as mesmas reivindicações que os assalariados em geral, embora os volantes permanentes (bóias-frias) tenham reivindicações específicas, como o direito a um trabalho fixo na empresa ou fixar-se novamente à terra. Porém, esta segunda alternativa é quase impossível, pois quem vive do salário tem que se organizar todo dia em função de trabalho para assegurar o pão de cada dia. Por isso tem pouco ou quase nenhum tempo para se organizar em função da terra, que só pode ser conquistada com a queda total do regime capitalista. Daí porque a melhor forma dessa massa se organizar é lutando em defesa de seus interesses do dia-a-dia, tendo como perspectiva de emancipação a mesma que têm todos os assalariados em geral da cidade e do campo.

O CAMPO PRECISA DE DOIS SINDICALISMOS

A falta da liberdade democrática política e salarial é um grande obstáculo que impede uma verdadeira ação do nosso sindicalismo. O atrelamento ao Ministério do Trabalho é a peia principal que vem impedindo o desenvolvimento de um sindicalismo combativo, organizado pela base, de massa, de classe e verdadeiramente democrático.

Como fazer valer as denúncias e reivindicações na prática do nosso trabalho sindical? Neste sentido, acho que a Oposição Sindical metalúrgica e bancária de São Paulo, Belo Horizonte, Rio e outras têm uma rica experiência acumulada e podem muito contribuir na busca de uma nova filosofia sindical, o que permitirá a criação de um novo sindicalismo no Brasil.

O intercâmbio de experiências de luta e organização entre nós, trabalhadores do campo, com os companheiros da Oposição Sindical urbana é particularmente importante porque poderá fortalecer a luta geral contra a terrível dominação e exploração da besta e do dragão que dominam o nosso país.

Um dos objetivos centrais das massas trabalhadoras da cidade e do campo é construir a longo prazo uma Central Sindical Única dos Trabalhadores, uma central independente do Estado, com autonomia em relação a partidos e organizações políticas e confessionais, democrática e construída a partir da base.

Para isto, nós, trabalhadores rurais, devemos nos organizar nas aldeias, povoados, nas empresas rurais, engenhos, usinas, fazendas e municípios. Cada comissão, comitê ou delegacia sindical de trabalhadores deve ser escolhida e eleita democraticamente pelos próprios trabalhadores.

O que devemos deixar bem claro é que sindicato de trabalhadores rurais assalariados em geral, de colonos, parceiros, minifundistas e posseiros pobres não pode ser o mesmo que um sindicato de ricos do campo.

Acho que cada grupo de classe deve lutar pelo seu próprio sindicato, pois lutar por salário, por melhores condições de vida e trabalho, por direito de greve e negociação direta com os patrões não é a mesma coisa que lutar por terra, por melhores preços dos produtos, pela defesa da pequena propriedade, etc.

Por isso acho que devemos lutar pelo direito a dois sindicalismos no campo: um de assalariados e semi-assalariados e posseiros pobres, e outro de pequenos proprietários e posseiros ricos. Isto elimina a ambiguidade, a heterogeneidade sindical. O importante é que haja colaboração e solidariedade entre ambos. A nível de federação, não vejo necessidade de duas representações, de trabalhadores rurais e trabalhadores em geral. É por isso que defendo a criação da Central Única de todos os trabalhadores.

OUTRAS ARMAS AO NOSSO ALCANCE

Várias formas de luta estão hoje ao nosso alcance. Vejamos algumas delas:

• apoiar-nos em todos os artigos das leis que nos servem e que defendem nossos interesses;

• mobilizar todos os trabalhadores para exigirmos na prática o cumprimento e o total respeito aos poucos artigos da lei que nos interessam;

• buscar o apoio de advogados dispostos a nos assessorar permanentemente e a nos esclarecer sobre todos os aspectos da legislação trabalhista que possam ser explorados em nosso benefício

• combater unitariamente toda lei, decreto ou ato que entra em choque com os nossos interesses e o de todos os trabalhadores;

• lutar por nova legislação que tenha como centro os nossos interesses econômicos, políticos, organizativos e sociais;

• denunciar publicamente todas as manifestações de autoritarismo do governo, empresários, latifundiários e fazendeiros que violam os nossos direitos;

• participar nas eleições, apoiando todos os candidatos que tenham comprovado, na palavra e na prática, seu comprometimento com a nossa luta;

• aproveitar os períodos eleitorais para organizar grupos de apoio aos candidatos populares, que sirvam ao mesmo tempo de instrumento de educação política e organizativa das massas;

• defender intransigentemente o direito de voto do alfabetado;

• associar-se e incentivar os companheiros a participar ativamente de todas as atividades sindicais, denunciando os pelegos e a própria estrutura sindical verticalista e procurando ganhar os elementos bem intencionados para fortalecermos a nossa luta;

• procurar o apoio e a solidariedade das correntes progressistas das igrejas, que têm se colocado na prática ao lado dos explorados;

• os companheiros que são católicos, protestantes e de outras religiões devem participar de missas, cultos, vigílias, orações, jejuns, procissões, festas populares e outras atividades públicas religiosas, aproveitando a ocasião para discutir os nossos problemas e necessidades, e as ameaças e violências que sofremos cada dia, procurando sensibilizar os fiéis para que superem a passividade religiosa e se tornem elementos ativos de apoio e luta em defesa dos pobres e dos oprimidos.

Nós, trabalhadores rurais, não devemos aceitar, nem fazer, nem estimular a provocação ou a violência. Mas devemos estar preparados para nos defendermos das violências que são constantemente dirigidas contra nós. A utilização dos instrumentos jurídicos são um meio de defesa. As denúncias à opinião pública e as ações sindicais são outros tantos. Devemos preferir estes meios de defesa, mas, na situação atual de exploração e violência, devemos estar preparados para usar, como último recurso de legítima defesa, as nossas ferramentas de trabalho e armas de caça.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (9)



MEMÓRIAS DE ANTONIO CARLOS FELIX NUNES

Fracassada a "Operação Floresta" do PC

"A campanha eleitoral já enfatiou o povo. São seis meses de azucrinção sem limite. Ele está cansado de ouvir a mesma ladainha, esses refrões e slogans por demais manjados, gritados dia e noite nos comícios, através dos altofalantes dos comitês, impressos nos cartazes e faixas que cobrem a cidade. Faz-se necessário mudar a feição da disputa, dar-lhe, agora em seu encerramento, novas cores. O tema do nacionalismo deve ser aprofundado, destrinchado, e entregue à massa para ser ruminado. Mas esse objetivo só se alcança se o debate tiver respaldo em algo material. Urge, pois, sair da abstração verbal e mostrar ao povo o que significa, na prática, o sentimento nacionalista. De peroração vaga a massa já anda cheia. Ademais, por exemplo, também nega o nacionalismo — isso virou moda nos dias de hoje. Porém, não sai da superfície, misturando vagas idéias à sua fanfarrônica eleitoreira. Não expõe as ameaças que pesam sobre nossas riquezas naturais, jamais ousou denunciar a infiltração dos gringos, nunca abordou a evasão de nossas divisas ao exterior..."

O comício "arborizado" concorrerá para incutir no povo uma noção mais clara a respeito desses problemas. É uma concepção dialética: "a massa só se conscientiza e toma posição frente às ameaças imperialistas, a partir do momento em que passa e sentir e apalpar o objeto dessas ameaças".

Gino explicou tudo isso aos militantes das bases, agrupados numa reunião apressada, por ele mesmo convocada, atropeladamente, de casa em casa. Gastou seu vocabulário antes que o pessoal o contestasse. Certo estava, como de outras vezes, que iriam tachar de impraticável a sua idéia. Por isso, procurou justificá-la da melhor maneira possível. Ao terminar a exposição, como sempre fazia, recorreu a uma frase de efeito, que dizia ser de Stalin: "para o homem comunista nada é impossível". A expressão das camaradas indicava que eles se haviam convencido plenamente. Apenas Otília levantou uma questão de fato: como conseguir um angico ou uma perobeira, sem sair de São Paulo, que pudessem ser arrancados? Também essa dúvida Gino contornou: não precisam necessariamente ser esses espécimes, mas outros facilmente encontrados nos quintais da periferia, como o caféiro, o coqueiro, a bananeira.

Com exceção da célula do Tatuapé, as demais ficaram só na intenção de promover o feito, ao depararem com um obstáculo intransponível nenhuma das pessoas, na sua maioria simpatizantes e amigos do Partido, que possuíam tais arbustos em seus quintais, dera permissão para arrancá-los. Só cederam uns pequenos galhês de caféiro, alguns ramos de alecrim e umas poucas rosas, levados ao comício nas mãos de crianças e das moças.

Melhor sorte tiveram os militantes do Tatuapé: um amigo trouxe-lhes, em seu caminhão, uma caneleira com raízes e folhagem, três pés de café completos e uma enorme laranjeira. Mas, a passeata programada não saiu e o carregamento de todas essas árvores ficou por conta exclusiva dos militantes — pouco mais de vinte pessoas. De sorte que se ofereceu aos transeuntes da av. Celso Garcia (por onde passaram para chegar à Penha) um espetáculo exótico e comovido. A maneira de soldados camuflados em folhagens, o grupo caminhava vagarosamente, arcado e gemendo sob o enorme peso. Carregavam as árvores na posição horizontal, de maneira que os galhês e os ramos atrapalhavam-lhes a visão e coceavam-lhes as caras e orelhas. Na subida da ladeira pararam com o fim de tomar fôlego, sob os risos e gracejos dos populares presentes. Estavam ofegantes e suados. A essa altura, as árvores haviam perdido parte dos seus galhês e folhas. Juscelino já falava, e sequer tomou conhecimento da cena. A floresta imaginada pelo dirigente Gino se reduziu a um feixe de madeiras maltratadas pela caminhada. Como tal, foi abandonado na cauda do comício.

Aproximava-se o grande dia e Gino, o secretário político do Comitê de Zona, estava irrequieto como nunca. Entregara-se inteiramente à responsabilidade que avocara: garantir o êxito da aquele comício, o último da campanha presidencial em São Paulo. Vinha se desdobrando no seu papel de dirigente, atravessava noites em claro, alimentava-se pouco. Gastava todo o seu tempo em controlar o cumprimento das tarefas atribuídas aos militantes de base, visitando-os em suas casas, não raro de madrugada. Irritava os militantes, tirando-os do sono bom dessas horas, às vezes sem motivo relevante, só para lembrá-los das obrigações do dia: sempre queria ter a certeza de que iriam cumpri-las. A Revolução era a única razão de sua vida, e em função dela colocava sua impressionante capacidade física e o seu cérebro fértil.

Chamavam-no de sectário e autoritário. Mas ele não ligava, convencido como estava de que se conduzia corretamente em sua missão. A satisfação disso obtinha ao cabo de uma tarefa, quando via seus projetos executados. Podia então sentir a alegria dos camaradas, compartilhava-lhes da sensação de terem sido úteis. Mas, durante a discussão de um plano, como aquele de erguer torres de petróleo em praças públicas, enfrentava as críticas e o roncar implícito nas fisionomias dos camaradas. Nessas ocasiões, tornava-se duro, invocava a disciplina partidária e a aplicava sem complacência. Era o jeito de demover os militantes do seu ceticismo e da pouca vontade para com uma tarefa difícil.

Neste fim de campanha presidencial, Gino anda com a cabeça fervilhando. Está preocupado com o derradeiro comício, marcado para o largo da Penha. Tencionava bolar algo original, capaz de atrair a massa e fazer lotar a praça. Quer uma concentração representativa, para que se evite uma decepção ao Juscelino Kubitschek — o principal orador daquela noite. Sabe que Ademair de Barros fará, nesse mesmo dia, um verdadeiro carnaval no Pacabaum. Vai ser uma manifestação de arromba, entremeadas pelos lances populistas: muitas faixas, cachaçada, cantorias, as graças do candidato. Este talvez repita aquela velha tirada irônica, tantas vezes usada para ridicularizar as acusações dos seus adversários: "nos bolsos desta calça nunca entrou dinheiro dos cofres públicos". E um cumpicha ao lado, preparado para a encenação, logo toma-lhe o microfone da mão e acrescenta: "Nunca entrou dinheiro aí por que essa calça é nova e está sendo usada pela primeira vez".

Ademair atirava o lado sádico da massa; Gino quer aprofundar seu sentimento nacionalista e despertar-lhe a consciência revolucionária. Por isso, imagina um evento para ilustrar o comício do Partido que não tenha qualquer semelhança com o arsenal propagandístico doutro candidato. Sua cabeça trabalha nesse sentido. A concentração vai ser no mesmo lugar que os camaradas metalúrgicos fincaram aquela gigantesca torre de petróleo. Os oradores vão falar sob ela e talvez nela se inspirem. A torre é o símbolo do nacionalismo brasileiro. O que mais se poderia juntar a ela para reforçar esse simbolismo? Vê já os olhos miúdos do político mineiro buscando no largo algum motivo para alargar o seu discurso. Discurso já gasto, enfadonho pela muitas vezes em que foi proferido. Com certeza, o candidato necessita de nova inspiração para enfeitar suas palavras, enriquecer suas promessas de governo. Já não basta reportar-se à teoria do desenvolvimento econômico e principal ponto de sua plataforma eleitoral. E preciso que dedique alguma atenção à nossa imensidão geográfica, às riquezas do nosso subsolo, como o petróleo, os minérios da bacia amazônica.

O pensamento de Gino se exercita velozmente, levando-o a prever o teor dos discursos, a vislumbrar a postura dos oradores, os gestos indicando a torre metálica, os aplausos do povo. Uma idéia salta, então, da ebulição de sua cabeça, ganha corpo e sobrepõe-se às demais: que tal adornar o comício com árvores tipicamente nacionais, como a perobeira, um pé de café, uma bananeira? Cada célula se encarregaria de levar arbustos e árvores, e os oradores falaria em meio a uma floresta improvisada. E dela extrairiam extraordinários ingredientes para recheiar seus discursos... Os militantes sairiam em passeata dos seus bairros, ostentando as árvores, como uma forma de chamar a atenção dos populares, e quiçá os estimulassem para comparecer ao comício. Genial! Resta agora convencer os militantes sobre a viabilidade desse projeto.

Na próxima semana: perfil do Tira Pascalão

O tempo do Jeca Tatu está longe

A política agrícola do governo juntamente com a estrutura sindical atrelada são contrárias aos trabalhadores rurais favorecendo aos latifúndios e às grandes empresas agropecuárias. É o que afirmou perante 1.500 trabalhadores, José Francisco da Silva, presidente da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas CONTAG, ao abrir o III Congresso Nacional da categoria, no início da semana em Brasília. Preparado através de encontros regionais, o Governo revela os reflexos positivos da conjuntura política, pela maior ênfase das críticas e pelo posicionamento assumidos nos documentos. Ao mesmo tempo, mostra que a imagem do Jeca Tatu já é longínqua para o trabalhador rural que assume a defesa de seus direitos fundamentais.

COBERTURA DE GISELLE NOGUEIRA

Eram 9 horas da manhã da última segunda-feira quando, no salão de festas do Minas Brasília Tênis Clube, 1.500 pessoas inauguraram o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido por 21 federações e 2.275 sindicatos representando 11,5 milhões de famílias e 50 milhões de pessoas.

Enquanto o Ministro do Trabalho Murilo Macedo realizava a seção de abertura, do lado de fora, dezenas de ônibus com faixas simbolizavam as caravanas partidas de vários estados do país.

Após o hino nacional, pouco cantado pelos presentes e muito estridente no som de uma fita, o Ministro toma a palavra e simulando intimidade, muito risonho, rasga a sua demagogia. Os aplausos são escassos, sobretudo se comparados com aqueles arrancados em seguida pelo Padre Luciano Almeida, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, organizadora do Congresso, vem de 1963, mas antes dela já se realizavam encontros nacionais de trabalhadores do campo. A denominação de III, dada ao Congresso, vem em seguida a dois outros realizados em 66 e 73, mas que diferiram substancialmente deste agora, tanto pelo número de participantes como pelo clima dos debates.

Sobre o Congresso de 1973, defendeu-se o atual presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, no cargo desde 1968: "Em 1973, fazer um congresso de trabalhadores parecia uma temeridade. Qualquer reunião maior era posta sob suspeição pelos que dirigiam o país. O movimento dos trabalhadores rurais soube contudo interpretar bem o momento e dentro dos limites que a situação impunha às classes trabalhadoras. A imprensa da época, apesar dos limites que também sofria, abriu suas páginas às reivindicações dos trabalhadores. Reivindicações em um momento em que muitos sequer ousavam falar."

CONTRA O SINDICATO ATRELADO

E, vindo para os dias de hoje, Francisco passou à denúncia da legislação trabalhista: "uma estrutura sindical que vem desde 1943 e que concebendo uma estrutura verticalizada dificultou enormemente a participação dos trabalhadores abrindo caminho para o controle das entidades classistas pelo Ministério do Trabalho". Os aplausos respondia no plenário principalmente quando se tocava em temas como anistia, Estado de Direito, direito de greve, entre outros.

A posição do presidente da CONTAG é contraditória. De um lado parece confiar nas promessas de abertu-



ra de Figueiredo, quando diz "ainda é cedo para julgar as promessas do governo, que dá mostras de boa vontade ao abrir o debate da CLT aos trabalhadores". Mas ele reconhece que isto é contraditório "quando o governo reage diante do legítimo direito de greve, promovendo a intervenção do ABC"... "é preciso que fique claro que a liberdade sindical é indispensável à democratização".

A discussão mais quente nas comissões, no início da semana, era sobre autonomia e liberdade sindical, envolvendo temas como direito de greve, dissídios coletivos e política salarial do governo. É no discurso inicial José Francisco já apontava: "Em virtude da falta de liberdade sindical os trabalhadores agrícolas recentem mais ainda que os urbanos diante da miséria a que são submetidos, não tendo qualquer acesso aos lucros do progresso".

Os dados apontados na fala inaugural do presidente

são dramáticos: mais de 60 por cento dos trabalhadores rurais recebem menos de um salário mínimo; mais de 80 por cento dos assalariados do campo não têm carteira assinada o que, no caso de mulheres, atinge 87 por cento e, de crianças, 95 por cento.

Outro tema previsto para esta comissão referia-se à prescrição bienal dos direitos trabalhistas, o que leva a que muitos trabalhadores percam seus direitos por falta de recursos em tempo hábil. E igualmente a questão do FGTS repudiada por José Francisco a tentativa de extê-lo ao campo empreendida pelo governo. Para o presidente da CONTAG os efeitos da alta rotatividade da mão de obra no campo serão muito mais prejudiciais aos trabalhadores do que nas cidades.

AS MENTIRAS DO GRANDE CAPITAL

Pois a política agrícola do governo é claramente favorável ao latifúndio contra os trabalhadores. E as ale-

gações oficiais de que a pequena propriedade não traz resultados são falsas, alega José Francisco. As propriedades de menos de 50 hectares, que ocupam somente 11 por cento da área cultivada são responsáveis por mais de 50 por cento da produção agropecuária do país. Por isto, conclui o presidente da CONTAG, as mudanças que hoje o governo anuncia com sua prioridade ao campo não serão eficazes sem uma modificação na estrutura agrária do país. Somente 2,5 milhões de famílias têm acesso, ainda que insignificante, à propriedade da terra. E os latifúndios, hoje, representando 20 por cento dos imóveis rurais, abrangem 88 por cento das terras cadastradas pelo governo. "Depois de 15 anos da aprovação do Estatuto da Terra, o que podemos constatar é que o grau de concentração da propriedade rural aumentou. E tudo isto é resultado direto da política de incentivos fiscais e financiamentos às grandes empresas por parte do governo", conclui José Francisco.

O outro lado deste processo são os conflitos sociais que vêm se intensificando no campo. Somente nos últimos 3 anos são mais de 50.000 pessoas envolvidas em conflitos de terras no país, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola.

Finalmente, afirma o presidente da CONTAG, que este Congresso sirva de marco na luta dos trabalhadores por uma sociedade mais justa, harmônica e humana."

Diante desta carga de denúncias, o Ministro Macedo, impassível, não teve senão lançar frases vazias, contrariando-se com a vivacidade dos depoimentos dos dirigentes sindicais. Para Murilo Macedo, ele "estava ali para ouvir e aprender" e não para dar promessas. Mas o que se viu foi o Ministro enveredar perante os trabalhadores rurais ali reunidos, por uma enfadonha "teoria" de que o Brasil deverá e poderá romper com a divisão internacional do trabalho e tornar-se um país rico se o seu povo se capacitar profissionalmente. E passou em seguida às loas ao Serviço Nacional de Educação Escolar, como fonte de solução para os males do campo brasileiro.

E OS PELEGOS?

Na saída o Ministro faz o protocolo habitual com risinhos, tapinhas e até convites para cafezinhos no Ministério.

A pauta do Congresso que deverá encerrar na sexta-feira dia 25, é dividida em 4 temas: Sindicalismo e educação sindical, Legislação Trabalhista, Questões Agrárias e Política Agrícola, tratados em comissões separadas, a partir de teses levadas pelas federações.

Os pelegos, pelo menos até o meio da semana ainda não se manifestavam claramente enquanto tais, arrastados pelos dirigentes mais combativos. Sinal dos novos tempos...

Mais discussão e liberdade neste Congresso

POR TOM DUARTE

O 3o. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi certamente o melhor preparado entre todos os até hoje realizados. Também deve ter contribuído para isso o maior espaço existente para a discussão e a mobilização dos trabalhadores em função da crise que atravessa o regime militar. Bem diferente, por exemplo, daquele vivido quando da realização do 2o. Congresso em 1973, último ano da ditadura Médici e nem por isso o menos obscurantista.

Essas mudanças, possibilitadas pelas alterações conjunturais podem ser notadas pelos conteúdos das próprias discussões dos Encontros preparatórios e mesmo no tom com que os dirigentes sindicais rurais se dirigem ao governo para expor suas reivindicações. Por exemplo, a intervenção do presidente da CONTAG, na segunda-feira, José Francisco da Silva é bem distinta daquela de seis anos atrás, cheia de mesuras para com os representantes governamentais presentes ao 2o. Congresso e de subterfúgios para colocar as reivindicações dos trabalhadores do campo. No 3o. Congresso, ao lado da afirmação de que apenas nos últimos três anos mais de 50 mil pessoas estiveram envolvidas em conflitos pela posse da terra, há exigência de uma Reforma agrária em todo o país, além do comprometimento com a luta pela anistia e a volta do Estado de Direito.

No 2o. Congresso temas como o PROTERRA, saudado a princípio como benéfico aos trabalhadores a extensão do MORAL ao campo, legislação trabalhista rural tomaram grande parte das atenções dos trabalhadores presentes. Também a Reforma Agrária apareceu entre as Resoluções finais através da exigência do cumprimento dos dispositivos contidos no Estatuto da Terra, promulgado no governo Castello Branco e praticamente inaplicado, 14 anos depois. "Não deve a terra ser propriedade de uns poucos, quando muitos nela trabalham e quando todos dela dependem", dizia a introdução dos anais do IIo. Congresso que, em sua parte final, retomava os objetivos da Reforma Agrária definidos pelo Estatuto da Terra: "a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a Justiça Social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio".

Ao mesmo tempo, os dirigentes sindicais rurais reivindicavam uma crescente participação do governo federal na aplicação do Estatuto da Terra (que não consideravam o ideal mas o mínimo a ser aplicado naquela conjuntura). "Atendendo às contingências históricas da formação econômica do País, o trabalho rural no Brasil não pode, ainda prescindir da enérgica atuação do Poder Público para o cumprimento das normas constitucionais que valorizam o trabalho e preservam a dignidade do trabalhador."

UMA GRANDE COINCIDÊNCIA

De maneira geral os quatro encontros preliminares regionais realizados no ano passado (Região Norte em Terezinha, de 20 a 25 de novembro, Região Nordeste, em Carpina, Pernambuco, de 27 de novembro a dois de dezembro, Região Centro, em Brasília, de quatro a nove de dezembro e Região Sul, em Agudos, São Paulo, de quatro a nove de dezembro), coincidem em suas conclusões, registrando "uma grande convergência de interesses entre os trabalhadores rurais brasileiros, independentemente de categoria ou região", segundo a conclusão da revista "O Trabalhador Rural", editada pela CONTAG. Uma ênfase na discussão da situação política, a conscientização do trabalhador rural na sociedade e a necessidade de ampliação do trabalho de organização na base são os três pontos de maior coincidência registrados.

LIBERDADE SINDICAL

Segundo a Contag, os encontros regionais foram unânimes em reconhecer que "a atual estrutura sindical brasileira não é adequada ao pleno desenvolvimento das entidades sindicais". A porta fica aberta, diz a entidade, para que o governo pratique todo o tipo de intervenção através dos Delegados do Trabalho e outros funcionários governamentais.

A vinculação entre as vicissitudes do sindicalismo brasileiro e a ditadura militar é constatada facilmente pelos trabalhadores rurais das quatro regiões, quando afirmam que "essas limitações agravaram-se nos últimos 14 anos com a ausência de um Estado de Direito e com a suspensão das liberdades democráticas, bem como com a extensão indevida do conceito de Segurança Nacional". Apontam como melhor exemplo dessa situação a incorpo-

ração à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de "dispositivo que permite a cassação da carta sindical, caso o sindicato crie obstáculos à política econômica do governo".

CONTRA O ASSISTENCIALISMO

A combinação do controle crescente através de mecanismos políticos repressivos a criação com a de amarras representadas pelo assistencialismo não passou despercebida aos dirigentes rurais. "Boa parte do tempo dos dirigentes passou a ser dedicado às tarefas previdenciárias, tornando o Sindicato, muitas vezes, uma simples agência governamental de serviços. Além das pressões dos patrões, dos políticos municipais, de autoridades policiais, o Sindicato passou a ter que enfrentar as pressões dos representantes do FUNRURAL. Mais grave ainda foi a confusão, criada na cabeça de muitos trabalhadores, entre Sindicato e assistência médica", constata o "Trabalhador Rural".

A consequência desse diagnóstico, segundo os trabalhadores rurais só pode ser assumir a luta pela liberdade sindical, com a revogação de toda a legislação que tolhe a representação dos trabalhadores e "pelo restabelecimento da Democracia em nosso país".

ESTADO DE DIREITO E ESTRUTURA SINDICAL

A interdependência entre a modificação na legislação sindical e a volta ao Estado de Direito é ponto pacífico para os participantes dos quatro encontros regionais. "Foi ponderado, diz o resumo dos trabalhos, que a simples volta ao Estado de Direito, sem uma transformação profunda da atual estrutura sindical não atende aos interesses dos trabalhadores e que a modificação da Legislação Sindical, sem o pleno restabelecimento da Democracia, é ineficaz. "Para que isso aconteça é recomendada a participação dos trabalhadores nessa luta, reiterando seu apelo do reforçamento do trabalho junto às bases e o incentivo para que elas passem a discutir amplamente seus problemas de classe e as grandes questões nacionais".

REFORMA AGRÁRIA

A luta pela Reforma Agrária tem uma ênfase especial neste momento. E é entendida apenas de uma forma pelo Movimento Sindical Rural: redistribuição de terras entre os trabalhadores rurais ampla e imediata, não podendo, ao mesmo tempo ser confundida com as famosas colonizações incentivadas desde os tempos Médici, nem com as experiências isoladas de assentamento de famílias de agricultores, já experimentadas, sem êxito, pelo governo.

14 anos depois de promulgado pelo então ditador Castello Branco, o Estatuto da Terra não passou do papel, constata os trabalhadores. "Nada foi feito efetivamente para que realizasse uma Reforma Agrária no País". Pelo contrário, como assimila o documento, "o que assistimos foi uma intensificação do processo de concentração da terra em poucas mãos, como mostram os dados do Censo Agropecuário de 1975, e um afastamento da política agrária governamental do espírito e da letra do Estatuto da Terra".

A resolução do Encontro da Região Sul vai mais longe ao definir o conceito de Reforma Agrária "que não é pura e simplesmente a ocupação dos espaços vazios da propriedade pública, mediante o processo de colonização, mas sim a ocupação das áreas que estrangulam o processo de desenvolvimento econômico e social de uma determinada região", isto é, a desapropriação dos grandes latifúndios.

O papel negativo da Subordinação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao Ministério da Agricultura e da criação de programas especiais, como o PROTERRA, que restabelece o pagamento das indenizações em dinheiro foi registrado, enfatizando, a partir daí, a necessidade do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais retomar a iniciativa em termos de luta pela Reforma Agrária, "pressionando os poderes públicos para que cumpram a lei e realizem a Reforma". Esse trabalho, consideraram os encontros, será feito em vão caso não seja combatida a expansão crescente do latifúndio, decorrente da concentração agrária, determinada pelos incentivos governamentais generosamente destruídos para os grandes grupos econômicos. Pedem, em função disso, "que se incorpore ao Estatuto da Terra dispositivo que estabeleça área máxima para aquisição de terras sem o que qualquer esforço reformista poderá ficar comprometido".

POLÍTICA AGRÍCOLA E TRABALHISTA

Consideram os encontros regionais que a política agrícola praticada pelos governos militares não atende aos interesses tra-

balhadores rurais. A concentração do crédito em mãos dos grandes proprietários e as condições exigidas para a sua concessão representam sérias ameaças ao pequeno produtor.

Além disso, há críticas aos programas governamentais de assistência técnica, geralmente criados em benefício dos interesses dos grupos industriais (fabricantes de fertilizantes, defensivos) quase todos multinacionais. A existência de uma política de comercialização que oprime o pequeno produtor e prejudica o consumidor final, através da existência dos intermediários, também é denunciada, da mesma forma em que os líderes sindicais do campo consideram que "a política de incentivos fiscais, sobretudo na Amazônia, dá sangue novo ao latifúndio".

Desses problemas surge a conclusão de que é urgente o favorecimento das explorações familiares, sobre as quais deveriam estar baseados os projetos de Colonização (ao invés das grandes empresas, como ocorre atualmente), através da revisão das taxas de juros prazos para amortização de financiamentos, que deveriam ter como única garantia apenas a produção. Uma política mais realista de elaboração dos preços mínimos, a custos reais de produção é reclamada, da mesma forma que a adequação da assistência técnica à pequena produção.

A constituição mesma da CONTAG e dos sindicatos de trabalhadores rurais, formadas por pequenos proprietários e trabalhadores assalariados faz com que, ao lado dos problemas dos pequenos produtores, sejam levantados os do assalariado agrícola, muitas vezes conflitivos entre si.

A legislação trabalhista no campo

Por Sandra Stirling

A extensão da legislação trabalhista ao campo não caiu do céu nem foi um presente das autoridades governamentais: resultou da luta dos próprios interessados — os trabalhadores — que se mobilizaram para esse fim principalmente, nos últimos anos da década de 50. Afinal, no dia 2 de março de 1963 foi publicada a lei n.º 4.214, que ficou conhecido como ETR ou Estatuto do Trabalhador Rural. Antes do ETR, por lei, os trabalhadores rurais só tinham direito ao salário mínimo, a férias e aviso prévio, além do repouso remunerado. Mas nada disso funcionava porque quase não existiam sindicatos que pressionassem os patrões a obedecer a lei.

Quando o ETR foi editado deu o maior rebu: do lado dos trabalhadores reclamava-se que a definição sobre quem era trabalhador (art. 2.º) deixava algumas dúvidas, isto é, poderia ser interpretada de forma a excluir certas categorias que eram autênticos empregados embora a reclamação de emprego ficasse camuflada por nomes pomposos. Do lado dos patrões, reclamava-se justamente o contrário: que o art. 2.º dava beirada para que se considerasse com direitos trabalhistas os milhares de moeiros, parceiros, arrendatários, agregados de toda espécie, etc. E que o ETR seria e reína dos fazendeiros.

De toda maneira, o art. 2.º era mesmo muito mais abrangente do que hoje, pois não excluía o trabalhador eventual: "Trabalhador rural, para os efeitos desta lei, é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou IN NATURA, ou parte IN NATURA e parte em dinheiro". Além disso, em seu art. 6.º estipulava que se o contrato de trabalho fosse provisório, avulso ou volante e ultrapassasse 1 ano, incluídas as prorrogações, o trabalhador seria considerado permanente e, portanto, beneficiado pelo Estatuto.

SURGEM OS "BOIAS FRIAS"

O drama todo é que o ETR foi promulgado em março de 1963 para entrar em vigor novamente dias depois e em menos de 1 ano, abril de 1964, veio o golpe e a repressão baixou sobre todos os trabalhadores — do campo e da cidade. Foi fácil desta forma desmobilizar os

Consideram que o grande prejudicado pela regionalização do salário mínimo é o trabalhador rural, prejudicado também, como os assalariados urbanos pela política governamental. "Os aumentos do salário mínimo não acompanham os aumentos do custo de vida; o próprio fato desses aumentos serem anuais faz com que sejam rapidamente engolidos pela inflação. Por outro lado, a fixação de índices para o cálculo de pisos salariais, nos casos de contratação coletiva, representa um obstáculo a uma melhor remuneração da força de trabalho.

Como garantia dessa situação, acusam os sindicalistas, existe a lei de greve que "ao invés de assegurar, inibe o exercício desse direito consagrado em todo o mundo".

As recomendações para a questão trabalhista mostram que não há uma muralha da China entre os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. Segundo elas, o 3.º Congresso que ora se realiza, deverá posicionar-se pela unificação do salário mínimo em todo o Território Nacional, pela livre negociação entre patrões e empregados em matéria salarial, devolvendo à Justiça do Trabalho seu poder de árbitro na fixação de pisos salariais, sem interferência dos índices governamentais, pela substituição da legislação anti-greve por uma legislação simplificada "que assegure aos trabalhadores rurais o pleno exercício daquele direito". A exemplo ainda dos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais propõem neste Congresso que o "Movimento Sindical parta para a efetivação de dissídios coletivos. Como meio de assegurar melhores condições de trabalho aos assalariados e de levar o governo a rever sua política salarial".

trabalhadores rurais e incrementar o processo de transformação dos trabalhadores em boias frias. Não contentes com isso, os patrões ainda conseguiram fazer passar nos governos "revolucionários" várias modificações no ETR, a ponto de restringir ao máximo o tipo de trabalhador beneficiado por seus dispositivos.

As principais modificações foram as seguintes: como havia a tal polêmica sobre o art. 2.º — quem é e quem não é trabalhador para os efeitos da lei — o Estatuto da Terra, obra do governo Castello Branco clareou em parte a questão logo em novembro de 1964: essa nova lei definiu moeiros, parceiros, etc. com o que se acabou com a possibilidade de estender a legislação trabalhista aos vários casos em que tais contratos apenas escondem relações típicas de emprego. Em 1969, outro golpe: veio o decreto-lei 761, de 14 de agosto, dispondo sobre o trabalho de safristas e estabelecendo que as prorrogações desses contratos não configurariam sua transformação em contrato indeterminado. Como os safristas não têm os mesmos direitos do trabalhador permanente...

A PERDA FINAL

Em 1973 veio a porrada final. A lei 5.889, de 8 de junho, alterou a definição de trabalhador rural para excluir os boias-frias. Nas palavras da lei: "é considerado trabalhador rural" toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza NÃO EVENTUAL a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário". Como os boias-frias são considerados trabalhadores eventuais (embora, na realidade quem é eventual é o patrão dele porque ele é boia-fria o tempo todo), não têm qualquer direito trabalhista.

Ainda bem que nenhuma legislação é perfeita, sobretudo essas feitas a toque de caixa para encobrir interesses escusos — o caso é que essa lei tem também sua brecha. Em seu art. 17 lê-se: "As normas da presente lei são aplicáveis, no que couber, aos trabalhadores rurais não compreendidos na definição do art. 2.º, que prestem serviço a empregador rural". É própria Exposição de Motivos, provavelmente sem essa intenção, dá a dica: o art. 17 deve ser mantido porque "é dirigido aos avulsos, safristas, etc." Taf o espaço pra brigar em favor dos boias-frias.

Desemprego, o novo bicho-papão



A reação dos patrões aos pacotes anti-inflacionários foi imediata: a indústria de equipamentos ferroviários alega capacidade ociosa elevada por falta de encomendas, a automobilística diz que vai vender menos 30 por cento depois da redução dos prazos de financiamento para automóveis. De quebra, anunciam a possibilidade de desemprego em massa como forma de a um só tempo pressionar o governo a intimidar os trabalhadores para que não façam greves.

Luis Inácio da Silva fala sobre a garantia de emprego ao EM TEMPO, adiantando, também, um primeiro balanço sobre o movimento do ABC.

Nem bem foram anunciados os acordos salariais dos metalúrgicos do ABC (antecedidos pelos metalúrgicos do interior de São Paulo, que não foram à greve) os patrões já anunciam o troco: vem aí desemprego em massa, caso o governo continue a insistir em seus planos de desaceleração da economia para combater a inflação. Fabricantes de material ferroviário queixam-se de capacidade ociosa em suas empresas, as multinacionais montadoras de automóveis anunciam a queda de 30% nas vendas de carros novos, a partir da redução de 18 para 12 meses nos prazos de financiamento, gerando intranquilidade entre os mais de 1 milhão de trabalhadores empregados nessas indústrias e seus fornecedores do setor de auto-peças.

O espectro do desemprego ameaça a classe operária, acrescido pela perspectiva de queda nas encomendas para as indústrias de bens de capital, prevista, sobretudo para 1980. E qual a resposta dos trabalhadores?

Para Luiz Inácio da Silva, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ela é uma só: não intimidar-se e não aceitar as ameaças patronais. E passar a lutar pela garantia de emprego que ele considera uma reivindicação "capaz de unir os trabalhadores de Norte a Sul do País, para que não sejamos trocados da mesma maneira como se troca uma máquina.

REDUZIR A JORNADA

Segundo o Lula, essa luta não deve ficar apenas nas intenções, no que é apoiado por outro dirigente sindical, Henos Amorim, dos Metalúrgicos de Osasco. É necessário apresentar propostas concretas, aliás já contidas nas reivindicações que os dois sindicatos apresentaram nas últimas campanhas salariais: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem diminuição dos salários e extinção das horas extras, únicas formas de não só manter como ampliar o nível de emprego.

Para eles o maior ou menor êxito dessa luta vai depender, fundamentalmente, da combatividade e da consciência dos trabalhadores: diz o Lula que "é necessário que a curto prazo preparemos os trabalhadores para que sejam solidários e que, em cada seção em que for dispensado um companheiro, ele pare pelo menos por uma hora, mostrando ao patrão que ele terá muito mais prejuízo com essas paralisações, do que se mantivesse o operário em seu emprego".

Preparando-se para enfrentar essa ameaça, os dirigentes sindicais que participam do movimento de "Unidade Sindical" estiveram reunidos na segunda-feira, 21, no sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando criaram, entre outras, uma comissão encarregada de dirigir a cam-

panha pela garantia do emprego, da qual faz parte o próprio Lula. Ele acredita, por outro lado, que a tarefa da comissão será difícil: "teremos que meditar muito, porque não existe muitas formas para propor a manutenção do emprego, a não ser a gente correr o risco de muitos operários perderem o emprego".

SINDICALISMO AVANÇOU

Lula fez ao EM TEMPO, um balanço dos resultados da mobilização e greve dos metalúrgicos do ABC. Ele acha que a intervenção no ABC, depois de uma rica experiência de seis meses de preparação da campanha e 15 dias de greve, foi benéfica para o sindicalismo. "Porque ela fez com que despertasse uma coisa chamada sindicato para a classe trabalhadora. Se antes ela o via com um pé atrás, a partir da intervenção ela passou a ver nele um órgão de defesa de seus interesses. No ABC, a retirada da intervenção passou a se constituir numa bandeira muito mais importante do que a própria reivindicação salarial". Embora não tenha feito um balanço do que foi a greve, Lula afirma que "acho que começaria como a começamos e a terminaria da mesma maneira como a terminamos". Isto é, a não ser partir para uma maior organização dos trabalhadores nas fábricas — ele inclusive planeja liberar ao máximo os diretores do sindicato de suas atribuições burocráticas para que possam ir "às portas das fábricas" — pouco há do que se autocriticar.

TUDO CONTINUA

Da mesma forma, ele acredita que a aceitação do acordo não significa que o movimento terminou e os trabalhadores não estarão dispostos a dar refresco para os patrões. E isso deverá ficar comprovado a cada dia de pagamento mensal: "eu acho que no dia 10 de junho, por exemplo, se os empregadores descontarem as horas paradas, os trabalhadores responderão com a paralisação das máquinas. É só esperar para ver".

Ele reconhece que os trabalhadores só aceitaram o acordo por que "atenderam a um pedido mau feito porque avaliamos que não havia condições políticas, naquele momento, para sustentarmos uma nova greve". Essa atitude, na sua opinião, foi uma demonstração de "bom senso de nossa parte, evitando um confronto direto com a polícia, que só interessaria à extrema direita, neste momento". Em todo o caso, ele pretende colocar esse ponto em discussão no próximo dia 26, quando os metalúrgicos de São Bernardo estarão reunidos em assembleia geral: Lula e sua diretoria vão submeter sua atuação ao julgamento da categoria, condicionando sua continuação à frente da entidade à aprovação da assembleia geral.

Aposentados vivem no sufoco

O governo militar não perdoa nem os velhos: a mesma política de desamparo que revogou aposentadoria de 400 ex-funcionários da Rede Ferroviária Federal é responsável pela miséria e dificuldades enfrentadas pelos aposentados de todas as categorias profissionais, "beneficiados", hoje, por míngua de proventos pagos pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

Mas os velhinhos reagem e, como os metalúrgicos aposentados, prometem sair para a briga, reivindicando de imediato, 70 por cento de reajuste em suas aposentadorias.

Quando se aposentou, em 1965, com um salário de Cr\$ 700,00 na função de ajustador mecânico de uma metalúrgica paulista, José Pacheco julgou que "estava rico". Fiquei dois anos sem fazer nada, confessa, "só descansando, depois de tantos anos no batente". Mas a alegria logo acabou: "o aluguel da casa foi majorado, vieram as contas de luz e água, os preços dos alimentos e das vestimentas não paravam de aumentar e o dinheiro da aposentadoria ficou mais do que curto". Então ele foi obrigado a fazer de tudo um pouco: trabalhou de sergente de pedreiro, porteiro de cinema e mensageiro até conseguir um emprego de atendente no sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para poder equilibrar o orçamento doméstico. O valor de sua aposentadoria é, hoje, de Cr\$ 2.670,00.

A história do "Pacheco", figura conhecida entre os metalúrgicos de São Paulo é comum a muitos outros aposentados. Relatos como o dele podem ser encontrados às dezenas entre os velhos metalúrgicos que se reúnem todos os dias na sala 27, do sub-solo do Sindicato, nessa sala onde se destaca, solene, um retrato a óleo de (Getúlio Vargas) está localizada a sede da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos Aposentados de São Paulo, presidida por Armando Sofredini, de 72 anos que, em 1932 foi o 2º secretário da primeira diretoria eleita do Sindicato.

Os "velhos" estão revoltados com sua situação: mais de 70 por cento deles ganham, a título de aposentadoria, menos de dois salários mínimos, situação que se estende aos aposentados das demais categorias, como têxteis, bancários, químicos, comerciantes etc. E eles que prometem fazer de tudo para conseguir um aumento substancial em seus benefícios, pagos pelo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Segundo Augusto Roncato, um dos mais ativos membros da Associação, eles pretendem até fazer passeata no centro da cidade, caso o governo não tenha satisfatoriamente sua reivindicação de aumento imediato de 70 por cento de reajuste em seus proventos.

NAS MÃOS DE BRASÍLIA

"Temos Cr\$ 150 mil em caixa para organizarmos tudo, fazemos faixas e cartazes, diz Roncato, encarregado dos contatos com os aposentados metalúrgicos do ABC. "O governo tem que nos atender porque do jeito que está não dá mais para agüentar".

Para eles, a situação já chegou a um limite extremo, as condições de vida estão mais do que apertadas. Por isso, no dia 20 de abril uma comissão, articulada pelo Conselho das Entidades de Aposentados do Estado de São Paulo (CEAESP), esteve em Brasília entregando um memorial ao Ministro da Previdência Social, Jair Soares, mostrando suas dificuldades.

No memorial, eles mostravam que, enquanto o salário mínimo foi reajustado em 337,75 por cento no período de 1967 a 1977, as aposentadorias e pensões tiveram um aumento de apenas 307,75 por cento ou seja, há uma di-

ferença de 30,96 por cento. E o termo de comparação não é dos melhores, quando se sabe o quanto o próprio salário mínimo foi achatado nesses anos de política de arrocho praticado pelo governo.

Eles pedem que esses 70 por cento sejam calculados integralmente para os trabalhadores aposentados, que percebem até Cr\$ 4.500,00 por mês. Segundo esses cálculos, uma pessoa que percebe, hoje, Cr\$ 1.560,00 teria um aumento de Cr\$ 1.092,00, totalizando a ainda insignificante quantia de Cr\$ 2.652,00. Para os trabalhadores que percebem acima do teto de Cr\$ 4.500,00, eles reivindicam 70 por cento sobre o limite (70 por cento sobre Cr\$ 4.500,00, ou seja, Cr\$ 3.150,00), acrescido de 20 por cento sobre o excedente (no caso de um benefício de Cr\$ 6.728,00, o excedente de Cr\$ 4.500,00 seria Cr\$ 2.228,00, que reajustado em 20 por cento, daria Cr\$ 445,00) passando o novo benefício a Cr\$ 10.123,00.

COM A CATEGORIA

Antigamente, o índice de reajuste da aposentadoria era feito com base no índice do salário mínimo, passando posteriormente a vigorar-se os índices de reajuste mensal do governo. No ano passado, por exemplo, enquanto o salário mínimo foi reajustado em 42 por cento os aposentados tiveram um reajuste de apenas 39 por cento, o mesmo que vigorou para os metalúrgicos do ABC. Só que, com uma diferença a menos de um mês depois do dissídio, as máquinas paravam em Santo André, São Bernardo e São Caetano.

Por isso, além do reajuste imediato, os aposentados tem uma outra reivindicação: que seus benefícios sejam reajustados com os da categoria a que pertencem, pois não vêm nenhum motivo em serem separados dela ao aposentar-se.

Isso evitaria que se repetisse o que ocorre com Eduardo dos Santos que aposentou-se na função de ajustador, com Cr\$ 500,00 mensais, em 1969. Dez anos depois, ele recebe Cr\$ 5.089,00 do INPS. Embora sua sorte seja um pouco melhor do que a média (não fosse a trombose, uma acentuada falta de visão e princípio de surdez adquirida no trabalho) ele tem do que reclamar: caso sua aposentadoria fosse reajustada de acordo com os salários do pessoal da ativa, estaria recebendo perto de Cr\$ 20.000,00 por mês.

Ganhando um pouco mais uns, miseravelmente a maioria, todos no entanto não escondem sua frustração, depois de "termos dado nosso sangue no trabalho", como afirma veemente o Pacheco. E ao se verem obrigados a viver de favor na casa dos filhos, como é o caso de José Maria Rodrigues da Costa, polidor, que se aposentou, em 1971, com Cr\$ 317,00 mensais. Recebendo atualmente Cr\$ 2.048,00 do INPS, ele responde como uma ponta de ironia à pergunta de como vive: "vivo com a família. Se fosse viver dessa aposentadoria, já estaria no cemitério há muito tempo".



O PIQUETÃO não é televisão, mas começa com um "replay". E que a violência voltou a campear no sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, durante a assembleia geral da sexta, 18, convocada para tratar da campanha pelo reajuste de 30 por cento (antecipação segundo o Joaquim, aumento conforme a oposição). A pancadaria ocorreu na porta do sindicato, quando os leões de chácara contratados pela diretoria quiseram impedir a entrada de alguns associados, entre eles o Franco Farinazzo, da Oposição Sindical. Empurra daqui, empurra dali, a malta saiu distribuindo sopapos e ponta pé a granel. E quem acabou entrando bem foi um operário que pela primeira vez comparecia ao Sindicato, que teve a cabeça rachada e foi obrigado a ser socorrido no pronto-socorro.

NEM TE LIGO

E Joaquim, lhufas, não deu a menor bola para o assunto, nem mesmo quando a oposição denunciou o fato, exigindo providências. Considerou uma "coisa natural", já que os ânimos se "exaltam e ninguém sabe quem começou com a confusão". Mas o PIQUETÃO e o resto da imprensa que testemunhou os fatos sabe e dá uma dica, de colher: foi o pessoal "black power", liderado por um loirinho achando que, segundo a oposição sindical, não tem nada a ver com o Sindicato, não são funcionários e nem sequer metalúrgicos. Só aparecem lá nas sextas-feiras para "fazer a segurança".

MIRE-SE NO EXEMPLO

Não de Atenas, mas de um lugar bem mais próximo: é só ver o que costuma fazer a diretoria de São Bernardo, por exemplo, que garante o ingresso de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, mediante apenas a comprovação de que são trabalhadores da categoria (carteira de trabalho ou funcional, por exemplo). E para comprovar isso, basta apenas o Joaquim perguntar ao Lula, nos intervalos das reuniões de sindicatas, para ver como é simples evitar a confusão".

CACHIMBO DA PAZ

Para acalmar os ânimos e esvaziar as críticas, Joaquim resolveu mudar de tática. Ofereceu o cachimbo da paz à oposição sindical. Convidou todo mundo para uma reunião com ele e a diretoria, para "ver o que a gente pode fazer junto", estendendo a mão, como o João Figueiredo. Só que a Oposição quer que ele mostre a outra também, e que identifique, um por um, os "black" da portaria, como condição prévia a qualquer papo. E daí, até que podem discutir em conjunto a maneira de encaminhar alguma coisa com relação ao reajuste de 30 por cento já negado pelos patrões, que pretendem dar apenas a antecipação de 16 por cento prevista no famoso acordo do ano passado.

NA MAIOR TRANQUILIDADE

A beligerância de São Paulo nem de perto existe em Osasco. Lá, na terra do Ibrahim (que chega no domingo, recepcionado por uma comitiva em que participarão líderes sindicais como o Lula, Jacó Bittar, dirigentes do CBA, etc) a oposição e situação trabalham mais ou menos em comum. Reabertura do acordo de novembro e, conseqüentemente, pedido de 30 por cento de aumento, são os pontos acertados na última assembleia.

MAS NEM TANTO

Se entre os metalúrgicos há paz, não se pode dizer o mesmo com o pessoal da Spig, fábrica de materiais para a construção civil, localizada na Vila Elena Maria, na mesmíssima Osasco. E a responsável pela confusão foram as "otoridades" policiais que compareceram em passeata (dois delegados e 10 investigadores) para acabar com a greve dos trabalhadores da empresa, deflagrada da quinta-feira, 17. Para reivindicar 70 por cento de aumento e melhora no restaurante, condução, etc.

A quase totalidade dos 600 operários pararam, graças à ação do piquete montado. E foi o piquete o alvo dos tiros. sete operários foram detidos, isso depois de pancadaria, porque a moçada também respondeu aos bofetões e safanões dos policiais, quebrando a cara de alguns investigadores.

O CALO DÓI PRA TODOS

E se os homens da lei estão a fim de reprimir, vão ter muito trabalho por esses dias. Por exemplo, os gráficos de São Paulo não estão nada contentes com a antecipação salarial de 16 por cento prometida pelos patrões. Eles querem isso e mais 14 por cento a título de aumento, conforme proposta que já apresentaram ao Sindicato patronal. Na última assembleia, eles formaram uma Comissão Salarial encarregada de mostrar aos Mesquita e aos Frias da vida que o calo de gráfico também dói e, mais do que isso, a barriga ronca que nem cuíca.

ESTATAIS VIVALDINOS

E como época é de reivindicar, os bancários também não deixaram de pedir seu aumentozinho de 30 por cento. Presentindo a barra, agora que o Sindicato está nas mãos de uma liderança combativa, os banqueiros se apressaram em conceder uma antecipação de 20 por cento, esvaziando o movimento.

Mas acontece que tem gente teimosa: trata-se justamente dos bancos estatais regionais com agências em São Paulo (Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Nordeste, Banco do Estado de Santa Catarina, só para citar alguns) que se negaram a pagar a mixaria.

Resultado: o sindicato afixou cartazes na frente das agências desses bancos, denunciando a pouca vergonha. E até que surtiu efeito, pois alguns bancos telefonaram ao Sindicato comunicando que haviam cedido à pressão. E, envergonhados, pediam para tirar urgente os cartazes, para evitar mais vexames.

GENTE NOVA

Tem gente nova do PIQUETÃO. Trata-se do peão porreta, o Zé Parafuso e o mestre Chefe de Fenda que vão reproduzir aqui muitas situações que fazem parte do cotidiano de todo o trabalhador. "Zé Parafuso e seu Chefe de Fenda" são uma criação do cartunista LOR, um mineiro pro João Monlevade e o Wagner Petroleiro não botarem defeito.

FALTA DE RESPEITO

Na certa o Zé Parafuso deve estar mais do que revoltado com o que vem acontecendo com 400 aposentados da Rede Ferroviária Federal (REFESA) oriundos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje incorporada à REFESA: simplesmente, tiveram suas aposentadorias que já vinham sendo pagas há 17 anos, canceladas. A situação fica muito mais grave quando se sabe que a maioria dos coraços tem de 67 a 70 anos de idade. E o que diz o filho do general Euclides? Com o pai dos outros pode?

PAMPEIRAS

E a gauchada da Rede Brasil Sul de Comunicações, em Porto Alegre empresa proprietária do Jornal Zero Hora e da Rádio e Televisão Gaúcha, entre outras, mostrou que é com a maior pressão que se consegue alguma coisa: depois de terem ameaçado ir à greve caso os patrões (uns tais de irmãos Sirotski, conhecidos por sua safadeza nos negócios e mau caráter em todos os planos) não atendessem às suas reivindicações. Numa assembleia que durou até às cinco horas da manhã de terça, 22, eles resolveram aceitar a contra proposta patronal (66,6 por cento para os que ganham até Cr\$ 3 mil, 60 por cento de três a cinco mil cruzeiros, 55 por cento entre Cr\$ 5 mil e Cr\$ 10 mil, 50 por cento entre Cr\$ 10 mil e Cr\$ 16 mil e 46 por cento para os demais. Daí são descontados 22 por cento de antecipação conquistados no ano passado e 20 por cento entram a título de antecipação para este ano). E o pessoal dos pampas conquistou aquilo que os patrões do ABC vem negando para os trabalhadores: delegado sindical com imunidade durante o período de dissídio. Só que com uma particularidade: a empresa fica no direito de recusar o nome indicado pelos trabalhadores, mas que, no entanto, permanecerá com suas imunidades. Outra vitória foi a unificação do dissídio da RBS com as demais empresas da capital, acabando com aquela divisão da categoria tão ao gosto dos patrões.

ZÉ PARAFUSO E SEU CHEFE DE FENDA



UNE, na reta final

Os estudantes de todo o País se preparam para realizar o XXXI Congresso da UNE, depois de 10 anos, quando o regime militar reprimiu o Congresso de Ibiúna.

De todos os pontos do país chegarão a Salvador, os delegados que elegerão uma diretoria para a entidade nacional.

Por Cândida Vieira

A preparação do Congresso de Reconstrução da União Nacional de Estudantes (UNE) está na reta final. Neste próximo final de semana, em Salvador, estudantes de todo o País se reunirão para trazer de volta a sua entidade máxima, destruída há cerca de 10 anos pelo regime militar. Centenas de faixas, cartazes e paredes pintadas conchavam a participação dos estudantes da Universidade de São Paulo para a eleição de delegados. Imensos murais contam toda a história da UNE, desde o seu surgimento em 37, durante a ditadura de Getúlio Vargas, até o Congresso de Ibiúna, reprimido em 68 e o desaparecimento de diversos líderes estudantis.

A eleição da maioria dos delegados de São Paulo será na quarta e quinta-feira. O atraso, inclusive, dos manifestos e posições das diversas correntes, é decorrente da longa greve dos professores, quando a universidade praticamente ficou vazia. No Estado, cerca de 167 entidades se inscreveram para participar do Congresso, o que significa cerca de 700 delegados, ou seja, aproximadamente 10 por cento dos 7.000 estudantes reunidos em Salvador.

Para chegar a esse Congresso nacional, o movimento estudantil se preparou por muitos anos. Reconstruíram entidades de base como centros acadêmicos, diretórios centrais e em São Paulo, a União Estadual dos Estudantes. Realizaram-se 4 encontros nacionais, sendo que o terceiro, violentamente reprimido, em setembro de 77, sob o comando do coronel Erasmo Dias, hoje, "ilustre" parlamentar da Arena. Também foram realizados 10 reuniões da Pró-UNE, além de congressos setoriais a nível nacional.

UMA VITÓRIA

Depois de muitas idas e vindas, com ameaças do Governo de que não permitiria a reorganização da entidade, com o próprio ministro da Educação, Eduardo Portella, afirmando que o regime não poderia tolerar a reorganização da UNE porque serviria de estímulo para a reorganização de outros setores da sociedade as coisas pareciam que mudaram. Depois de três encontros, em três dias seguidos, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, cedeu o Centro de Convenções da Bahia e pôs à disposição dos estudantes 20 ônibus para transportá-los ao Congresso.

O governador baiano também garantiu que não haverá tropas. Agora, só resta ver se essa promessa será cumprida. Como forma de fazer o seu congresso o mais aberto possível, os estudantes convidaram representantes da CNBB, parlamentares do MDB e também da Arena, representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, sindicatos de trabalhadores, ex-dirigentes da UNE, etc. Para se ter um exemplo, de São Paulo, os estudantes em caravana se unirão aos cariocas, e em 25 ônibus chegarão a Salvador. Em cada ônibus eles serão acompanhados por um parlamentar do MDB e por um membro do CBA.

UMA GRANDE DISCUSSÃO

Apesar da unidade em torno da necessidade da reconstrução da entidade nacional, acirradas discussões deverão permear todo o Congresso. Um dos pontos prin-

cipais a ser debatido será a questão das eleições diretas ou via congresso para a eleição da futura diretoria da UNE. Por exemplo, Refazendo e a Caminhando se posicionam pelas diretas. A Refazendo afirma que as "eleições livres e diretas constituem hoje um profundo anseio da maioria da população. No momento em que reconstruímos a UNE, achamos possível e necessário dar à sociedade brasileira uma exemplar lição de democracia, fazendo das eleições diretas para a UNE um acontecimento político de primeira grandeza, um marco na luta que travamos pelas liberdades democráticas".

Por outro lado, os defensores das eleições através de delegados eleitos nas escolas — como Liberdade e Luta, Centelha e outras — argumentam o porque dessa posição. Segundo a Liberdade e Luta, "as instâncias deliberativas de uma entidade devem ser a representação da vontade dos estudantes que a compõem. A UNE, por seu porte de entidade nacional, não comporta em seu interior a existência de "assembléias nacionais" em que a massa dos estudantes possa interferir diretamente nas decisões, nos momentos em que isso fosse necessário. Por isso, propomos que as instâncias deliberativas, sejam duas: o Congresso Nacional de Estudantes e a Diretoria. O Congresso Nacional é composto por delegados eleitos na proporção de um para cada duzentos estudantes, e decide a plataforma de lutas para a entidade no período de um ano, assim como elege a diretoria responsável perante as decisões tomadas".

QUAL DIRETORIA?

Outro ponto também que deverá provocar muitas polêmicas durante o XXXI Congresso da UNE é a respeito da próxima diretoria. Para a Refazendo, a proposta é de uma executiva formada pelas principais entidades do país, que terá como função principal encaminhar as resoluções deste Congresso e organizar as eleições da diretoria da UNE. Já a tendência Caminhando defende uma diretoria provisória formada pelas principais entidades, cujo papel é o de encaminhar as eleições (2º semestre), elaborar um jornal nacional contendo as deliberações do Congresso e se responsabilizar pelas deliberações do mesmo.

A Liberdade e Luta, por sua vez, propõe a eleição de uma diretoria provisória encarregada de dirigir a entidade. Além dessa função, deverá convocar um novo Congresso para o próximo semestre (para eleição de diretoria definitiva, com mandato de um ano) e preparar os estatutos da UNE. Sua proposta é no sentido de não se manter o atual conselho de DCEs, com o argumento de que os estudantes não o elegeram com direção e nem conhecem o seu programa.

PONTOS PERIGOSOS

Uma das críticas que está sendo levantada é em relação ao Regimento de funcionalismo do Congresso. Uma das únicas posições a fazer crítica a isso é a Liberdade e Luta que diz o seguinte: "segundo o Regimento, a mesa concentrará poderes excepcionais, podendo decidir sobre a cassação da palavra dos delegados, sobre a organização dos trabalhos, sobre as questões de ordem — tudo isso sem consulta ao plenário. É preciso lutar pela soberania do Congresso durante todo seu transcorrer, e não apenas em seu início (quando o Regimento é aprovado)".

dos: dia 28, às 21 horas, com a participação de Diana Pequeno, Dércio Marques, Carlos Pita, e outros artistas baianos e outro no dia 29, a mesma hora, com Gonzaguinha, João Bosco, Ivan Lins e Sergio Ricardo.

Divulgação do Congresso: Através do Grupo Oficina, Grupo de Teatro do D.C.E., que estão percorrendo escolas e universidades, encenando peças com as atividades da UNE. Pelo interior, o Grupo de teatro da Faculdade de Agronomia divulga e Congresso. Um manifesto foi lançado pelo Trabalho Conjunto de Salvador, (conjunto de entidades com representação na comunidade), em apoio a reconstrução da UNE, e divulgado por toda cidade de Salvador. Debates em Universidades e escolas, com ex-diretores, e venda em grande escala do Jornal Pró-UNE.

Local do Congresso: O governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães colocou à disposição o Centro de Convenções, local considerado pequeno pelos estudantes. Alegou ceder para um encontro de estudantes, não para o Congresso de Reconstrução da UNE. Magalhães cedeu aos congressistas 20 ônibus, para locomoção do centro da cidade, para o local do Congresso. Prometeu também, o governador, que não haverá o menor policiamento nas imediações, exceto guarda de trânsito, se solicitado pelos participantes.

Segurança: Para definir como será feito o controle de votação, supervisionar o transporte e a qualidade de alimentação, estabelecer um esquema alternativo para a realização do Congresso sem haver repressão direta, e instalar um ponto central de informações para contatos urgentes, com outros setores, estados e o mundo, controlar as informações sobre hospedagem e a distribuição de crachás.

Recepção: No percurso até Salvador, os delegados estudantis encontrarão postos de recepção, nas cidades de acesso. Esse trabalho será executado pelo CIVUB (instituição que congrega todas as residências de estudantes do interior. Será também instalado postos de recepções na rodoviária e no aeroporto de Salvador. No entanto, o posto central funcionará na sede do M.D.B., em Campo Grande, Salvador, onde será feita a identificação e encaminhamento dos congressistas às hospedagens. No mesmo, deverão apresentar carteira de estudante e de identidade para receberem seus respectivos crachás. Será ainda cobrada uma taxa de Cr\$ 100,00 para almoço nos dias de Congresso. No posto de identificação central, os estudantes receberão a ficha de hospedagem carimbada e assinada, mais as informações; normas de comportamento durante o Congresso, seu funcionamento, atividades culturais, alimentação, vendas de mapas da cidade, hotéis, pensões, venda de estereos.

ção da UNF fez o número de eleitores aumentar em relação aos dois últimos anos. Foram quase 5.800 votos, dos quais cerca de 2.800 garantiram a vitória da chapa 2 — Ponteio. A Unidade conquistou 1.808 votos e as outras duas ficaram em torno de 400 votos.

Um indicio do aumento de participação estudantil foi a votação obtida em cursos como Odontologia e Educação Física, tradicionalmente alheios ao debate e escolha da diretoria do DCE, e que agora voltaram-se ao movimento estudantil com mais da metade de seus alunos participando das eleições prévias — (Sucursal de Porto Alegre).

Não concordamos com nenhum chapão

Sr. Editor: EM TEMPO da semana passada publicou uma entrevista da diretoria do DCE-UFMG, cometendo a nós ver um equívoco de interpretação ao dar a chamada de capa, "DCE-UFMG: Contra o chapão restrito pelo chapão amplo". Por esse título parece que a nossa discordância com o chamado chapão é uma questão de dimensão, no fundo concordávamos com ele, só que mais amplo. Não propusemos isto na entrevista. Defendemos para este Congresso de Reconstrução uma diretoria provisória, com base nas entidades, refletindo a unidade na reconstrução da UNE e que prepara um Congresso no segundo semestre onde se eleja a diretoria definitiva.

Para tal Congresso propomos desde já uma alternativa bem definida: a união dos estudantes que assumem a perspectiva histórica da luta dos trabalhadores e a construção da democracia de base no movimento estudantil.

Há poucos dias do Congresso de Reconstrução da UNE uma alternativa estreou triunfalmente na imprensa, desfilando seus candidatos, que vem sendo conhecida como chapão. Ele seria composto, segundo uns pela tendência Caminhando, Refazendo e Mãos à Obra e segundo outros, ao que parece acrescido da tendência reforma (ver EM TEMPO n.º 63 e MOVIMENTO n.º 202). Duas características no nosso entendimento caracterizam o chapão. Primeiro, preocupados apenas com os conchavos que podem garantir maioria a seus propositos, os defensores do chapão mal se lembram que na preparação para o Congresso de Salvador, os estudantes não participaram de nenhuma discussão do programa e muito menos de chapas para a diretoria da UNE. Ao chapão não interessa reconhecer que a representatividade de todos os delegados ao Congresso não ultrapassa as tarefas de reconstrução da UNE, em bases fortes e unitárias.

A segunda característica do chapão é seu programa, que parece pelas declarações dos candidatos ter como limite a luta pelo fim da ditadura, sem expressar desde já o apoio explícito à alternativa própria dos trabalhadores. Nós diretoria da DCE-UFMG e da tendência Centelha defendemos que o chapão deve ser contraproposta uma alternativa que se caracterize pela defesa de reconstrução da UNE pela base, sem cupulismo e de outro lado, pela defesa da constituição de um bloco estudantil, que tenha como perspectiva fundamental contribuir para a construção do rumo próprio dos trabalhadores nas lutas universitárias e sociais.

Contra o cupulismo, pela unidade de base na reconstrução da UNE. Como o nome indica, o Congresso de Salvador tem o caráter de reconstrução da UNE, ou seja, o de definir os fundamentos mínimos da existência da entidade, resumidos no Estatuto e na Carta de Princípios. Esses dois pontos vão mostrar que entidade estaremos criando: sua base, sua estrutura de decisão, seus princípios elementares de ação. Além disso, o Congresso deve decidir como e quando se dará a eleição de sua diretoria, de modo a garantir um processo na participação direta dos estudantes, elaboração do programa, escolha dos nomes e debates das divergências.

As discussões preparatórias do Congresso centram-se nestes três aspectos básicos. Assim, pela sua preparação e definição

PROFESSORES

Por Juarez Rocha

Como fogo que se alastra no paiol, a greve dos professores mineiros da rede pública tomou conta da capital e ganhou o interior do Estado. Até a última terça-feira, apenas decorridos seis dias do seu início, a greve já dominava 90 por cento das 320 escolas públicas de Belo Horizonte e contava com a adesão de 50 cidades das mais diversas regiões do Estado.

Consolidando o espírito de unidade presente desde o início do movimento, a fileira dos grevistas foi engrossada com a paralisação do professorado da rede privada, desde a última quarta-feira. O movimento cresceu bastante desde a assembléia de pouco mais de 1.000 professores, que diante do silêncio dos patrões e das autoridades frente às suas reivindicações, deliberou pela deflagração da greve, na rede pública, a partir do dia 17. Já nesse dia 215 escolas da capital paralisaram, com a adesão de 14 cidades do interior.

No dia seguinte, o movimento se fortaleceu mais ainda. Com a adesão de 85 novas escolas, o número de professores parados em Belo Horizonte subiu a 22.000. A paralisação em Uberaba, Cordisburgo, Palmital, Matozinhos e Congonhas, por outro lado, já evidenciava a tendência da consolidação da greve no interior do Estado. O "milagre", a multiplicação dos grevistas tem, no entanto, uma explicação bem terrena.

"O movimento é justo. Eu sou testemunha de que os professores apesar dos salários irrisórios, para dar uma aula mais atualizada, gastam do próprio bolso a aquisição de material didático, além de deixar metade de seus salários no transporte coletivo". — afirma por exemplo, o padre Matias, do bairro Vila Nova, onde 40 escolas estão paralisadas.

SOLIDARIEDADE TOTAL

O salário de fome dos professores primários da rede estadual que recebem Cr\$ 2.500,00 por mês. O salário de fome dos professores municipais que chegam a ganhar até Cr\$ 1.200,00 mensais como os professores de Esmeralda, no interior do Estado, que estão em greve. Este o motivo da greve, greve — que por isso mesmo — ganhou adesão de todos os padres que cedem as igrejas para as reuniões, dos locutores de "programas populares", nas rádios, que abrem os microfones para a voz do Comando da Greve, nas associações de bairro da periferia circulam abaixo-assinados de apoio aos professores,

Punições ao funcionalismo

Por Jesus Varela

Terminada a greve, o funcionalismo público de São Paulo continua se mobilizando através de discussões setoriais e da Coordenação Geral Permanente. Formou-se uma comissão para acompanhar as discussões bipartites entre o MDB e o governo, que visa conseguir um aumento maior para a categoria. Ao mesmo tempo, encontra-se em preparação um ato público de todo o funcionalismo e. Uma nova caminhada pela educação e saúde, para o qual estão sendo convocados os setores organizados da sociedade civil, como CBA, movimento custo de vida, associações de bairro, igreja, entre outros.

Na Assembléia Legislativa, deu entrada na semana passada um projeto de autoria do deputado Flávio Bierrenbach, anistiando todos os funcionários punidos e que venham a sê-lo por terem participado do movimento grevista. O projeto será votado esta semana em regime de urgência e — de acordo com algumas fontes — deve ser aprovado, mas espera-se um veto por parte do governador Paulo Salim Maluf.

Enquanto isso, prossegue a repressão. Os professores da rede municipal de ensino, através de processo administrativo, estão sendo impedidos de assinar o ponto e assumir as classes, não se normalizando assim a situação dessas escolas. Segue, também, o processo contra os 21 diretores que se negaram a fornecer as listas de professores em greve.

O DEOPS por sua vez continua com os interrogatórios, havendo informes de que a lista que era no início de 40, posteriormente ampliada para 70 funcionários, hoje conta com mais de 110 nomes relacionados.

RESIDENTES LUTAM

Os residentes também enfrentam a sanha punitiva de Maluf e seus secretários. No fim da semana passada,

tirada no IV ENE, o Congresso de Salvador tem sua representatividade limitada na tarefa de reconstrução. Achamos que não se construiu uma representatividade a ponto de já se definir a primeira diretoria definitiva da entidade, pois se as discussões atuais permitirem refundar a UNE elas são insuficientes para sustentar um programa hegemônico que unifique os estudantes. Desconhecer esta realidade e eleger na marra a primeira diretoria, significa para nós uma reconstrução por cima, com um programa rebaixado, resultado do jogo de forças na cúpula, incapaz de unificar pela base os estudantes.

Neste momento foi criado uma unidade em torno da reconstrução da UNE e é sobre esta que devemos propor uma forma transitória de direção da entidade, até a eleição de sua primeira diretoria.

O Congresso de Salvador, embora limitado, vai ser uma primeira expressão de várias alternativas de direção para a entidade. A partir dele tomará cada vez mais importância a discussão em torno de um programa de lutas e a prática da democracia interna. O Congresso por reunir centenas de delegados de todos os lugares é um local privilegiado para a detonação do processo de elaboração dos programas e das chapas para a UNE. Nós, do DCE-UFMG, consideramos que duas questões estão na base de discussão de um programa para a UNE. A primeira é o posicionamento claro dos estudantes no conceito principal da sociedade entre os trabalhadores e os patrões. O segundo é a prática da democracia no movimento. Achamos que hoje não basta propor apenas o fim da ditadura, ou, na universidade apenas pequenas melhoras na estrutura de poder. É necessário em ambas imprimir uma perspectiva transformadora e por isso solidária aos operários e oprimidos. Sobre essa perspectiva conjugada a defesa do controle direto pela base em suas entidades, inclusive a UNE, achamos que neste Congresso de Salvador devem se unir os estudantes que querem uma ação independente de base e transformadora do movimento estudantil. Nesse sentido conclamamos os delegados presentes ao Congresso a dar início à formação de um bloco de forças que se proponha a representar para o conjunto dos estudantes brasileiros uma alternativa de programa e chapa para as próximas eleições da UNE. Essa alternativa deverá desde logo se contrapor às velhas práticas do cupulismo e dos conchavos e trabalhar para que em torno desse programa se desenvolva um alto debate nas escolas do País, Enfim, que marquem uma convenção para definirmos um programa final e uma chapa".



Minas: greve se alastra como fogo no paiol

aos sindicatos do interior e da capital que organizam o fundo comum de greve. Adesões que deixam o governo, os patrões e os pelegos — Maria Thelma e Ewerton Posos — em uma profunda solidão política.

Luís Soares, do Comando Geral da Greve, diz o seguinte sobre o movimento que se alastra rapidamente: "Eu acho que a greve vai vencer, sem dúvida nenhuma. Isso se deve a diversas razões. A força do movimento hoje é suficiente para garantir um sólido poder de negociação. Nossa estrutura de organização, apesar de ter sido criada praticamente no decorrer do movimento, é essencialmente democrática. Isto abre campo à participação efetiva do conjunto dos professores, e tende a tornar-se um movimento cada vez mais coeso e mais amplo. Uma outra razão: a adesão das cidades do interior superou todas as expectativas. Sendo Minas um estado interiorano, esperávamos mais dificuldades em relação ao interior, onde a repressão é muito mais direta e rígida. Por outro lado, o Governo estadual e a prefeitura de Belo Horizonte não estão em condições de negar a justeza do movimento, já que iriam contra a posição da maioria dos alunos e também dos pais".

"O apoio da população à nossa luta é inegável, a menos que se queira expor a um desgaste irreparável, o Governo terá que entrar em negociação brevemente. Ainda não o fez, porque esperava um refluxo do movimento nos primeiros dias. Para que isso acontecesse tentou as mais variadas formas de pressão: "movimento ilegal, sem líderes, sem reivindicações". Não surtiu efeito, a greve, hoje, é um fato consumado. Eles terão que negociar com o nosso Comando Geral, a única representação efetiva, reconhecida pelo magistério mineiro.

Outra grevista, dona Maria de Lourdes, 51 anos, com 25 anos de magistério, diz o seguinte: "a greve será vitoriosa, esse é um movimento de apoio total. Estamos dispostos a ficar em greve até vencer. Nossa classe é uma classe explorada, desmoralizada, aviltada e traída pela entidade que eleger".

Os estudantes secundaristas também apoiam a greve dos professores. O estudante José Maurício, diretor da União Municipal de Estudantes Secundaristas diz: "o ponto de vista dos estudantes é que as reivindicações dos professores devem ser acatadas. A greve deve ser vitoriosa, por isso nós achamos importante que a organização dos professores não seja independente dos estudantes em cada escola. Estamos propondo e formando comitês de apoio aos professores, que inclusive ajudam nos piquetes, explicando aos colegas que a luta é deles, vai contribuir em muito por melhores condições de ensino."

os médicos residentes do Hospital das Clínicas tiveram suas bolsas cortadas e foram expulsos do alojamento. Hoje, se deparam com a possibilidade de ver suspensa a residência médica, idéia velha do governo federal, que só não se concretizou devido à combatividade da categoria.

No Hospital do Servidor, foi deposto o Superintendente João Yunes e colocado como interventor o Tenente-Coronel médico da FAB, Francisco de Assis Freitas. A demissão se deu porque João Yunes "teve uma atuação pouco severa" durante a greve naquele hospital. O interventor, que assumiu sob protestos dos funcionários, médicos e residentes, está implementado uma política mais dura e tem como uma das tarefas acabar com a residência médica.

As denúncias do Hospital do Servidor dão conta da invasão e vistoria do quarto do médico residente Eurípedes Balsanuto Carvalho e da convocação para depor no DEOPS de quatro de seus médicos.

BOMBA

No Instituto de Energia Atômica — IEA — já houve e demissão de funcionários, esperando-se mais para breve, pois através de um comunicado, o Superintendente do IEA, Rômulo Ribeiro Pieroni, acena com a redução de 15 por cento dos quadros do Instituto, obedecendo critérios de desempenho técnico-científico e administrativo.

Para os funcionários, a alegação de falta de verbas não proceda, já que novas contratações estão sendo feitas. Para eles, "o único propósito das demissões é coagir os funcionários a não se organizarem em defesa de seus legítimos interesses". E mais: é um contrassenso, "pois quando o Brasil se gaba de estar entrando na era nuclear, o Instituto de Energia Atômica está dispensando técnicos especializados com vários anos em atividades de pesquisas nucleares".

NA DIREÇÃO DO DCE A TENDÊNCIA SOCIALISTA

Na última semana, os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul viveram o clima agitado das eleições para o seu Diretório Central dos Estudantes (DCE). E o quinto ano de realização das eleições prévias diretas, que desta vez contou com a participação de quatro chapas concorrentes. Unidade, composta pela tendência que hoje detém a diretoria da entidade central; Ponteio, da Tendência Socialista, que reúne os grupos Manifesto e Peleia; Novo Rumo Socialista; e a Corrente Sindical, proposta pela tendência estudantil Liberdade e Luta.

O espaço político aberto pela existência de quatro chapas e aproximadamente do Congresso de Reconstrução

LULA

É hora de ampliar a discussão

Lula volta a falar do PT. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o lançamento do ante-projeto foi "precipitado", porque não contou com a devida participação "de muita gente boa que tem por aí para que a coisa viesse a ter uma repercussão nacional". No entanto, na sua opinião, o conteúdo do ante-projeto divulgado é "quase bom". Agora, conclui, é reabrir a discussão, inclusive junto a alguns políticos do MDB e outros setores da oposição.



criar o partido, sabe, quando já vem com a estampa de um grupo que não tinha o direito de apresentar um partido do trabalhador.

Eu entendo que para o lançamento de um partido você deveria começar com um esboço de um programa fazendo reuniões com grupos de trabalhadores, fazendo assembleias, e o lançamento propriamente deveria se dar a partir de um ato público, a partir de um congresso onde houvesse maioria absoluta aprovando.

- Mas eu insisto; estas orientações que você dá são para já ou não?

- Eu agora vou ter mais tempo de manter contato com pessoas com as quais eu vinha discutindo antes da intervenção. Vou tentar conversar com todos os companheiros dirigentes sindicais, vou tentar conversar com muito mais gente do que eu já tinha conversado, com outros setores da sociedade, com políticos que hoje... fazem parte principalmente do MDB, que é onde tem um pessoal mais consequente. E a partir daí é que nós vamos discutir o dia de fazer o lançamento oficial de alguma coisa e não fazer um lançamento assim, mais ou menos precipitado, que praticamente não causou nenhuma repercussão a nível nacional.

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO

Como você vê a participação nestas discussões de outros setores que não dirigentes sindicais e políticos? Por exemplo, as demais oposições populares como o movimento estudantil, intelectuais, artistas, setores da igreja etc?

ções, e um partido que expresse a maioria, embora tenha como peso específico — como calado poderíamos dizer — os trabalhadores, ele não pode ser um partido que se feche aos outros assalariados.

Mas não devemos cair numa outra mistificação possível. É que em sociedade deste tipo há também assalariados que só formalmente são assalariados, porque de fato participam do processo de gestão do capital — executivos e certos profissionais liberais — cujos interesses e mentalidades se acoplam ao do capital. Estes, eu não incluiria no que chamo de assalariados.

OS TRABALHADORES SÃO O EIXO

O problema que existe então é como transformar este dado sociológico numa proposta política. Não basta dizer que vai se ter um partido de assalariados ou de trabalhadores; tem que saber que tipo de proposta este partido vai ter, porque política não é simplesmente a representação direta dos interesses econômicos de uma classe; mas trata-se de saber qual é a proposta para a sociedade no seu conjunto. Isto, ao mesmo tempo em que talvez limite o número de assalariados que aceitam uma determinada proposta, por outro lado, até extrapolados próprios assalariados, pegando setores da igreja, da intelectualidade etc, que aderem à proposta embora não sejam ligados ao contexto das relações sociais próprias dos trabalhadores.

Eu não creio que numa sociedade como a nossa vá existir único um partido dos assalariados ou dos traba-

- Há uma certa dúvida por parte das pessoas quando falamos de um partido de assalariados. O cara que ganha 90.000,00 por mês se pergunta: pô, será que sou assalariado ou não, né? Esta é uma confusão generalizada. E que não tem o menor sentido. O que eu acho é que mesmo o nome sendo um Partido dos Trabalhadores e para mim o nome também não importa que seja PT, o que importa é que o nome tenha uma vinculação com a classe trabalhadora — o que vai definir muito mais a participação de alguns setores num partido é o próprio programa do partido, é a linha ideológica que se dá a este partido. Não se pode de maneira alguma excluir estudantes, setores da igreja, profissionais liberais, que de fato venham fazendo uma oposição consequente. Além do nome do partido, além de ser um partido vinculado à classe trabalhadora, é seu programa que vai definir quem é quem. Jamais um patrão entraria num partido deste.

- Já que você se refere tanto ao programa, qual sua opinião sobre o ante-projeto de programa que veio a público?

- Eu tinha participado de várias reuniões definidoras do programa; depois foi tirada a comissão para redigir-lo. Agora, eu somente li o programa muito rapidamente; sequer tive tempo de discutir com outros companheiros o texto. Na minha opinião o programa está quase bom. Está quase bom dentro da minha linha de raciocínio. Agora eu não sei se o sindicato do Rio, o de Alagoas etc, acham que está bom. E por isto é que eu acho que deveria ter havido uma maior discussão antes do lançamento.

AQUELE PROGRAMA É QUASE BOM

- Na sua estrita opinião pessoal, o que faltaria para o programa ficar 100% bom?

- Olha, eu prefiro não dar a minha opinião pessoal sobre o que faltaria. Faltam alguns enxertos, algumas melhorias, e principalmente mais discussões com outros setores e a partir daí lançar para as bases. Em seguida atos públicos ou mesmo congressos, simultâneos em vários estados para então chegar à coisa definitiva. Mas na minha opinião ele está quase bom...

- Durante a campanha salarial de São Bernardo ficou tirado numa das assembleias que passou a campanha seria convocada uma discussão específica sobre o partido na categoria. Isto é para quando?

- Eu acho que antes de qualquer coisa a se fazer, é necessário conversar com muita gente. Existe muita gente boa por aí para ser consultada. Eu vou dar alguns exemplos: querer criar um partido hoje impõe necessariamente conversar com um cara como o Jarbas Vasconcelos que tem uma enorme liderança no nordeste. Você teria que ir lá discutir com ele: olha Jarbas, a gente tá tentando fazer isto e gostaríamos de saber qual a sua opinião, se você topa discutir ou não; teria igualmente que ir ao Rio de Janeiro, pegar um cara bom dentro do MDB e a mesmas coisas; saber dele o que ele acha; teríamos que fazer o mesmo com um Chico Pinto; teríamos que discutir também com o Comando de Greve dos Professores. A partir daí então se faz uma reunião grande com umas 100 ou 200 pessoas, específica, fora do sindicato, onde estão ninguém vá usar o dinheiro do sindicato para isto. Como cidadãos estaremos discutindo a formação de um partido político.

JARBAS VASCONCELOS, CHICO PINTO ETC

- Qual a sua opinião hoje diante do PTB, PS, MDB? Enfim, você os avalia da mesma forma que há meses

atrás, ou sua visão das articulações partidárias dentro da oposição mudou recentemente?

- Não, não... minha visão não está nem um pouco modificada recentemente.

Você não estaria como que apostando numa convergência de setores destas articulações em direção a uma fusão com o PT?

- Não, eu não penso em setores de nada; eu falo simplesmente em pessoas que têm liderança para poderem tentar compor alguma coisa. Até eu discutia lá em Osasco outro dia, que a criação de um Partido dos Trabalhadores precisaria de uma vez por todas acabar com as máscaras de PC, de PC do B, de MDB, PS e outras tantas coisas mais. E que tentasse fazer um programa buscando unir. De forma que quando a pessoa entrasse para o partido vestisse uma camisa nova. Não podemos fazer um partido onde dentro dele existam vários grupinhos; nos iríamos apenas criar um MDB com outro nome e não é isto que a gente quer.

- Mas não te parece que um partido amplo dos assalariados, hoje no Brasil, necessariamente, seria bastante heterogêneo? E isto obrigando a que ele praticamente viesse a se constituir numa espécie de frente, ainda sobre um denominador comum mais avançado e popular que o MDB?

- Não eu acho que não. Exatamente por ser um partido onde os assalariados enquanto maioria dominarão, por serem inclusive a maioria da nação, eu acho que a tendência é no sentido de se criar um partido realmente.

PARTIDO FRENTE?

- A história, não só mundialmente, mas também no Brasil, tem demonstrado que são inevitáveis as divisões ideológicas mesmo no seio da classe trabalhadora, apesar da base econômica destas indústrias ser homogeneizada, enquanto assalariados pelo capital...

- Mas quem sabe a gente possa acabar com tudo isto que é clássico na história e fazer um negócio menos clássico e mais realista, a partir de um momento em que as coisas possam ser encaradas sem roupagens ideológicas, tirando tudo quanto é máscara e partido para enfrentar concretamente os problemas reais da classe trabalhadora.

O que não deve haver é preconceito e divergência simplesmente porque fulano ideologicamente é aquilo e beltrano é aquela outra coisa. Para que este partido funcione, então será necessário uma grande democracia interna para que as discussões possam estar ao acesso de todos e não somente nas cúpulas como foi e tem sido a prática dos partidos no Brasil. O importante é, que não haja divergência só porque um é do PC e o outro PC do B e o outro da Arena, do cacete e não sei o que mais.

- Seria ingênuo acreditar ou esperar que cada um destes deixaria de ser o que é ao ingressar neste partido. Assim, parece-me que o que você está querendo dizer é que este partido deveria ser algo como uma frente única dos trabalhadores ou assalariados...

- Eu acho que na hora de brigar por determinadas coisas devemos esquecer que dentro do partido tem um cara que é disto ou daquilo. Devemos deixar de fazer grupinhos e unirmo-nos pela causa maior que está em questão. E se houver ainda assim divergências, então é o caso de resolvê-las através da discussão a mais democrática possível dentro do partido, tirando uma decisão e todos passando a acatar e a trabalhar em nome daquela decisão da maioria definida democraticamente.

DEBATE

O Partido dos Trabalhadores

- Como você se situa diante do episódio do lançamento do ante-projeto do Partido dos Trabalhadores, que veio a público às vésperas do 1º de Maio?

- Eu não tenho falado muito a respeito do Partido dos Trabalhadores porque eu sempre achei que nós não devíamos misturar o nosso movimento com qualquer outra palavra de ordem. Porque os trabalhadores poderiam entender que estivéssemos querendo fazer um partido através do movimento. Acho que as movimentações de São Bernardo foram muito mais importantes do que a discussão sobre o partido. Eu disse aos companheiros que lançaram aquele esboço de um programa que a coisa foi muito precipitada, porque entendo eu que deveríamos procurar outros setores da sociedade antes de lançarmos qualquer coisa. Caso contrário você corre o risco de causar inveja, de causar ciúmeira, e a pessoa depois até ficar ofendida por não ter participado daquele esboço de programa, não ter tido tempo de discutí-lo e melhorá-lo.

- Quais setores da sociedade você acha que deveriam ser procurados para a discussão?

- Todos aqueles que vivem de salários, intelectuais, advogados etc. E não podemos perder de vista que nós temos um grupo de políticos hoje dentro do MDB, elementos sérios, que sem dúvida poderiam participar desta discussão. Igualmente outros grupos de políticos que estão af, cassados, afastados, que sequer participaram da coisa.

Eu acho que poderíamos ter dado uma amplitude muito maior ao lançamento, sabe? Deveríamos ter discutido mais com lideranças sindicais, feito com que mais companheiros participassem da coisa.

Isto para que quando saísse, saísse como uma coisa grande e não como um projeto pequeno. Se tivéssemos que lançar um partido de assalariados, juntando todos os setores da sociedade que vivem de salários, teremos que conversar com todos os setores da sociedade para que cada um dê sua opinião e, a partir daí, se levar a coisa para discussão nas bases.

A IDÉIA NÃO MORREU

- Você diz "se tivéssemos..." por quê? O que se deu matou a idéia? Ou trata-se de como ela deveria ser tocada daqui para diante?

- O que eu estou dizendo agora é a minha idéia sobre como deveria ter sido feito e... é como deverá ser feito outra vez, se quisermos fazer um lançamento com repercussão nacional. É imprescindível a nossa ida ao nordeste e a qualquer outro ponto do Brasil para conversar com quem de direito for liderança em cada lugar para saber se ele está de acordo, se aquilo é viável, se ele pode contribuir para melhorar. Porque nós não podemos lançar um partido a partir de 2 ou 3 pessoas, a partir de meia dúzia de pessoas.

- Esta reorientação do lançamento se coloca para você como uma tarefa para já? Quais são os próximos passos?

- Eu não sei se o momento é já. Tenho mantido contato com várias pessoas sobre a idéia de lançamento de um partido. Antes de lançarmos temos ainda que conversar com muita gente, principalmente com dirigentes sindicais em vários pontos do país. E a participação nas bases não pode se dar apenas a partir do lançamento de um panfleto no porta da fábrica, a partir do momento em que você entrega um jornalzinho, o qual já veio até comprometendo o próprio partido... a própria tentativa de

Uma idéia boa, mas um encaminhamento restrito

A idéia de um partido de assalariados é boa e oportuna, mas a maneira como a proposta do PT vem sendo encaminhada é restritiva e, se não corrigida, terá muita dificuldade em sair da mera idéia e se transformar em forças políticas organizadas. É o que afirma em entrevista o suplente de senador pelo MDB paulista, Fernando Henrique Cardoso.

- Como você vê a idéia de um Partido dos Trabalhadores?

- Eu talvez tenha sido, nesta fase depois de 68, uma das primeiras pessoas a insistir sobre a necessidade de um partido que expressasse o que eu chamei de conjunto dos assalariados. O argumento é simples, sociologicamente: as classes possuidoras, os empresários etc, já estavam diretamente ligados ao Estado; no tempo mais duro do autoritarismo era direto, não precisava nem de partidos e se ligavam através do que eu chamei de anéis burocráticos que iam direto ao Estado. Enquanto que o problema político era o da representação da massa que estava fora deste jogo. E num país que se industrializou como o Brasil, com uma formação tão rápida da classe operária — foi brutal o volume de crescimento da classe: de 10 em 10 anos pula de 3 milhões para 6 milhões, depois para 12 e agora 18 milhões — com um crescimento tão impactante da massa de trabalhadores e não ainda de assalariados, sociologicamente, há uma massa enorme de gente que não tem sociologicamente representação e que tem um peso na base da sociedade.

Quando eu digo assalariados não é para evitar o termo trabalhadores. É porque na sociedade moderna, industrializada sob o impulso do capitalismo oligopólico, o número de trabalhadores estrito senso não cresce mais que proporcionalmente ao número de assalariados. Então você tem que ter uma modificação nas suas formula-

lhadores, porque há mais de uma proposta, há várias. Então a idéia é esta e agora tem-se que ver qual é a proposta.

- Mas como você a trajetória que o Partido dos Trabalhadores vem tendo desde o começo do ano?

- O curso da proposta eu acho que foi restritivo. Porque ela apareceu no Congresso de Lins e de uma maneira um pouco tatiante. Quer dizer, sem que tivesse havido um debate mais profundo sobre o assunto, sem uma articulação com várias forças. Apareceu como uma palavra, que teve o seu encanto, tem o seu encanto e eu próprio escrevi que era importante notar que pelo menos vem de baixo dando sinal de que existe uma autonomia de proposições. Mas a proposta não chegou a ter força enquanto tal. A idéia é simpática mas não foi trabalhada. O que se vai fazer com o setor estatal da economia, com o campo, com a política salarial? Tem que detalhar estas coisas, pois uma proposta política não é uma simples palavra.

O CURSO DA PROPOSTA FOI RESTRITO

- Você chegou a ver o ante-projeto lançado às vésperas do 1º de Maio? Lá há várias propostas concretas.

- Não, eu estava viajando para o exterior, não vi ainda. Por outro lado também não notei na proposta um esforço de articulação política maior, com as várias forças políticas existentes no Brasil, ao redor da proposta. Assim parece que o curso foi um pouco periclitante. De

um lado alguns líderes sindicais de posição política variada aderiram à idéia, mas não à prática correspondente a idéia, e de outro lado não se avançou muito na direção da articulação desta idéia. O que não diminui o peso que a proposta em si deve ter.

- Como você vê a condução que a idéia deveria ter daqui para diante?

- Eu acho que o peso específico deva vir realmente dos trabalhadores industriais das grandes cidades. Acho no entanto que a passagem desta aspiração dos trabalhadores a uma proposta política efetiva percorre um roteiro que inclui necessariamente os setores mais combativos da oposição dentro e fora do MDB, igreja, nos seus setores mais combativos, a estudantada etc. É preciso tecer politicamente isto tudo. O que hoje, no Brasil, passa necessariamente pelo MDB. E qualquer precipitação nesta matéria é uma confusão entre a biografia e a história. Não se deve querer fazer as coisas no curso da vida individual de cada um de nós, mas ter paciência para que as pessoas possam ir afirmando sua coincidência ou marcando suas diferenças. Só assim se conseguirá gerar uma resposta política para uma sociedade como a nossa complexa, enorme e com uma classe dominante muito articulada e que propõe políticas a toda hora. Não adianta termos idéias boas, mas sim forças políticas articuladas.

Finalmente o ritmo deste processo não deve ser dado pelo compasso do governo, mas pelo das próprias forças da oposição, de seu amadurecimento em relação à necessidade da proposta.

Sem patroões. Sem pelegos.

O PT surge como uma iniciativa de trabalhadores e com uma clara marca de classe e anti-capitalista. Mas se os iniciadores do PT quiserem efetivamente dar conseqüências a suas palavras, devem empenhar-se para incorporarem em seu projeto as organizações autônomas dos trabalhadores.

Por Eder Sader

Pois é: bastou que os ventos salutares das lutas de classe soprassem de novo neste país que monumentos do artificialismo como o "maior partido do ocidente" mostrassem suas insanáveis rachaduras. Os homens do Planalto querem agora criar novos artificios, tais como um novo leque de partidos, distribuídos de tal forma que não ameace a eternidade do seu poder. Eles é que se preocupam com a organização do partido deles, das classes dominantes. Os trabalhadores já são adultos o suficiente para se ocuparem de suas organizações.

Mas é verdade que tantos anos de repressão marcaram fundamento o nosso país e que verdadeiros partidos de massa necessitarão um longo tempo para amadurecerem e, através da experiência direta, gerarem uma nova prática política, expressão direta da ação das massas.

Hoje as manifestações de uma prática autônoma das classes exploradas se encontram ainda dispersas, localizadas. Por isso também as proposições políticas que se fazem em seu nome partem de núcleos minoritários, de pequenos círculos, ou então de grupos políticos parlamentares, de elementos que se projetaram em dife-

rentes instituições do Estado. Esse ponto de partida não invalida qualquer iniciativa — desde que sempre se tem que começar de alguma parte — mas coloca como questão essencial a ser enfrentada a forma de incorporar de modo ativo os núcleos organizados das classes trabalhadoras. Não como massa de apoio, que "entra depois", mas como agentes decisivos, práticos.

A proposta do Partido dos Trabalhadores ressaltou-se no quadro das iniciativas políticas porque apareceu como projeto de dirigentes sindicais mais combativos e num momento em que se lançaram às mais significativas greves de massa do país em poucos anos.

E apesar de ressalvas que se possam fazer ao processo de seu lançamento e mesmo a aspectos de seu programa, este apresenta um conjunto de posições que podem ser a base de um efetivo movimento classista.

Sua "Carta de Princípios" toma como premissa a "emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes". Como tarefa, o estímulo e aprofundamento de organização das massas exploradas nos seus lugares de moradia e de trabalho. Como objetivo, a luta pela emancipação dos opri-

midos até a constituição de um "governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta". Como referência ideológica geral, a articulação profunda entre a democracia e o socialismo.

São princípios importantes, que dão uma marca de classe e anti-capitalista.

AS PALAVRAS E AS AÇÕES

É importante que as ações correspondam a esses propósitos. O modo pelo qual for-se organizar um partido é às vezes mais importante do que os princípios que se proclamam. Porque o modo como se atua demonstra a consequência que damos às nossas palavras.

Aqui uma questão importante é o fato de que o PT surge como iniciativa de "dirigentes sindicais". E apesar do que sejam em geral, hoje, alguns dirigentes "autênticos" que o mantenham, os sindicatos são ainda neste país uma estrutura de enquadramento dos operários mais que órgãos legítimos de sua representação. E os pelegos são neles os agentes mais diretos da política patronal.

Não é por acaso que as primeiras formas mais autênticas de organização operária pela base surgiram com a Operações Sindicais, antagônicas à própria estrutura sindical. É verdade que hoje ampliaram-se muito as condições de atuação nos sindicatos e mesmo que várias oposições sindicais classistas ocuparem a direção de sindicatos. Mas se os iniciadores do PT quiserem efetivamente dar conseqüência a suas palavras, devem empenhar-se para incorporar em seu projeto, essas organizações autônomas, tais como as comissões e grupos de fábrica, comissões de moradores, etc.

E não valha a argumentação pragmática de que essas organizações são minoritárias, principalmente as que se formam nos locais de trabalho, devido à repressão patronal. Se se quer de fato forjar um canal de expressão para os trabalhadores, mudando a própria concepção da política (que é hoje cenário de atuação das elites), é evidente que teremos que enfrentar essa e muitas outras dificuldades.

Porque o que distingue a organização classista de toda espécie de populismo é justamente a presença organizada e consciente das massas trabalhadoras.

Eurocomunismo:

Uma apropriação indébita de Gramsci

Os dirigentes dos grandes Partidos Comunistas da Europa nunca perderam uma oportunidade para invocar Gramsci como o verdadeiro inspirador do Eurocomunismo. Ainda agora, durante a realização dos congressos do PCI e do PCF, "Gramsci" esteve presente em quase todos os debates. Ernest Mandel, teórico e militante socialista belga, pensa que, a despeito de algumas ambigüidades contidas na obra do grande revolucionário italiano, sua análise de conjunto demonstra que é uma verdadeira impostura confundi-lo com a estratégia reformista que as direções eurocomunistas defendem.

Por Ernest Mandel

Os principais dirigentes eurocomunistas, especialmente os do PCI, referem-se freqüentemente a Antonio Gramsci, um dos principais dirigentes do PCI dos anos 20, como o verdadeiro precursor da estratégia eurocomunista. Isto porque, para alguém que ainda se autodenomina comunista, é evidentemente menos incômodo invocar Gramsci do que Kautsky.

Entretanto, a análise da obra de Gramsci no seu conjunto demonstra que é uma verdadeira impostura reivindicar o parentesco do grande revolucionário com a orientação neo-reformista defendida pelas direções eurocomunistas. É inegável que o pensamento de Gramsci evoluiu desde a fundação do Ordine Nuovo em 1919 e a redação de suas notas do cárcere. Mas não existe em sua obra qualquer prova que se possa usar em favor da tese segundo a qual Gramsci teria abandonado a concepção da revolução socialista implicando a destruição do aparelho de Estado burguês e a substituição da democracia parlamentar, burguesa por uma democracia socialista fundada nos conselhos operários democráticos e livremente eleitos.

Essa foi a lição colhida por Gramsci da experiência da revolução russa de 1917, da revolução alemã de 1918-19 e da crise revolucionária da Itália de 1919-20. Essa foi sobretudo a conclusão que ele extraiu da análise da própria natureza do proletariado como a única classe realmente revolucionária da sociedade burguesa e das condições organizativas e psicológicas indispensáveis ao ascenso e ao triunfo do seu movimento de auto-emancipação.

O famoso conceito gramsciano de hegemonia, elaborado na prisão, é incontestavelmente ambíguo. Mas mesmo quando interpretado no sentido mais favorável à mistificação eurocomunista, aplica-se essencialmente ao período prévio e preparatório da crise revolucionária propriamente dita. De modo algum se identifica com a conquista do poder, nem afirma a idéia de que a crise revolucionária possa ser evitada de alguma maneira. Nada no conceito de hegemonia, tal como foi elaborado por Gramsci, implica a idéia de uma "conquista gradual dos poderes", como está no centro da estratégia eurocomunista e como estava no centro da estratégia social-democrata para a dissolução do capitalismo.

A contribuição positiva de Gramsci para o aprofundamento da teoria marxista do Estado consiste no fato dele ter sublinhado que hegemonia ideológica e coerção se completam mutuamente no exercício do poder de classe e que nenhum Estado pode substituir, exclusivamente pela força ou pelo "consenso" dos explorados. E isto nada mais é do que o desenvolvimento de idéias já contidas em Marx. Este havia deixado claro que a origem em última instância, tanto do poder ideológico quanto do poder de coerção do Estado burguês, se encontra na própria relação capital-trabalho assalariado.

A dialética das "conquistas parciais"

A articulação específica dos mecanismos de dominação econômica, política, ideológica e cultural no interior da sociedade capitalista é tal, que o peso do proletariado só pode ultrapassar um certo limite se os dois fundamentos do poder da classe burguesa - a propriedade privada dos meios de produção e de troca e o aparelho de Estado burguês - forem contestados.

Pior ainda, a "acumulação primitiva" de forças e de posições do movimento operário no interior da sociedade burguesa corre o risco de produzir sua própria negação. De uma força de contestação dessa sociedade, as grandes organizações operárias: cada vez mais burocratizadas arriscam-se a se transformar numa força de integração nessa sociedade na medida em que a estratégia que os orienta não mais está voltada para a preparação teórica e prática de um confronto direto com seu adversário de classe. É o que aconteceu com a social-democracia nas vésperas e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, e o que vem acontecendo com os P.C. de massa desde o VII Congresso da Internacional Comunista e sobretudo desde sua evolução para o eurocomunismo.

E isso não ocorre em função de uma "conspiração" de dirigentes traidores (embora a corrupção individual desempenhe um papel não negligenciável nesse processo), mas pela própria lógica da sociedade burguesa. Nessa sociedade, um pouco de dinheiro é apenas um meio de troca, um instrumento para adquirir meios de subsistência e consumo. Muito dinheiro, é inevitavelmente capital. Ora, as grandes organizações operárias dispõem forçosamente de muito dinheiro. A pressão para se envolver no processo do capital é imensa. E pode se tornar irresistível se não for contrarrestada por um esforço constante de educação teórica e política.

Grupos parlamentares prósperos, grande número de prefeitos nas municipalidades de maioria operária são diretamente interessados em "finanças públicas sadias", isto é, na solvabilidade do Estado burguês sem a qual eles correm o risco de deixar de existir. Sindicatos poderosos são levados a investir seus fundos disponíveis, inclusive os fundos de greve. Cooperativas operárias não podem sobreviver sem recorrer freqüentemente ao crédito bancário. Universidades operárias têm inevitavelmente de pedir cada vez mais subsídios públicos na medida em que crescem.

Ora, em pleno regime capitalista, finanças públicas "sadias", investimentos imobiliários, créditos bancários, subsídios públicos ainda que concedidos por governos de "esquerda" tecem laços cada vez mais inextricáveis com o capital, que controla a economia no seu conjunto. O conservadorismo primeiro e em seguida a tendência cada vez mais contra-revolucionária dos aparelhos burocráticos



nascem desta dialética implacável das "conquistas parciais". O revisionismo teórico em relação ao marxismo e o reformismo político são apenas o seu corolário na esfera da ideologia e da estratégia, ainda que, por sua vez, reforcem as tendências "integracionistas".

Só quando essas conquistas parciais são concebidas e tratadas como provisórias: quando o proletariado é constantemente educado num espírito de oposição intransigente ao conjunto da sociedade burguesa; quando a prática cotidiana do movimento operário permite aprofundar esta educação pelo recurso prioritário à luta e à mobilização de massa extra-parlamentares; é que a "acumulação primitiva de forças" do movimento operário pode ser efetuada na sociedade burguesa com riscos reduzidos de integração crescente, contudo, uma atividade cotidiana e cada vez mais contestatária das massas, atividade indispensável para manter viva sua consciência anticapitalista que não pode alimentar-se apenas de discursos, de artigos de jornais ou de cursos de formação, evidentemente acentua a tendência para uma confrontação direta entre as classes.

Deste modo "luta pela hegemonia" desemboca ou na prostração reformista ou numa clara orientação para a mobilização e a luta extra-parlamentar, isto é, para a preparação consciente e sistemática de uma crise revolucionária. Em nenhum dos dois casos a crise será evitada. Mas no primeiro se trabalhará pela derrota operária. No segundo, pela sua vitória.

Um pouco de Kautsky, mas nada de Gramsci

E verdade que Gramsci utiliza, sob a influência direta da Primeira Guerra Mundial e da polêmica de Kautsky com Rosa Luxemburgo, a oposição entre a estratégia móvel (de manobra) e a estratégia de trincheiras. Mas se ele considera a "estratégia de trincheiras" como inevitável em certos períodos, não é em função da força já adquirida pelo movimento operário - como o fazem Kautsky e Berlinguer, e este último de maneira manifestamente demagógica - mas, ao contrário, em função das relações de força ainda desfavoráveis, desde que a questão da conquista do poder não se coloque ainda. Fica clara a diferença entre a sua posição e a dos eurocomunistas o que aliás é confirmado pela fórmula que ele utiliza à propósito da "hegemonia": "O Estado, é a ditadura mais a hegemonia".

No plano puramente militar, a experiência da Segunda Guerra nega as generalizações gramscianas concernentes às relações entre essas estratégias e a própria estrutura da sociedade burguesa. No plano político, a idéia da luta de classe de milhões de assalariados conduzida durante um longo período como "guerra de trincheiras" é ainda menos realista do que a "estratégia de esgotamento". Ela pressupõe em plena crise capitalista um nível extremamente elevado de disciplina e de espírito de sacrifício das massas simultaneamente à ausência de quaisquer resultados desses esforços quanto à melhoria de seu nível de vida podendo levar até mesmo a um declínio deste. É uma idéia que passa por cima das condições de formação e de elevação da consciência de classe reduzindo-a a uma pura "tomada de consciência" política-ideológica, nitidamente mistificadora.

Nós não somos nada partidários do "economicismo". Mas acreditar que o exército proletário, em regime capitalista possa suportar duras e repetidas perdas de seu nível de vida em nome de uma sábia "estratégia" dos chefes sem que isso tenha efeitos desmoralizantes sobre todo o exército é voltar as costas a todas as lições da história da luta de classe em regime burguês.

Em favor de Gramsci - e de Kautsky - é preciso lembrar que eles estavam até certo ponto conscientes dessa contradição, assim como da inevitabilidade das explosões espontâneas de massa sob certas condições. Estavam também conscientes do fato de que a impotência dos "chefes" em canalizar esta espontaneidade para objetivos "positivos" - isto é, a tomada do poder pelo proletariado - provocaria inevitavelmente uma virada à direita, em sua época inclusive, sob a forma mais extrema e violenta.

A história tem confirmado inúmeras vezes esse pressentimento. Nesse sentido também, os dirigentes eurocomunistas ficam muito aquém de Kautsky para não dizer muito aquém de Gramsci.

"Hegemonia" ou "crise global das relações sociais"?

Não vamos aqui nos alongar sobre as reais ambigüidades que o conceito de hegemonia contém. O que ele tem de válido refere-se ao fato incontestável de que todo ascenso revolucionário no interior de um modo de produção que já entrou em decadência histórica se faz acompanhar de uma série de processos que progressivamente enfraquecem os mecanismos de dominação e as posições políticas da classe dominante antes que seu poder político seja frontalmente atacado e revertido. Foi esse o caso do ascenso da burguesia no interior da sociedade feudal e semi-feudal. É também o caso do proletariado no interior da sociedade capitalista.

Entre tais processos é preciso destacar: a contestação da ideologia dominante pela elaboração teórica e (ou) ideológica da classe revolucionária; a diferenciação progressiva entre os ideólogos, e mais geralmente entre as "camadas intermediárias da sociedade", entre defensores e adversários da ordem estabelecida, entre aniquiladores e propagandistas da revolução social; a emancipação progressiva de crescente setores da classe revolucionária e do povo da influência preponderante da ideologia das classes dominantes; a crescente organização da classe revolucionária com vistas a investir contra a ordem estabelecida; o progressivo declínio da influência, sobre o conjunto da sociedade, dos "valores" que contribuem para a reprodução automática das relações de produção dominantes; as progressivas divisões e "crises de consciência" no interior da própria classe dominante, sobretudo da sua juventude. Todos esses processos podem ser melhor resumidos através do conceito de crise de conjunto das relações sociais que sustêm e englobam um modo de produção determinado, crise que precede a crise revolucionária propriamente dita.

Mas existe uma diferença fundamental entre o lugar que a burguesia revolucionária ocupa na so-

ciade semi-feudal e o lugar que o proletariado revolucionário ocupa no interior da sociedade capitalista. A primeira é uma classe possuidora por sua própria natureza, independentemente do fato de estar ou não no poder; a segunda permanece sendo uma classe que nada possui, que é explorada e oprimida até que tome o poder. Daí decorre uma diferença não menos fundamental entre os mecanismos de preparação e de desencadeamento da revolução burguesa e da revolução proletária: a revolução burguesa é preparada por aqueles que já são os verdadeiros dominadores da economia, enquanto que a revolução proletária deve ser preparada pelos que permanecerão economicamente dependentes e explorados no mínimo até a expropriação da burguesia.

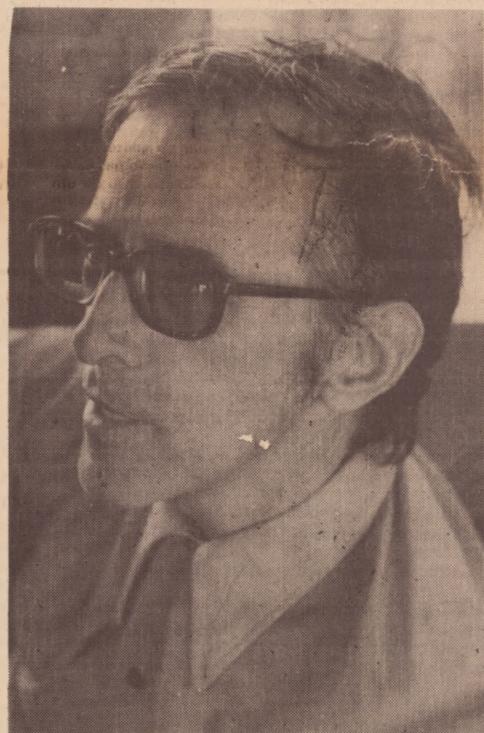
Por isso, é particularmente irrealista esperar como Gramsci sem dúvida pensou, que o proletariado possa conquistar, antes da tomada do poder, um tipo de "hegemonia" no interior da sociedade capitalista análogo ao que a burguesia efetivamente conquistou no interior da sociedade semi-feudal.

A burguesia pode apoderar-se da quase totalidade dos meios de difusão de massa antes de deter o poder político, simplesmente pelo peso de seus capitais. É absurdo esperar que o proletariado possa conquistar a hegemonia ideológica sobre a imprensa (sem falar do rádio e da televisão!) antes de haver expropriado o capital e conquistado o poder político. A monarquia absoluta não podia entrar seriamente a dominação da ciência e da ideologia burguesas, particularmente sobre o sistema de ensino, pelo próprio fato de que o desenvolvimento das ciências naturais, da técnica, das manufaturas e da grande indústria estava indissolúvelmente ligado ao desenvolvimento da própria burguesia enquanto tal. Acreditar que seja possível dentro do Estado burguês um ensino dominado pelo marxismo, é acreditar em Papai-Noel.

Porque é um jornal limpamente democrático, sem concessões, palpitante de paixão popular e de cultura brasileira, mas com o pulso de análise crítica lucidamente controlado. Porque dá cobertura, com o detalhe da vida, ao dia-a-dia das lutas do povo do campo e da cidade deste Brasil. Porque informa, com suficiente amplitude e garantia, sobre os grandes acontecimentos do mundo. «MOVIMENTO», do lado de cá do Araguaia, é o nosso diário em síntese, uma TV semanal sem comerciais de nenhuma empresa, nem nacional nem multinacional.

O que significa «MOVIMENTO» nesta hora?

Foi, depois de «Opinião», o primeiro semanário corajoso a enfrentar a Censura repressora e suas forças para-oficiais. O primeiro a sair à rua popularmente político, depois de 64. O primeiro a tentar ser acessível a uma leitura média da opinião pública.



«MOVIMENTO» significa a presença de um irmão maior entre a imprensa alternativa. Maior, porém sem privilégios e com a marca das testemunhas da Verdade livre. Por ora, «MOVIMENTO» é insubstituível.

Dom Pedro Casaldaliga
Dom Pedro Casaldaliga

ASSINATURA ANUAL

Cr\$ 950,00 (Exterior - U\$ 70)
Desejo receber gratuitamente
10 exemplares atrasados.

ASSINATURA SEMESTRAL

Cr\$ 500,00 (Exterior - U\$ 35)
Desejo receber gratuitamente
5 exemplares atrasados.

Estou enviando o cheque n° _____ em nome de Edição SA - Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo - SP. CEP: 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta Postal CCP 1202254 D-M Villas-Paris. FRANÇA.

Nome	Idade
Profissão	Endereço
Cidade	Estado
	CEP

SARTRE

Semana passada, começamos a publicar a primeira entrevista concedida pelo escritor e filósofo francês Jean-Paul Sartre à imprensa brasileira, depois do golpe militar de 1964. Ele decidiu manter-se em silêncio, numa evidente atitude de protesto. Mas, recentemente quatro repórteres de "Em Tempo" obtiveram de Sartre a concessão da quebra de seu mutismo: Heitor Macedo, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia e o fotógrafo Alécio de Andrade, encontraram-se com ele, em Paris, e gravaram a conversa, cuja segunda e última parte segue nesta página.

Marco Aurélio — Eu gostaria de voltar a uma questão que você levantou no começo de nossa conversa acerca das relações de fraternidade como um dos aspectos específicos de 1968. Esta relação de fraternidade que liga os homens na sua luta contra o Estado só se estabelece em momentos muito particulares da história, como em 1968, quando o problema do poder não se coloca para apenas alguns milhares de homens, mas passa a concernir milhões. Eder Sader insistia neste problema, justamente, porque, tendo em vista a caráter excepcional destas situações históricas, coloca-se a questão de como dar continuidade à luta contra o aparelho de Estado nos períodos de estabilidade ou de recuo das massas.

Os instrumentos que conhecemos não nos satisfazem. Aí estão os fracassos que são a social democracia, os partidos comunistas e, em certa medida, os modelos de organização da esquerda revolucionária, ainda que neste caso seja mais correto falar em crise. Mas existe uma segunda dimensão do problema da fraternidade que me parece fundamental, na medida em que ela aponta para uma nova forma de "fazer política". A experiência dos movimentos feministas, a despeito de sua diversificação interna, me parece sugestiva, na medida em que ele contém no seu interior um certo tipo de relações, desenvolvendo uma ação que se choca com uma das fortalezas da ordem capitalista — a família. Finalmente a revolução passa a ser não somente o ataque ao Palácio de Inverno...

Sartre — Bem, eu começo a responder a segunda parte da sua pergunta, porque penso que o exemplo invocado é efetivamente o melhor caso de fraternidade. As mulheres feministas tem entre elas uma relação que os homens não conseguem estabelecer: muito mais íntima, muito mais ligada à vida cotidiana; não só uma relação com a comida e com o trabalho doméstico — que elas recusam em transformar em única atividade e de fazer sozinhas — mas, igualmente com problemas mais importantes. Elas falam entre si, por exemplo, de sua vida sexual, elas podem ter relações de ternura e inclusive de sexualidade, o que dista muito do que fazem os homens. Existe entre elas todo um universo de relações que para muitas vale mais do que a própria luta. Elas estabelecem este tipo de relações entre mulheres, que é novo.

Eu não quero dizer que este deva ser o tipo de relação que os homens devem estabelecer entre si, mas eu penso que não deva distar muito disso. Seria importante definir a fraternidade masculina, em relação a esta fraternidade feminina, que é, de momento, juntamente com a relação sexual, o nexo mais verdadeiro, o mais profundo, sobre o qual se pode construir uma sociedade, justamente uma sociedade sem Estado. São as mulheres que decidem as ações, são elas que conduzem as ações e estas relações não supõem um Estado feminista, nem um partido, porque o feminismo não é um partido; o que existe é uma relação destes seres chamados mulheres que decidem entre si as ações a realizar e a conduta a adotar em relação aos homens.

"A política, como eu lhes disse, supõe o Estado; não existe política sem Estado"

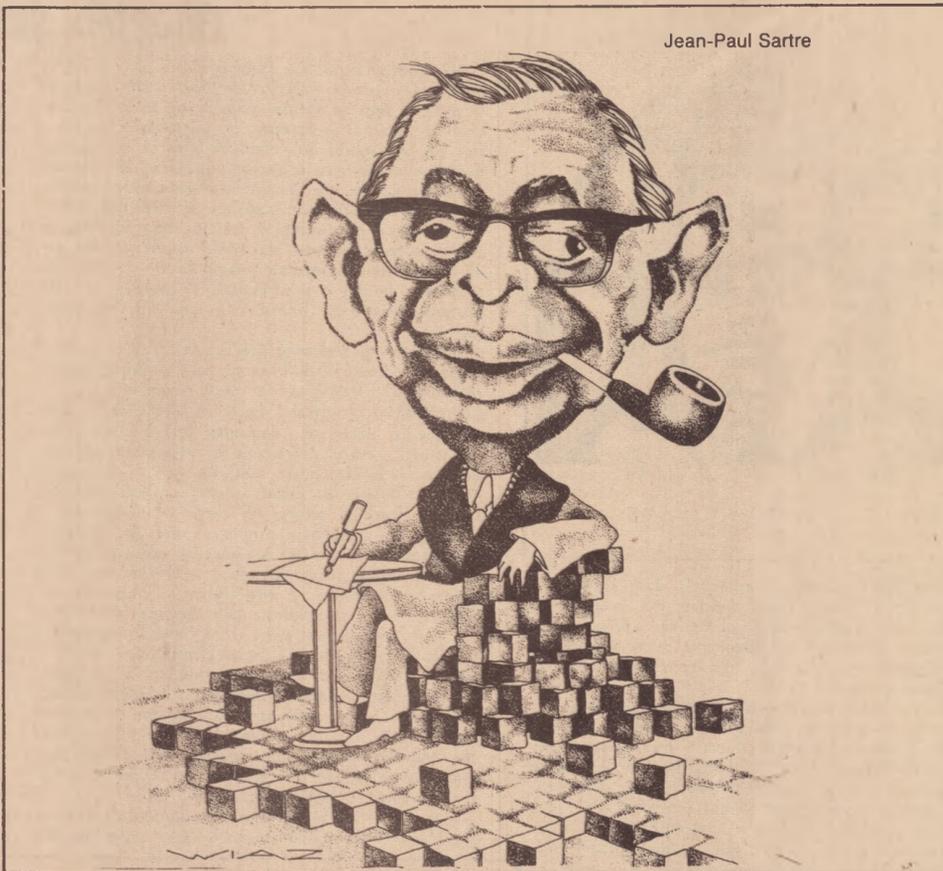
Trata-se de algo que não é um partido, nem uma organização no sentido próprio do termo, mas uma relação humana que se constitui, que se estende, que, por vezes, se detém um pouco — que é o que está ocorrendo agora na França, onde o movimento feminista existe ainda, mesmo se ele se defronta com certas dificuldades. O que eu quero dizer é que o movimento feminista oferece a todos um exemplo do estilo de relações amistosas que deveria existir para a luta; é esta relação precisamente que existia entre os homens em 68, por exemplo, desta relação calorosa de amizade, que deve estar na base das novas relações humanas.

E aqui eu gostaria de fazer uma observação: vocês a todo momento me falam de política e eu lhes respondo falando de política. No entanto eu não penso que os homens transformados em irmãos devam buscar modificações políticas, mas sim modificações sociais. As organizações fraternais abordam os grandes problemas sociais. A política, como eu lhes disse, supõe o Estado; não existe política sem Estado. Se, como eu suponho, esta sociedade fraternal é contra o Estado, ela deve ser contra toda a política. Deve-se buscar um outro tipo de unidade e de organização, e das relações das organizações entre elas, das relações do indivíduo, através do social, com as grandes organizações, das quais ele faz parte.

A busca da pessoa é o fundamental e, como decorreria, a supressão dos chefes nos movimentos sociais. Chega de chefes. O movimento social se fará por si próprio e sua direção será estabelecida pelo conjunto dos pensamentos dos que o integram. Chega de cabeças, isto é, cada indivíduo assumindo o desenvolvimento desta organização. Ela se desenvolverá e se organizará por si mesma. Quem sabe ela encontrará os mecanismos de censura que a impedirão de perder tempo indo da esquerda para a direita, uma vez que existe um caminho reto. Mas estes mecanismos de censura devem ser definidos pela totalidade da organização, sem as restrições que advêm do chefe, do cabeça. Cabeça e corpo devem estar juntos na organização. O pensamento não será mais o de um homem que não faz o que os outros fazem, que dirige os outros que fazem enquanto ele próprio não faz, mas será, isto sim o pensamento de todos os que fazem. Isto é o pensamento prático em marcha, que se define e se modifica na medida em que a ação prossegue, é exitosa e se completa. Este é o verdadeiro pensamento. Num período como o atual, eu penso que, na medida em que é preciso realizar em certo sentido um exame teórico das circunstâncias, um exame que pode ser levado às organizações mas que, por falta de hábito elas não podem realizar por si próprias, talvez exista ligado a estas organizações um movimento de intelectuais que marche adiante e que aja.

"O intelectual deverá, na minha opinião, desaparecer"

Movimento que, participando desta ação e comentando esta ação como intelectual, na sua profundidade e sentido teórico, possa se refundir, com as massas que agem. Não se trata de uma aristocracia intelectual, como queria Flaubert, por exemplo, que desejava uma sociedade dirigida por intelectuais. Seria absurdo. Trata-se simplesmente, que os intelectuais apareçam de tempos em tempos para resolver uma dificuldade e conceber os aspectos teóricos que as massas naquele instante não podem explicar. Mas uma tal separação do intelectual dura apenas um tempo. É uma separação relativa, baseada



numa grande identidade de fundo, sobretudo porque o intelectual deverá, na minha opinião, desaparecer na medida em que a sociedade seja mais democrática. Quando as pessoas tiverem mais tempo para pensar. O intelectual não terá mais nada a fazer enquanto intelectual. Não quer dizer se deixará de escrever romances, poemas ou ensaios, mas o que o fizerem o farão como um trabalho suplementar gratuito, guardando uma ocupação prática como os outros. Mas isto nos conduz a reflexões sobre a sociedade de amanhã, que não se trata de fazer agora.

De qualquer maneira, a primeira organização das massas enquanto soldados contra o Estado, supõe uma forma de alguma maneira um pouco mais separada, como a forma de um intelectual que aparece e desaparece, que é útil num certo momento e que desaparece quando deixa de se-lo. Mas estas formas só existem por um certo tempo. Quem sabe se mais tarde não existirão outras divisões, que hoje nós não podemos imaginar. Por ora, esta é a única forma dentro da qual eu posso conceber a divisão das massas. Por um período de tempo e pronta a desaparecer e a renascer depois. Isto no que se refere à segunda pergunta.

Marco Aurélio — Alguns aspectos da primeira pergunta já foram respondidas. O que eu me pergunto é em que medida o papel dos intelectuais não se encontra aí assimilado ao papel dos partidos.

Sartre — Na minha opinião, a relação não pode ser estabelecida com os partidos, porque os intelectuais não constituem uma forma duradoura, um partido sim. Eles aparecem quando as massas solicitam que eles saiam do interior delas para propor algo, mas eles não são de forma alguma membros de um partido. Eles estão aí, eles fazem o trabalho que têm que fazer e depois eles reintegram as massas.

Marco Aurélio — Eu me pergunto se a função de um partido não tem no seu pensamento uma certa analogia com esse tipo de intervenção dos intelectuais.

Sartre — Mas eu tomei a intervenção dos intelectuais como um exemplo, não como coisa essencial. Mas sobretudo, eu penso que o partido é uma forma ultrapassada, em vias de perder o significado que havia no século 19 e nos incícios deste. É na França que se vê atualmente como os partidos não são mais viáveis. A crise interna do Partido Comunista Francês é terrível e, ao se desenvolver provocará sua pulverização. O Partido Socialista mal existe, não chega a se constituir realmente. O resultado da decadência dos partidos é que nas eleições em que eles deveriam ser a maioria, as pessoas finalmente votaram de outro modo, pelos partidos mais clássicos, os partidos de direita. Essa estranha inversão ocorrida nas eleições tem seu significado.

"O partido se vincula aos organismos de Estado"

Marco Aurélio — Na Itália, onde de certo modo essa crise foi a mais profunda, ela atingiu inclusive as organizações de extrema-esquerda, de inspiração leninista, mais poderosas e mais implantadas na classe operária que na França. A crise da esquerda italiana valorizou o que os italianos chamam o "movimento", em detrimento do partido; em certa medida, o "movimento" ocupava o primeiro plano e o partido desaparecia enquanto tal. Ora, o que se vê, de qualquer modo, num balanço, é certo, provisório, é que o "movimento" também entrou em crise. E o trágico do fracasso do "movimento" num período em que a revolução não está na ordem do dia é sua recuperação pelos partidos tradicionais, especialmente pelo PCI. É evidente que o PCI atravessa igualmente uma crise, que eu penso deverá ser mais profunda que a do PCF. Tudo isto para dizer que a pergunta que nós, latino-americanos, podemos nos colocar é essa: será que a idéia de partido é totalmente caduca e ultrapassada ou será que estamos numa situação em que uma certa idéia de partido caducou e devemos agora pensar na possibilidade de um novo tipo de organização política — chama-se ou não partido — que não seja exatamente o "movimento", e que possa estabelecer um tipo novo de relação entre a sociedade e a luta pelo poder, coexistindo com essas outras formas...

Jean-Paul Sartre

era decisiva. Era a relação que nós tínhamos com os "maos" que nós conhecíamos e que criava conjuntos que podiam produzir uma idéia ou outra. Era mais a ação de amigos e a amizade que criava as idéias. É isso que me impressionou. É claro que se tratava de idéias num outro plano, mas eram pessoas que as criavam e o faziam na amizade. Não grandes idéias que teriam levantado as massas mas pequenas idéias constituídas por um grupo de amigos que se encontravam. Isso foi muito importante para mim porque eu vi a possibilidade de uma ação coletiva verdadeira e ao mesmo tempo uma ação individual, vinculadas às duas pela amizade.

"Eu não sou contra os agentes que vocês chamam de políticos"

Heitor — Mas enfim, o que significa essa sociedade de fraternidade. Numa perspectiva de inversão simples, se diz que existem de um lado os ricos e de outro os pobres e todos serão ricos. Quando se diz isso, não se diz nada. O que se pode dizer no entanto é que todos possam ter acesso ao supérfluo, esse espaço de ilusão e de prazer. O modo de teorização do pensamento de Marx pelos partidos leva a uma idéia: há uma tese, uma antítese, uma síntese. Pode-se dizer que a relação entre a tese e a antítese é uma relação de paradoxo e toda tentativa de trabalho partidário foi de bem conduzir a resolução do paradoxo, quando isso seria talvez a única coisa a preservar para que a vida seja mais importante que todo edifício teórico que se possa construir sobre ela e daí deixar-nos a possibilidade de ser surpreendidos. Eder colocou a questão de saber se sua justificada desconfiança em relação aos agentes políticos que poderiam depois tomar-se usurpadores não se ligava a sua história pessoal enquanto intelectual na Europa, intelectual que conheceu todos os avatares dessa posição de lucidez que não tinha escolha senão entre o dogmatismo ou a abstenção, quando ela exigia um engajamento e a possibilidade da perplexidade.

A partir da importância dos agentes políticos, minha questão é de saber se, quando se pensa nessa massa de famintos, não seria necessário apoiar o paradoxo da necessidade dos agentes políticos ainda sabendo as consequências que possa ter; e em circunstâncias como as do Brasil não se pode em absoluto afirmar que a problemática seja somente social. Você falou há pouco de "decisão" e isso me fez pensar em toda sua posição com respeito à liberdade em O Ser e o Nada. Como se tudo o que você diz é ainda algo que não respeita o paradoxo e que introduz uma perspectiva ética que se torna, ela, uma síntese. Ou seja: não mais partidos, não mais possibilidade da política, permanecemos no social. Por aí o que é evacuado é a dimensão contraditória, paradoxal, da qual, finalmente, sobretudo nós, não podemos fazer a economia.

Sartre — Eu não sou em absoluto contra essa dimensão paradoxal e contraditória; eu não sou nem mesmo contra os agentes que vocês chamam de políticos e que eu chamaria culturais, porque o agente político age sempre no campo das decisões e com uma atividade bem precisa, e o agente cultural — tal como o vejo — indica também a ação mas em função de um conjunto mais vasto. E eu concebo muito bem a necessidade da existência de uma cultura de massas e, para isso, a existência de homens que a cultivem. De acordo. Seria necessário definir o que pode ser essa cultura de massas que deve ser totalmente elevada, aumentada. Seria necessário defini-la e eu sou partidário de fazê-lo, e de definir os homens que procurariam transformá-la.

"Dar as massas uma memória coletiva."

Estou, também, de acordo em que essa ação cultural pode mudá-los e mudar as massas do ponto de vista da ação, do ataque precisamente, contra o capital, de um lado, e o Estado do outro. Eles podem ver mais precisamente sua significação, podem conceber ações totalizantes que vão mais longe que as que se concebem atualmente. Sobretudo porque eu me surpreendo olhando dois séculos atrás e verificando que existe uma teoria acerca da memória das massas que é falsa. Ou seja: a teoria segundo a qual os grandes acontecimentos em que elas agiram, e nos quais obtiveram certos resultados, permanecem em suas memórias, se articulam em suas memórias com uma ação seguinte e constituem um pensamento obscuro, difícil, mas que existe e evolui.

Bem, nós constatamos (nós, quer dizer meus amigos e eu) que as massas não guardaram na memória o que elas fizeram, em 36, em 39. E foi, no entanto, uma grande ação. Elas muito fizeram e tudo perderam. As massas de pós-guerra, de 45, não fizeram o que foi feito entre 36 e 39. Tinham sido seus pais ou irmãos mais velhos, mas eles nada guardaram disso. Os problemas se colocavam a partir da situação de 45/50 mas a memória popular não existia, de sorte que aí também existem problemas culturais muito importantes.

Eder — Essa memória existia de modo deformado no interior de instituições.

Sartre — No interior de instituições, sim, se você quiser, mas sem penetrar no homem da base.

Eder — Você não cre que exista uma capacidade desses aparelhos que viveram essas ações, de interpretar e em seguida difundir uma certa interpretação do que foi vivido?

Sartre — Sim, mas uma interpretação que adormece, que não é nunca uma interpretação que reclama a ação. Eu penso efetivamente que a única memória que permanece é a dos chefes; os chefes das organizações sindicais por exemplo, os políticos também um pouco.

Eder — Você não vê pois uma continuidade subjetiva na história?

Sartre — Não, eu penso que justamente os homens de cultura de que falamos e que substituíram os homens de ação política, estão nas massas para constituir essa memória, para tentar dá-las às massas, para explicar-lhes o que ocorreu, onde elas estão, o que são. Isso é uma coisa necessária. Dito de outro modo, a necessidade de uma memória coletiva, de massa, é evidente. É a falta de memória que muito frequentemente faz que ações que começam bem terminam mal. É preciso uma memória coletiva mas essa memória não existe em si mesma. Os acontecimentos não se registram. É preciso então que uma das funções dos homens de cultura, que devem estar com as massas para dar-lhes uma memória, seja de constituir essa memória como com o agente quando nos contam uma estória.

Marco Aurélio — Não há o risco de que se tornem "mestre-pensadores"?

Sartre — Sim, há um grande risco.

Sartre — Mesmo se a evolução deva mostrar — como eu penso — que o partido é algo completamente ultrapassado e que, pouco a pouco, essa noção desaparecerá, é evidente que no momento atual, o partido não está inteiramente morto. O partido se vincula aos organismos de Estado, desempenha um papel. Pode-se conceber perfeitamente que os que se opõem ao Estado impulsionem, como você diz, a organização de um partido; de um partido que não seria mais como o partido socialista ou comunista com seus princípios e seu modo de ser, mas que representasse já uma outra forma de partido, mais livre, sem movimento dirigente, com diferente distribuição de funções. Certamente que se pode conceber isso, e que essa forma de partido seja precisamente aquela que se opõe aos outros partidos, os verdadeiros partidos, mas essa forma de partido que falamos, será levada a se modificar ela mesma, à medida que avance a história.

Será um partido inicialmente mais presente, parecido mais ao partido clássico, mas que se lhe assemelhará cada vez menos, de modo que finalmente esse partido desaparecerá junto com os partidos que ele terá combatido, que são os partidos clássicos. Eu não posso concebê-lo como uma forma definitiva, mas apenas como forma temporária expressando o grau atual nos espíritos de desativação dos partidos, ao mesmo tempo que o que resta de sua existência. Vocês estão de acordo com a idéia que esse partido deveria modificar-se incessantemente, modificar-se para desaparecer? ...

"O que eu quero é que as relações entre os homens sejam vivas, de fraternidade."

Eder — O que me inquieta no entanto é que na sociedade em que vivemos, em que os homens estão em geral alienados, em que é tão desigual o desenvolvimento das lutas e das tomadas de consciência, não vejo atualmente outras possibilidades de fazer avançar a história mais que pela ação de certos agentes políticos. Existe aí uma contradição: todos os agentes carregam em si os germes da usurpação. Daí sua preocupação a respeito desses agentes políticos revolucionários que se tornam delegados... Mas essa preocupação fundamental não teria sido afinal responsável por uma certa relação de exterioridade sua com a política? Sempre preocupado com a liberdade mas como que condenado a ser o "companheiro de viagem" dos partidos, dos movimentos que — eles sim — estavam diretamente ligados às massas, um pouco conscientes, um pouco alienados?

Sartre — "Companheiro de viagem" eu fui principalmente dos comunistas durante um ano e meio ou dois (entre 54 e 56) e eu os deixei no momento dos acontecimentos da Hungria... Antes eu conversava com eles. Depois, eu fui companheiro de viagem dos "maos", da "Gauche Proletarienne", que terminou por se dissolver, sem relação comigo, mas com quem eu guardei amizades. A particularidade dos comunistas — vocês sabem — é que estavam numa situação em que nós podemos estar de acordo acerca de princípios abstratos mas as relações estabelecidas com eles não eram nunca relações de pessoa a pessoa. Eles nunca tiveram amizade por mim e nem eu por eles. Perseguíamos alguns objetivos comuns mas isso não concernia nossa vida particular. Com os "maos", ao contrário eu encontrei o que queria, que as relações entre os homens que têm os mesmos objetivos não sejam relações políticas, ou seja abstratas, mas relações vivas, de fraternidade. Isto eu encontrei e sei, portanto, que é possível.

Marco Aurélio — Eu queria fazer uma observação: há um aspecto que discutíamos ontem e que não sendo o mais importante para nossa entrevista tem seu interesse. No seu período de relações com PC como no de relações com os "maos", existe — ainda que sejam relações diferentes: "difíceis" com os primeiros, fraternais com os segundos — uma constante: você esteve filosoficamente muito distante das concepções políticas dos comunistas — você não era um marxista, foi mesmo o período em que você esteve mais longe do marxismo — e você também esteve longe de ser afetado pelo pensamento maoísta.

Sartre — Sim, mas é diferente. Eu escrevi o prefácio a um livro sobre os "maos" e expliquei um pouco o que queria dizer. Eles não tinham em suma uma tese política definida, nítida, e a relação que mantínhamos é que